

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

190 jan./jun. 2016

ISSN 1413-1536



Entrevista:
Manuel Vitório
Mudar para
avançar

Ponto de vista:
Wilson Andrade
Potencialidades da
Bahia na produção
de madeira plantada

A decomposição da
taxa de desocupação da
Grande Salvador em
tempos de crise

Contradições e conflitos na
produção e no uso do
espaço urbano: um
olhar sobre Salvador

publicações
SEI



Crise Econômica

INTERPRETAÇÕES E DESAFIOS
À RETOMADA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

INSCRIÇÕES ABERTAS dia 15 / 08

ÁREAS TEMÁTICAS

- ECONOMIA BAIANA ▪ ECONOMIA REGIONAL
- FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

A proposta do XII Encontro de Economia Baiana é discutir as alternativas para a continuação do ciclo de crescimento equilibrado e sustentável para a economia brasileira, tanto do ponto de vista da geração de empregos como pela dinâmica de atuação em tempos de crise, o que implica em novas abordagens de estabilização macroeconômica, com distribuição, redução da pobreza e atenção ao meio ambiente.

O encontro, parceria entre a SEI, a Desenhahia e o PPGE/UFBA, acontece com o apoio da Bahiagás, do Corecon-BA e da FIEB-BA.

Participe!



Patrocínio



Apoio



Realização



Programa de Pós-Graduação em Economia
Universidade Federal da Bahia



Desenhahia



Agência de Fomento
do Estado da Bahia

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

SECRETARIA DA
FAZENDA



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

190 jan./jun. 2016

Sumário

5
Carta do editor

Economia em destaque

7
Conjuntura da economia baiana em 2015

Carla do Nascimento,
Elissandra Britto,
Pedro Marques

Entrevista

20
Mudar para avançar
Manuel Vitório

Artigos

25
A decomposição da taxa de desocupação da Grande Salvador em tempos de crise

Helcio de Medeiros Junior,
Laumar Neves de Souza

37
Proposta de modelo preditivo de curto prazo para a produção da indústria de transformação da Bahia: uma abordagem estatística

Everaldo Freitas Guedes,
Aloísio Machado da Silva Filho,
Gilney Figueira Zebende

49
Processos de discussão em Conselhos Municipais de Desenvolvimento

Jean Pierre Chassot,
Sérgio Luis Allebrandt

59
Contradições e conflitos na produção e no uso do espaço urbano: um olhar sobre Salvador

Raissa da Matta Almeida,
Lays Britto Azevedo,
Joanna Lima de A. Milanez

71
O aperfeiçoamento no cálculo do PIB Municipal e suas implicações na participação dos municípios em relação ao PIB Estadual

João Paulo C. Santos,
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva,
Simone Borges Medeiros Pereira

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOÃO LEÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
ELIANA BOAVENTURA

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góes
Caroline Crisostomo dos Santos (estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Augusto Cezar Pereira Orrico

EDITORIA-GERAL E COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Laura Dantas (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO
Nando Cordeiro

ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro
Vinícius Luz

EDITORIAÇÃO

Rita de Cássia Assis

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 150

Ponto de vista

78

Potencialidades da Bahia na produção de madeira plantada

Wilson Andrade

Investimentos na Bahia

80

Investimentos em instalações eólicas e solares no estado da Bahia colocam o Brasil na rota da energia sustentável

Thiago Lessa Lima Galvão da Silva

84

Livros

86

Conjuntura econômica baiana

98

Indicadores conjunturais

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2016.
n. 190
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Sabe onde encontrar informações precisas e atualizadas sobre a Bahia? SEI.



Mais do que coletar dados nas áreas econômica, social, demográfica e geoambiental, a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – é responsável por informações que ajudam no desenvolvimento de todo o estado. São indicadores e análises que trazem de forma atual, precisa e imparcial o que acontece nos 417 municípios baianos.

Carta do editor

A revista Conjuntura & Planejamento seguindo seu perfil dinâmico, assume, na edição 190, a periodicidade semestral, conservando, entretanto, o mesmo projeto gráfico e critério de seleção dos artigos.

A edição de jan./jun. 2016 retrata a economia brasileira em uma conjuntura adversa. De acordo com a equipe de conjuntura, em 2015, o país vivenciou uma intensa recessão, atribuída, em grande parte, ao reflexo da expressiva deterioração das expectativas de empresários industriais e do consumidor quanto ao desempenho econômico brasileiro. Esse cenário ocasionou queda acentuada na demanda doméstica, em particular, por investimentos e consumo. Ainda segundo a equipe, os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano confirmaram as expectativas de retração da economia, apontando um recuo de 3,8% do PIB em relação a igual período de 2014.

Esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, a percepção de Wilson Andrade, contador, economista e professor de Economia Internacional, com cursos de extensão no país e no exterior, e diretor executivo da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (Abaf). Segundo suas informações, os dados da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) revelam que a projeção, até 2020, é de duplicação dos atuais sete milhões de hectares de florestas plantadas, com projetos de investimentos de R\$ 53 bilhões. Na sua avaliação, parte desse potencial brasileiro poderia ser instalada na Bahia, cuja produtividade é recorde mundial. Na seção Entrevista, tem-se a contribuição do secretário da Fazenda, Manoel Vitorino, que discute, entre outros assuntos, os principais reflexos da conjuntura adversa sobre a arrecadação tributária do estado baiano e as perspectivas para 2016. Assim como a efetividade de uma reforma tributária que simplifique e modernize o estado brasileiro.

Na seção Artigos, é apresentado o trabalho de Helcio de Medeiros Junior e Laumar Neves de Souza, intitulado *A decomposição da taxa de desocupação da Grande Salvador em tempos de crise*, que traz para o centro da discussão a nova configuração do mercado de trabalho brasileiro, de forma geral, e do soteropolitano, de modo especial. Segundo os autores, antigos e conhecidos problemas se materializam na ocorrência de três fenômenos: retomada do crescimento do desemprego, queda dos rendimentos e diminuição do grau de formalização da força de trabalho. Em outro artigo, com o título *Contradições e conflitos na produção e uso do espaço urbano: um olhar sobre Salvador*, Raissa da Matta Almeida, Lays Britto Azevedo e Joanna Lima de A. Milanez chamam a atenção para o formato assumido pelo espaço urbano. Para as autoras, a produção desse espaço tem-se configurado através de um processo de segregação territorial, espacializando a desigualdade social brasileira.

Assim, a edição 190 da C&P, além de oferecer discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em uma conjuntura adversa, apresenta uma análise sobre o mercado de trabalho e a reestruturação do espaço urbano. Nesse aspecto, a SEI, sem pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, esboça, através desta publicação, um panorama das perspectivas para o ano 2016, bem como convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual a curto e longo prazos.



Conjuntura da economia baiana em 2015

Carla do Nascimento*

Elissandra Britto**

Pedro Marques***

O crescimento da economia mundial desacelerou em 2015. O Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou, em janeiro de 2016, a expectativa de crescimento da economia global, reduzindo o percentual de expansão de 3,3% para 3,1%, abaixo do resultado de 2014 (3,4%). Para 2016, a instituição projetou crescimento de 3,4% (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2016). Nos países emergentes, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá enfrentar suave desaceleração, passando de 4,6%, em 2014, para 4,0%, em 2015, e 4,3%, em 2016. A expansão mais lenta da economia mundial explica-se, principalmente, pela continuidade do menor ritmo de crescimento da China, com contribuições secundárias resultantes da forte retração da economia russa e do fraco desempenho da América Latina, em particular da América do Sul. Enquanto as principais economias avançadas (EUA, Europa, Japão) registraram o mesmo ritmo de crescimento econômico ou uma aceleração modesta.

A economia brasileira em 2015 foi marcada por forte recessão, atribuída, em grande parte, ao reflexo da expressiva deterioração das expectativas de empresários industriais e do consumidor quanto ao desempenho econômico brasileiro, que apresentou queda acentuada na demanda doméstica, em particular dos investimentos e do consumo.

Sobre preços, a inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou a taxa de 10,67% em dezembro de 2015, 4,26 pontos percentuais (p.p.) acima da registrada em 2014. De

um lado, os preços livres acumularam variação de 8,51% no mesmo período (6,72% até dezembro de 2014); de outro, os preços administrados variaram 18,07% (5,32% até dezembro de 2014). A desvalorização do Real, em quase 50%, também contribuiu para o avanço da inflação. Os índices elevados dos preços também contribuíram para reduzir o potencial de crescimento da economia e a geração de empregos e de renda no país.

Ao final de 2015, a taxa de juros Selic, que iniciou o ano em 11,75%, elevou-se para 14,25%, e o governo anunciou medidas de estímulo ao crédito, através dos bancos públicos. Os dados de produção e vendas, além do mercado de trabalho, permaneceram fracos, mas houve alguma estabilização nos índices de confiança.

Os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) para o ano de 2015 confirmaram as expectativas de retração da economia, apontando um recuo de 3,8% do PIB em relação a igual período de 2014. Nesta base de comparação, apenas a Agropecuária teve desempenho favorável, com crescimento de 1,8%. O setor industrial e o de serviços exibiram queda de 6,2% e 2,7%, respectivamente.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em produção de informações econômicas, sociais e geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). pedromarques@sei.ba.gov.br

No quarto trimestre de 2015, a agropecuária baiana apresentou crescimento de 5,8% em seu Valor Agregado Bruto (VAB), apesar da retração no ritmo de atividade econômica do estado no mesmo período

De acordo com o Sistema de Contas Nacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016), sob a ótica da demanda agregada, destacou-se a forte queda de 14,1% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). O consumo das famílias (-4,0%) e o consumo do governo (-1,0%) também acumularam redução no período. No setor externo, as importações de bens e serviços tiveram variação negativa de 14,3%, enquanto as exportações de bens e serviços expandiram-se em 6,1%.

A produção industrial nacional registrou queda de 11,9% em 2015. No setor de serviços houve redução de 5,0% no volume de serviços prestados no país no mesmo período. Comportamento semelhante foi observado no comércio varejista ampliado, com decréscimo de 8,6% no volume de vendas, resultado da queda de 4,3% no varejo, 17,8% nas vendas de veículos e motos, partes e peças e de 8,4% nas vendas de material de construção. Como consequência, a taxa de desocupação média alcançou 6,8% em 2015 nas seis maiores regiões metropolitanas do país, dois pontos percentuais acima da taxa de 2014 (4,8%), com fechamento de cerca de 1,5 milhão de postos de trabalho.

A fragilidade da atividade econômica provocou uma arrecadação de impostos muito aquém da esperada para 2015. O governo não conseguiu a aprovação no Legislativo de medidas do ajuste fiscal necessárias para compensar a redução das receitas. Consequentemente, o país progressivamente afastou-se das metas fiscais estabelecidas para os próximos anos. Ante a falta de apoio político do governo e as dificuldades do Congresso

para realizar o ajuste fiscal, as expectativas apontam para resultados fiscais ruins ainda em 2016.

As projeções de analistas de mercado indicam, para 2016, retração um pouco menor do que a observada no ano de 2015, com variação em torno de -3,5% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016). As expectativas para a superação da crise com controle da inflação são projetadas somente para 2017, mas com crescimento modesto. Isto porque o mau desempenho econômico e fiscal deve persistir, e as incertezas políticas continuam pressionando a confiança dos agentes econômicos. Esses fatores atrasam a recuperação do investimento e do crescimento, aumentando os riscos para a consolidação fiscal em médio prazo, tão necessária para a estabilização da dívida interna.

O cenário da Bahia acompanha de perto o quadro econômico do país. Em 2015, a atividade econômica baiana caiu 3,2%, de acordo com as estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016). Esse resultado refletiu o crescimento de 6,8% da Agropecuária, e a queda de 6,2% da Indústria e de 2,2% dos Serviços. As próximas seções detalham o desempenho setorial da economia baiana ao longo do ano de 2015.

A AGRICULTURA BAIANA ENCERRA ANO COM BONS FRUTOS EM 2015

No quarto trimestre de 2015, a agropecuária baiana apresentou crescimento de 5,8% em seu Valor Agregado Bruto (VAB), apesar da retração no ritmo de atividade econômica do estado no mesmo período, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). No acumulado do ano, o setor cresceu 6,8%, resultado que reflete, sobretudo, o bom desempenho da agricultura, especialmente da produção de grãos (Gráfico 1).

De acordo com o 12º Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em dezembro de 2015 pelo IBGE, a estimativa da taxa de crescimento da safra de grãos na Bahia, no mesmo ano, foi de 17,1% na comparação com 2014. Dessa forma, a produção total dos principais grãos do estado ficou em torno de 9,3 milhões de toneladas. No geral, as condições climáticas favoráveis estimularam os produtores a ampliarem a área plantada e,

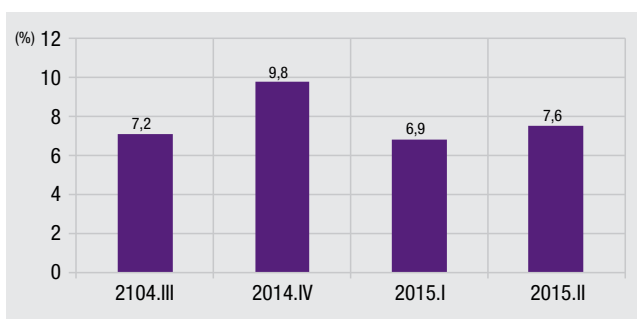


Gráfico 1
Taxa trimestral de crescimento do VAB agropecuário (%)(1)

Fontes: IBGE, SEI.

(1) trimestre atual em relação ao mesmo trimestre ano anterior.

consequentemente, a área colhida, que cresceram 6,1% e 12,5% respectivamente. O rendimento das lavouras superou, na média, em 4,0% o da safra anterior (Tabela 1).

A principal contribuição foi, mais uma vez, da safra da soja, cuja estimativa de produção de 4,5 milhões de toneladas foi 40,6% maior do que em 2014. A distribuição regular das chuvas e o controle de pragas beneficiaram a lavoura, que teve safra recorde pelo segundo ano consecutivo. A lavoura, que se concentra na região oeste do estado, ocupou uma área de cerca de 1,4 milhão de hectares e alcançou produtividade média de 3,1 t/ha. A cotação da saca de 60 kg alcançou R\$ 74,81 em dezembro de 2015, o que garantiu aos produtores um bom rendimento. Os preços, ao longo do ano,

sustentaram-se devido à desvalorização do Real, que se refletiu nos preços domésticos e garantiu maior competitividade externa à *commodity*.

A lavoura do algodão totalizou cerca de 1,2 milhão de toneladas, superando em 2,8% a safra anterior, apesar da redução aproximada de dez mil hectares em área plantada. O rendimento médio alcançou 3,6 t/ha, 5,7% a mais do que no ano anterior. A valorização do Dólar ajudou a sustentar os preços do algodão no mercado doméstico, apesar da forte retração das compras por parte da indústria têxtil local. Na Bahia, segundo maior produtor de algodão do país, houve aumento nas cotações nos últimos meses de 2015, atingindo a média anual de R\$ 67,28 por arroba.

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimentos dos principais produtos Bahia – 2014/2015

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (3)	2015 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.131,5	1.854,4	-13,0	342,6	226,0	-34,0	193,8	164,2	-15,3	11.001,2	11.294,8	2,7
Cana de açúcar	6.705,3	5.838,6	-12,9	128,8	102,6	-20,3	118,6	95,1	-19,8	56.515,4	61.387,9	8,6
Cacau	161,1	135,5	-15,9	563,8	480,4	-14,8	547,4	458,8	-16,2	294,3	295,4	0,4
Grãos	7.971,9	9.333,0	17,1	3.318,0	3.521,3	6,1	3.046,2	3.427,6	12,5	2.617,0	2.722,9	4,0
Algodão	1.164,0	1.196,2	2,8	341,7	332,3	-2,7	341,1	332,3	-2,6	3.412,9	3.599,8	5,5
Café	201,7	217,8	8,0	171,1	178,2	4,1	161,0	167,4	4,0	1.252,8	1.300,7	3,8
Feijão	356,3	435,7	22,3	582,2	576,2	-1,0	498,5	544,8	9,3	714,8	799,8	11,9
Milho	2.921,0	2.806,1	-3,9	825,9	857,2	3,8	656,7	805,7	22,7	4.447,9	3.482,8	-21,7
Soja	3.206,4	4.507,4	40,6	1.276,4	1.438,1	12,7	1.276,4	1.438,1	12,7	2.512,1	3.134,2	24,8
Sorgo	122,5	169,7	38,6	120,7	139,2	15,3	112,5	139,2	23,7	1.088,5	1.219,1	12,0
Total	-	-	-	4.353,2	4.330,3	-0,5	3.906,0	4.145,6	6,1	-	-	-

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; Pesquisa Agrícola Municipal.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) LSPA/IBGE previsão de safra 2014.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2015 (dez. 15).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

O levantamento também concluiu que a lavoura do milho sofreu recuo de 3,9% em 2015, na comparação com 2014, atingindo 2,8 milhões de toneladas. O veranico de janeiro, assim como a incidência de pragas, prejudicou a lavoura de verão do grão. Houve forte queda de produtividade (21,7%), principalmente pela frustração da primeira safra, que alcançou 2,1 milhões de toneladas, ficando 12,3% abaixo da anterior. Os resultados foram melhores na segunda safra, com 630,1 mil toneladas, um expressivo crescimento de 42,8% em relação ao ano anterior.

A saca do milho com 60 kg encerrou o mês de dezembro de 2015 a uma cotação média de R\$ 32,62. Ao longo do ano, porém, a cotação do cereal alcançou níveis muito baixos, recuperando-se nos últimos meses. No mercado doméstico, a safra recorde do cereal não teve impacto negativo sobre os preços. A competitividade internacional da *commodity*, favorecida pelo câmbio desvalorizado, sustentou os preços ao longo do ano. Por sua vez, a lavoura baiana encolheu na safra atual, afetada pela queda de rendimento, devido a fatores climáticos e à incidência de pragas.

Após algumas revisões ao longo do ano, a lavoura do feijão em 2015 cresceu 22,3% na produção, em comparação com a safra anterior. A principal contribuição veio da primeira safra, que atingiu 239,5 mil toneladas, representando um incremento de 152,6% sobre a mesma safra de 2014. A estimativa para a segunda safra da leguminosa, porém, apontou queda de 25,0% na produção (196,2 mil toneladas), na mesma base de comparação, e redução de 17,7% da área plantada. A cultura de feijão no estado, portanto, totalizou 435,7 mil toneladas, numa extensão de 576,2 mil hectares plantados. Os preços do feijão (saca com 60 kg) encerraram o ano com forte aumento (23,1%), atingindo R\$ 191,43 na média de dezembro. Ao longo de 2015, os preços oscilaram bastante em torno da cotação média de R\$ 121,62.

A produção de café encerrou o ano com estimativa de crescimento de 8,0%, na comparação com 2014, totalizando 217,8 mil toneladas, numa área de 167,4 mil hectares. A cotação média por saca de 60 kg do café arábica tipo duro oscilou em torno de R\$ 406,25 ao longo do ano. A principal contribuição veio da variedade arábica, que atingiu 128,8 mil toneladas, um aumento de 4,0%, em relação ao resultado da safra passada. Por sua vez, a variedade

canephora alcançou 88,9 mil toneladas, com crescimento de 14,3% em relação à colheita do ano passado.

O levantamento destacou, ainda, o desempenho negativo de outras culturas relevantes, como a da mandioca, cuja queda de 13,0% refletiu o desestímulo dos produtores diante dos baixos preços. As lavouras de cana-de-açúcar (-12,9%) e de cacau (-15,9%) também apresentaram declínio na produção em 2015, com redução acentuada da área colhida em 2015.

As primeiras estimativas apontam um cenário ainda favorável em 2016, apesar das incertezas no quadro econômico nacional. A expectativa é de crescimento de 3,1% na safra de grãos, alcançando 9,6 milhões de toneladas. As chuvas ocorridas em janeiro em quase todo o estado deixaram os produtores mais otimistas, afastando por ora os prejuízos da estiagem do final do ano passado. Embora mais modesto do que o crescimento de 2015, o resultado sofre o efeito da base de comparação elevada. O destaque, mais uma vez, fica por conta da produção de soja, cujo aumento estimado pelo IBGE é da ordem de 4,6%, podendo alcançar 4,7 milhões de toneladas.

A variação dos preços dos principais produtos agrícolas baiano, medida pelo Índice de Commodities Agrícolas da Bahia (ICAB), acompanhado pela SEI, registrou alta de 2,1% em dezembro de 2015 em relação a novembro do mesmo ano. Já na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o índice teve alta de 14,8%, enquanto, no acumulado do ano, a alta foi de 7,5%.

No tocante ao comércio exterior, as exportações de produtos primários recuaram 6,7%, em valores nominais (Dólar), em 2015, na comparação com o mesmo período do ano anterior (Tabela 2). Os preços médios de quase todos os segmentos variaram negativamente, a despeito do aumento do volume exportado. Isso reflete o ciclo de queda dos preços internacionais das *commodities*, em razão da retração da demanda internacional, sobretudo dos países desenvolvidos e da China. Conforme observado, o volume exportado cresceu 16,2%, com destaque para produtos agrícolas como soja, cacau, milho e frutas. Os preços domésticos dessas *commodities* foram influenciados pela desvalorização cambial, tornando-os mais competitivos no mercado internacional.

Tabela 2
Exportações baianas de produtos agrícolas – jan./dez. 2015

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio	Peso (ton)		Var. %
	2014	2015				2014	2015	
Papel e celulose	1.596.480	1.374.848	-13,88	33,82	-14,67	3.071.684	3.099.877	0,92
Soja e derivados	1.334.678	1.365.671	2,32	33,59	-24,36	2.660.873	3.599.358	35,27
Algodão e seus subprodutos	425.329	358.944	-15,61	8,83	-13,24	241.642	235.035	-2,73
Cacau e derivados	207.817	268.676	29,28	6,61	0,29	48.284	62.241	28,91
Frutas e suas preparações	144.760	145.179	0,29	3,57	-14,56	118.163	138.703	17,38
Couros e peles	153.991	121.356	-21,19	2,99	-9,87	20.892	16.367	-21,66
Café e especiarias	143.749	120.795	-15,97	2,97	-33,65	32.026	40.562	26,65
Sisal e derivados	111.006	120.072	8,17	2,95	13,98	68.510	65.016	-5,10
Fumo e derivados	35.262	28.009	-20,57	0,69	-8,33	2.434	2.109	-13,35
Milho e derivados	11.727	18.462	57,43	0,45	-15,96	55.849	104.627	87,34
Carne e miudezas de aves	10.082	11.550	14,57	0,28	-0,85	5.145	5.945	15,55
Demais segmentos	180.090	131.723	-26,86	3,24	-33,41	90.651	128.504	41,76
Total	4.354.970	4.065.287	-6,65	100,00	-21,85	6.360.303	7.393.716	16,25

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/01/2016.
Elaboração: SEI/CAC.

QUEDA NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E NAS EXPORTAÇÕES

O valor adicionado pela indústria baiana caiu 6,2% em 2015, mesmo resultado do nacional. Decompondo-se este setor observou-se crescimento de 3,0% em *Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana* e 3,8% na *Extrativa mineral*. Os piores números concentraram-se na *Indústria de transformação*, que, em termos de valor adicionado, recuou 9,5%, e na *Construção civil*, com queda de 7,3%.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE de 2015 mostraram que, no mesmo período, a produção da *Indústria geral* (extrativa e transformação) contraiu-se 7,0% na Bahia, e 8,3% em nível nacional. A maioria dos setores da indústria baiana registrou queda em 2015, reproduzindo o padrão nacional.

A análise trimestral ilustrada no Gráfico 2 confirma a baixa do crescimento da produção física da indústria baiana nos quatro trimestres de 2015.

Em 2015, o desempenho da *Indústria de transformação* decorreu da contração na produção de *Derivados do petróleo e biocombustíveis* (-13,3%), pressionada, especialmente, pela menor produção de óleos combustíveis,

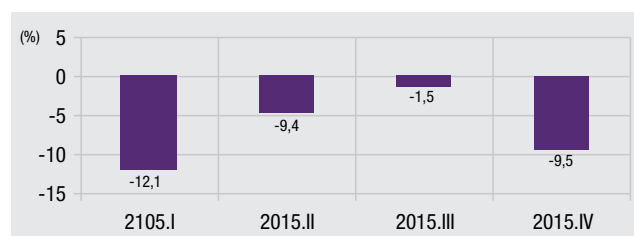


Gráfico 2
Variações Trimestrais da Produção Física Industrial(1)
Bahia – 2015

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

óleo diesel, gasolina automotiva e naftas para petroquímica; *Metalurgia* (-11,8%), devido à menor produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre, lingotes, blocos e placas de aço ao carbono, vergalhões de aço ao carbono e fio-máquina de aços ao carbono; *Produtos químicos* (-4,8%), por conta da menor produção de polietileno de alta densidade (Pead), policloreto de vinila (PVC), amoníaco e princípios herbicidas; *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-54,9%), em razão da queda na produção de computadores pessoais de mesa (PC desktops) e gravadores ou reprodutores de sinais de áudio e vídeo (DVD, home theater e semelhantes); e *Indústria extrativa* (-6,5%), segundo a Pesquisa Industrial Mensal (2015) do IBGE (Gráfico 3).

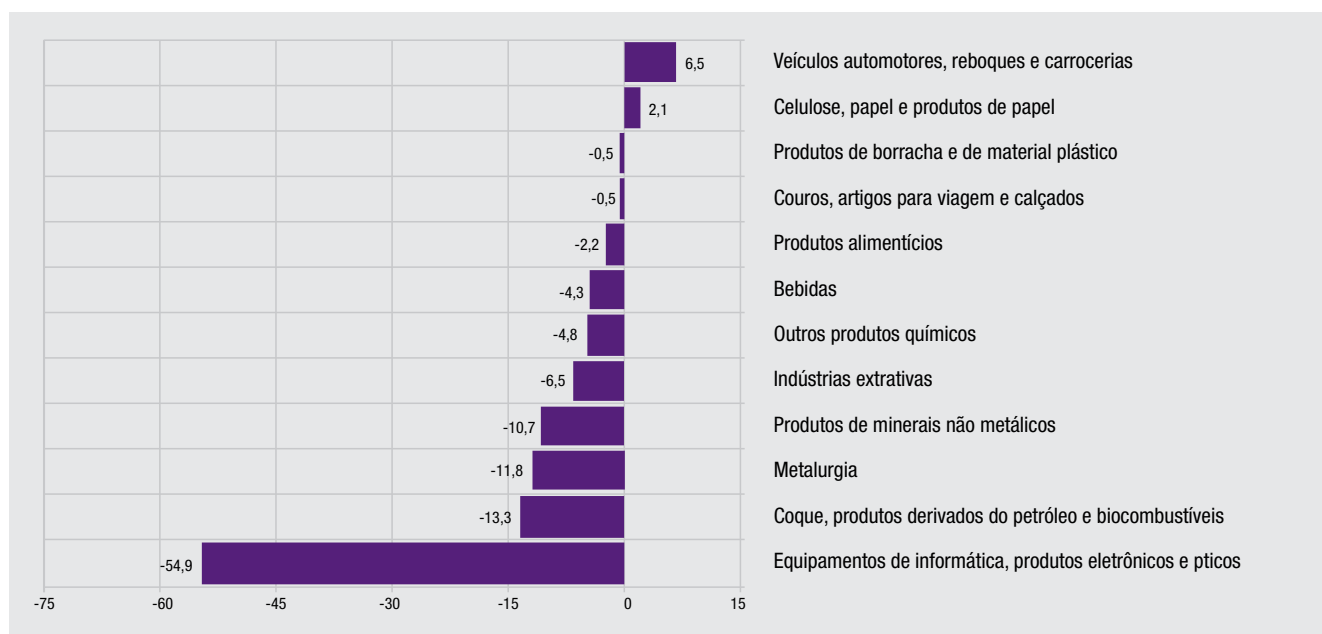


Gráfico 3
Gêneros da Indústria Baiana de Transformação – Variação Mensal (%)
Jan.-dez. 2015/jan.-dez.14

Fonte: IBGE.
 Elaboração: SEI/CAC.

Em sentido oposto, os ramos *Veículos* (6,5%), impulsionado pela maior fabricação de veículos automotores, e *Celulose, papel e produtos de papel* (2,1%) tiveram as contribuições positivas sobre o total da indústria baiana.

O aumento na produção de *Veículos* deveu-se principalmente à baixa base de comparação com o ano anterior. O setor teve forte retração no país (-21,0%) em 2014, em razão da retirada do crédito, da queda de confiança do consumidor quanto ao futuro da economia, e da crise argentina (país de destino de 76% das exportações baianas de veículos).

No entanto, a crise no segmento intensificou-se em 2015 e as vendas de veículos, mesmo com o aumento da produção, apresentaram queda ao longo do ano. Segundo informações da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (2015), foram vendidas 113.142 unidades em 2015, ante 152.264 em 2014, representando retração de 25,7% no período.

Por sua vez, setores intensivos em trabalho e tradicionais na estrutura produtiva estadual, como o de calçados e

de equipamentos eletrônicos, já vinham enfrentando dificuldades ao longo dos últimos anos, tendência que se manteve em 2015.

A produção física da *Indústria extrativa* assinalou retração de 6,5% em 2015, basicamente influenciada pela queda de 9,7% na extração de petróleo e de 4,1% na produção de gás natural, de acordo com dados divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (2015).

O encolhimento da indústria também se refletiu nas exportações estaduais. A balança comercial registrou déficit de US\$ 404 milhões em 2015 – no ano anterior foi observado um superávit de apenas US\$ 29 milhões. Apesar da queda de 10,7% das importações, decorrente da redução das compras de bens intermediários, de capital e de bens duráveis e não duráveis e do desaquecimento da demanda interna, a diminuição das exportações foi ainda maior (-15%). Na comparação com 2014, o valor das exportações de básicos cresceu apenas 0,8%, enquanto o de manufaturados recuou 33,0% (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2015).

Em relação aos principais parceiros comerciais da Bahia, houve retração das exportações no período para quase todos os blocos econômicos, com exceção da China, que registrou expansão de 28,6%. Nos demais, destacaram-se as quedas de 24,7% para os EUA e de 23,2% para a União Europeia.

VAREJO SENTIU OS EFEITOS DA CONTRAÇÃO ECONÔMICA

As vendas do *Comércio varejista* refletiram a retração da atividade econômica do país. A perda de dinamismo pôde ser observada nos últimos três anos, tanto no Brasil quanto na Bahia, conforme ilustrado na Tabela 3. Na Bahia, em 2015, a queda foi mais intensa, reflexo da retração verificada ao longo dos meses no volume de negócios.

Tabela 3
Taxa de crescimento do comércio varejista
Bahia – 2011-2015

Ano	Brasil	Bahia
2011	6,7	7,1
2012	8,4	9,7
2013	4,3	2,7
2014	2,2	4,6
2015	-4,3	-8,1

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Comércio.

A retração das vendas no setor pode ser explicada pela desaceleração do crescimento real da massa de salários, a aceleração da inflação, a escassez de crédito, a elevação da taxa de juros e o aumento da incerteza por parte dos agentes econômicos. Dado o cenário de retração da atividade econômica, verificou-se que os consumidores estão cada vez mais temerosos em realizar gastos, comprometendo, assim, as vendas do setor.

Por atividade, os dados do comércio varejista do estado da Bahia no acumulado do ano revelaram que todos os oito segmentos que compõem o Indicador do Volume de Vendas registraram comportamento negativo, conforme ilustrado no Gráfico 4. Listados pelo grau de magnitude das taxas em ordem decrescente, têm-se: *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-24,0%); *Tecidos, vestuário e calçados* (-14,6%); *Móveis e eletrodomésticos* (-14,4%); *Combustíveis e lubrificantes* (-11,6%); *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-5,0%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-4,2%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-1,1%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-0,6%). No que diz respeito aos subgrupos, os de *Móveis* e de *Eletrodomésticos* apresentaram variações negativas de 13,6% e 14,8%, respectivamente, e o de *Hipermercados* e *supermercados*, queda de 3,0%.

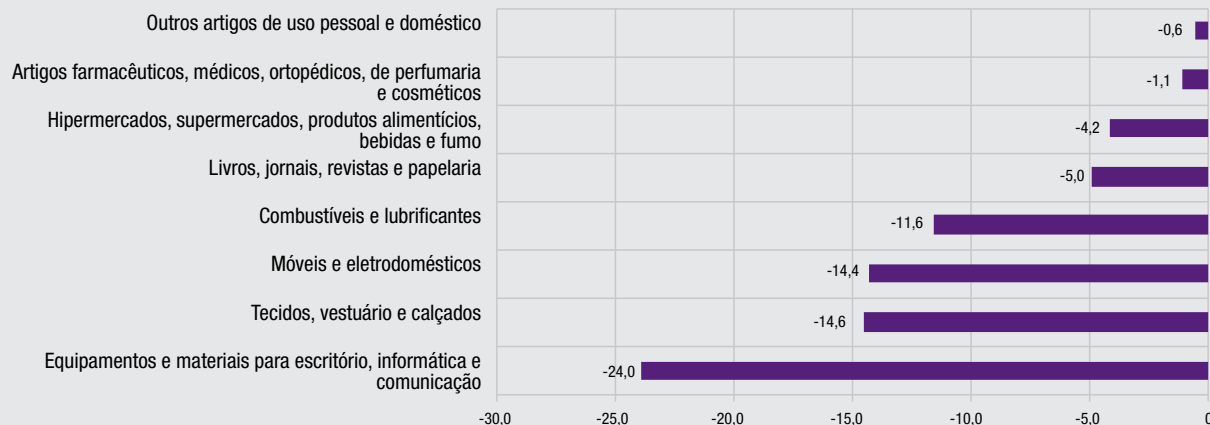


Gráfico 4
Volume de vendas das atividades do comércio varejista(1)
Bahia – 2015

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Comércio.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

No comércio varejista ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de *Veículos, motos, partes e peças* e de *Material de construção*, o decréscimo nas vendas foi de 9,3% em 2015, em relação a igual período do ano anterior.

O segmento de *Veículos, motos, partes e peças* registrou, no ano, variação negativa de 13,3%. Esse comportamento foi decorrente do crédito mais seletivo por parte das financeiras, do menor ritmo da atividade econômica, além do comprometimento da renda familiar diante da desaceleração do crescimento real da massa de salários. Em relação ao segmento *Material de Construção*, também se observou queda de 5,2% nas vendas em 2015.

Nesse mesmo ano, os segmentos que mais influenciaram o comportamento de retração na atividade do comércio na Bahia foram: *Móveis e eletrodomésticos*; *Combustíveis e lubrificantes*; *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, e *Tecidos, vestuário e calçados*.

Na Bahia, as vendas de *Móveis e eletrodomésticos* foram determinantes para comprometer a dinâmica do setor em 2015. O seu comportamento refletiu não somente a queda na renda disponível e a seletividade do crédito, mas também o aumento das taxas de juros. Além da retirada dos incentivos através da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para diversos itens

do segmento, especialmente, a “linha branca” e móveis. Quando observado o comportamento do segmento ao longo dos meses anteriores, constatou-se que, desde dezembro de 2014, o volume de vendas para a atividade foi negativo.

O segmento de *Combustíveis e lubrificantes* exerceu, na Bahia, o segundo maior peso para a queda verificada nas vendas em 2015. Esse comportamento foi atribuído a alguns fatores, como a elevação dos preços dos combustíveis no acumulado dos últimos 12 meses acima da inflação média e o menor ritmo da atividade econômica. Apesar de o segmento comercializar um produto cuja demanda é pouco sensível à variação dos preços, esse comportamento revela que o consumidor buscou utilizar o veículo de forma mais moderada.

O terceiro a contribuir negativamente para o comportamento das vendas na Bahia foi o setor de *Tecidos, vestuário e calçados*. A principal justificativa é que a influência da redução da massa real dos rendimentos levou as pessoas a reduzirem o seu ímpeto de consumo, passando a ponderar mais sobre a real necessidade de adquirir produtos comercializados pelo setor.

O segmento *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, de expressiva relevância para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista, foi responsável pela quarta maior influência negativa na formação da taxa do varejo em 2015. Em razão desses fatores, o consumidor, embora realizando suas compras, passou a gastar de forma mais moderada. Como se trata de um segmento em que grande parte dos produtos comercializados é do gênero alimentício, o comprometimento dessas vendas indica que o momento retração da atividade econômica no país é preocupante.

Essa afirmativa é reforçada quando se observa a trajetória do setor em 2015. Conforme o Gráfico 5, a tendência apresentada foi de perda de dinamismo nas vendas, resultando em taxas negativas.

Dentro desse contexto, a conjuntura do varejo preocupa os agentes econômicos, provocando uma contenção cada vez mais intensa do consumo. Assim, caso não

Na Bahia, as vendas de *Móveis e eletrodomésticos* foram determinantes para comprometer a dinâmica do setor em 2015 refletiu não somente a queda na renda disponível e a seletividade do crédito, mas também o aumento das taxas de juros

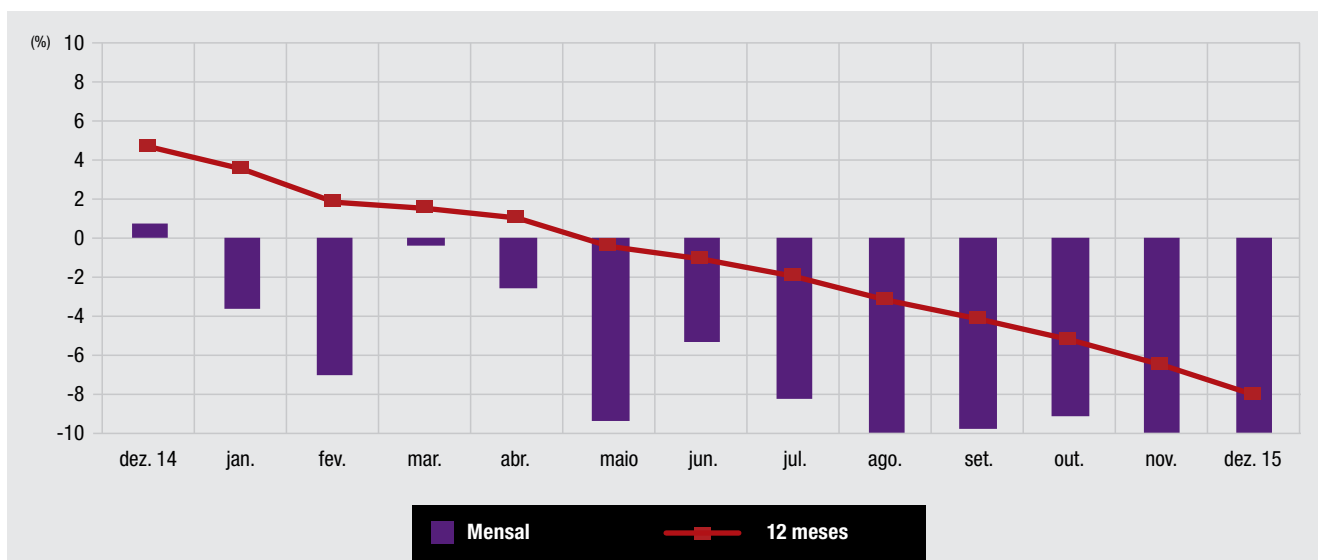


Gráfico 5
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – dez./14-dez./15

Fontes: IBGE, SEI.

haja uma mudança no rumo da política econômica no curto prazo, a perspectiva é que as vendas do setor para o ano de 2016 continuem comprometidas.

CRISE AFETA MERCADO DE TRABALHO

Os ganhos obtidos no mercado de trabalho no início da década de 2000, como o crescimento da contratação por parte das empresas, os aumentos salariais e a política consistente de reajuste do salário mínimo, já acumulam perdas após o corte de postos de trabalho ao longo de 2015.

No mesmo ano, os mercados de trabalho brasileiro e baiano apresentaram trajetórias similares de queda contínua no nível de emprego, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016) do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2016).

A taxa de desocupação no país, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), foi estimada em 9,0% no quarto trimestre de 2015 (6,5% em igual período de 2014), acréscimo de 2,5 pontos percentuais. A população desocupada foi

de 9,1 milhões de pessoas, aumento de 40,8% (ou 2,6 milhões de pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2014 (Gráfico 6).

Ainda segundo a PNAD-C, a população ocupada de 92,3 milhões de pessoas recuou 0,6% (600 mil pessoas) em relação ao quarto trimestre de 2014 e a população economicamente ativa aumentou 2,0% no mesmo período. Esses dados evidenciam que a taxa de desocupação

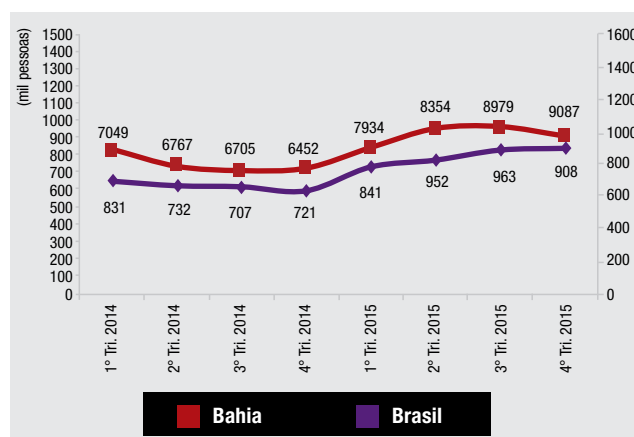


Gráfico 6
Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas nas semana de referência – Bahia
1º tri. 2014-4º tri. 2015

Fonte: IBGE-PNAD-C.
Elaboração: SEI/CAC.

foi pressionada tanto pela queda no nível de ocupação quanto pela demanda por trabalho.

Na análise do contingente de ocupados por grupamentos de atividade, em comparação ao quarto trimestre de 2014, houve queda da população ocupada nos setores da Indústria (-7,9%, menos 1.065 mil pessoas), de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-8,7%, menos 913 mil pessoas), de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-1,5%, menos 143 mil pessoas) e Outros serviços (-1,3%, menos 55 mil pessoas), enquanto nos demais grupamentos ocupacionais houve acréscimo, destacando-se: Serviços domésticos (6,6%, 395 mil pessoas) e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (2,1%, 322 mil pessoas).

A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados foi estimada nominalmente em R\$ 171,54 bilhões no quarto trimestre de 2015 e ficou 2,4% menor que a estimada no último trimestre de 2014. A queda de 2,0% no rendimento médio real habitual dos ocupados contribuiu para a redução nesse indicador.

Na Bahia, a taxa de desocupação passou de 9,7% para 12,2% (2,5 p.p.), entre o quarto trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2015 (Gráfico 7). O contingente dos ocupados foi estimado em 6.512 mil, apresentando queda de 2,5% (menos 168 mil pessoas) ante o quarto trimestre de 2014.

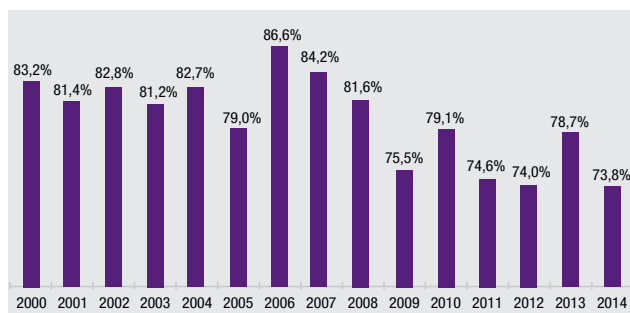


Gráfico 7
Taxa de de desocupação(1) – Bahia
1º tri. 2014-4º tri. 2015

Fonte: IBGE-PNAD-C.
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Considerando-se os ocupados por grupamentos de atividade no estado, as quedas mais significativas foram observadas em Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-11,8%, menos 142 mil pessoas), Indústria geral (-13,4%, menos 74 mil pessoas) e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-2,5%, menos 27 mil pessoas), enquanto os principais acréscimos foram observados em Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (5,1%, 66 mil pessoas) e Alojamento e alimentação (18,4%, 62 mil pessoas).

O rendimento médio real habitual da população ocupada, estimado nominalmente no quarto trimestre de 2015 em R\$ 1.274, registrou decréscimo de 2,2%. Enquanto a massa de rendimento médio real habitual dos ocupados, estimada em R\$ 7,9 bilhões no quarto trimestre de 2015, registrou decréscimo de 4,5% na comparação com o último trimestre de 2014 (Gráfico 8).

No Brasil, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, ocorreu extinção de 1.542.371 empregos formais ou celetistas em 2015, na série ajustada com declarações fora do prazo. Nesse mesmo período, na Bahia, ainda de acordo com o Caged, foram eliminados 75.286 postos celetistas (-4,1%) (BRASIL, 2016).

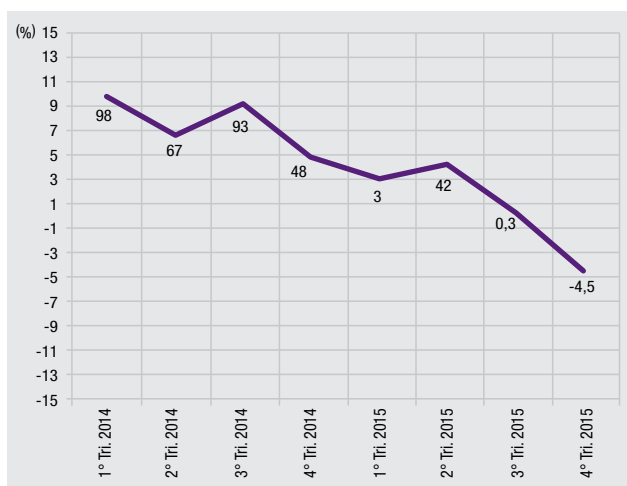


Gráfico 8
Massa de rendimentos(1) – Bahia
1º tri. 2014-4º tri. 2015

Fonte: IBGE-PNAD-C.
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Massa de rendimentos de todos os trabalhos, habitualmente recebidos por mês, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, com rendimento de trabalho.

Setorialmente, a *Indústria de transformação* capitaneou a queda do emprego formal em âmbito nacional, apresentando saldo negativo de 608.878 postos de trabalho em 2015. Entretanto, foi observado declínio generalizado do emprego em setores importantes da atividade econômica. A exceção foi a *Agropecuária* que apresentou saldo positivo no mercado de trabalho formal do país (Gráfico 9).

A atividade *Construção civil* liderou o declínio do emprego formal no estado da Bahia, com a redução de 34.249 postos de trabalho para 2015. Enquanto o setor da *Administração pública* foi o único a apresentar saldo positivo em 2015, com 482 postos de trabalho.

Analisando-se os dados referentes aos saldos de emprego distribuídos dentro do estado da Bahia, em 2015, o interior encerrou 25.970 postos, enquanto a RMS perdeu 49.316 posições de trabalho com carteira assinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2016, a economia global deve crescer mais do que em 2015, apoiada em uma recuperação mais sólida dos EUA, com a melhora no mercado de trabalho doméstico e da Zona do Euro. No entanto, a recuperação da economia mundial ainda é muito lenta e frágil e os países emergentes precisam ficar atentos ao aumento de riscos, incluindo a volatilidade nos fluxos internacionais de capital.

Os índices de confiança sinalizam o sentimento dos brasileiros com relação à situação e às expectativas do consumidor e do empresariado, que evidenciam o ambiente de incerteza econômica ante o cenário político brasileiro, o que compromete as decisões de curto prazo para a economia.

O desempenho negativo da economia brasileira em 2015 dificulta a previsão de uma retomada do crescimento no curto prazo, mas aponta para um horizonte mais estável ao final de 2016. Os fatores positivos, como tendência de inflação mais baixa, queda menos acentuada do PIB e expansão das exportações impulsionadas pela alta do Dólar; e os negativos, como o cenário internacional turbulento e a ainda não superada crise política brasileira, não justificam um otimismo no curto prazo. Há necessidade de retomada do investimento, e isso implica algumas ações do governo para atraí-lo, e de aumento do consumo privado. Como aspecto positivo tem-se o aumento do salário mínimo, no entanto, o desemprego ainda deverá apresentar crescimento das taxas.

As perspectivas são de retração para o PIB baiano em 2016. O resultado reflete o arrefecimento da economia nacional e o ambiente de incertezas dos mercados internacionais. O cenário macroeconômico, observado em 2015, de inflação alta, restrição de crédito, aumento do desemprego e queda no consumo das famílias

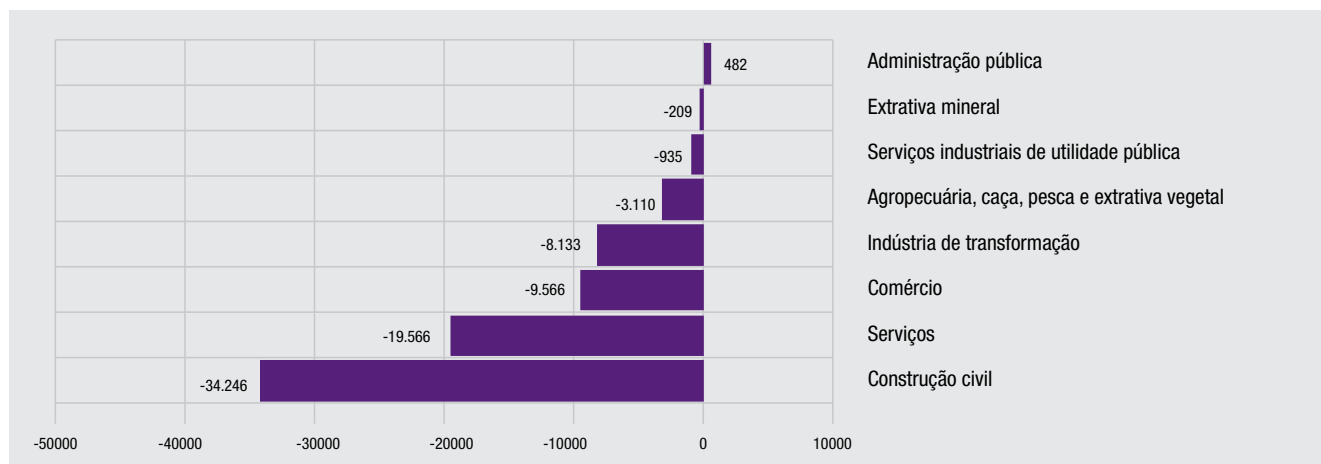


Gráfico 9

Saldo de emprego celetista, segundo o setor de atividade econômica – Bahia – 2015

Fonte: Caged.

Nota: dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes em janeiro de 2016.

mantém-se, reduzindo as expectativas de crescimento dos setores de atividade econômica. A demanda contida e as taxas de juros elevadas também continuam a inibir o setor industrial, especialmente a indústria de transformação e a construção civil. O setor agropecuário, por sua vez, mantém o cenário favorável, estimulado principalmente pelo clima favorável e o aumento na produção de grãos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos mensais*: dez. 2015. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus*. Relatório de Mercado: 11 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20160311.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA: dez. 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2015.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

BOLETIM TÉCNICO: CAGED: dez. 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_dez15.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*: dez. 2015. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4FF110CB015260E7D9F0650A/Brasil%20Dezembro%202015%20com%20acertos.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Índices e números: emplacamentos: dez. 2015. Disponível em: <<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

ÍNDICE DE COMMODITIES AGRÍCOLAS DA BAHIA: dez. 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/icab/rel_ICAB_dez15.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *A economia brasileira no 4º trimestre de 2015*: visão geral. Comentário. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201504caderno.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook*: subdued demand, diminished prospects: Jan. 2016. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/update/01/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: dez. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default_publ_completa.shtm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: dez. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO: dez. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. 4º trimestre. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201504_trimestre_caderno.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Atividade econômica baiana encerra o ano 2015 com retração de 3,2%*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2015_4.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO





Manuel Vitório

Mudar para avançar

Em entrevista, o secretário da Fazenda, Manuel Vitório, explica como as mudanças na repartição do Imposto sobre Circulação e de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os reflexos da crise internacional estão provocando transformações na gestão da administração tributária baiana e nas discussões acerca de uma reforma tributária.

SEI – Em 2015, o Brasil

experimentou a maior retração dos últimos 25 anos, com impactos negativos sobre a economia baiana, que caiu 3,2%. Quais foram os principais reflexos dessa conjuntura adversa sobre a arrecadação tributária do estado?

MV – Tivemos reflexos importantes, que só não foram mais profundos por conta do esforço empreendido pela Sefaz e sua equipe para manter a assertividade da arrecadação. Mesmo com a queda do PIB, a arrecadação do ICMS registrou crescimento nominal, embora não o suficiente para superar a escalada inflacionária registrada em 2015. A perda real foi de 2,6%. O fato é que todos os estados perderam para a inflação no ano que passou. A Bahia teve o mérito de avançar mais que a maioria, e o nosso crescimento nominal de 6,48% em 2015 representou quase o dobro da média nacional, que foi de 3,62%. Vale ressaltar que o crescimento baiano superou o de estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais, e apenas o Paraná registrou crescimento maior. No acumulado dos últimos quatro anos, a arrecadação do ICMS na Bahia também foi destaque entre as maiores economias, tendo crescido 30,65% entre 2012 e 2015. A Bahia, além disso, ampliou a sua participação relativa no somatório do imposto arrecadado em todo o país. Sexto do *ranking* nacional, alcançou 4,8% de participação no ICMS total, ante 4,7% em 2014. O desempenho confirmou a tendência de recuperação da capacidade do fisco baiano nos últimos anos.

SEI – E, para 2016, as perspectivas são de queda na arrecadação?

MV – O cenário continua sendo de retração econômica, o que se reflete na arrecadação, que vem ressentindo-se desde o início do ano. Diante disso, estamos aprofundando a estratégia de melhoria contínua da gestão na administração tributária, pautada tanto no combate à sonegação – com a equipe da Sefaz trabalhando em forte parceria com o Ministério Público Estadual, a Polícia Civil e a Procuradoria Geral do Estado – quanto na modernização tecnológica do fisco, com um pacote de iniciativas reunidas no programa Sefaz On-line, que inclui abordagens baseadas na nova realidade de dados digitais, como acontece com a Malha Fiscal Censitária.

SEI – Mesmo com essa redução no caixa do estado, estamos cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal?

MV – O estado conseguiu manter o equilíbrio fiscal em meio à retração

O fato é que todos os estados perderam para a inflação no ano que passou. A Bahia teve o mérito de avançar mais que a maioria, e o nosso crescimento nominal de 6,48% em 2015 representou quase o dobro da média nacional, que foi de 3,62%

da economia, mas as contas de 2015 apontaram para os desafios a serem enfrentados no novo exercício, diante da manutenção do cenário econômico. A Bahia segue em dia com o pagamento dos servidores e dos fornecedores e com os gastos na área social e fechou 2015 com investimento de R\$ 2,29 bilhões, em nível equivalente ao do ano anterior, a despeito da perda real de arrecadação própria e da queda nos repasses da União. Mas tivemos um sinal de alerta: a ultrapassagem do limite prudencial para despesas com o funcionalismo, o que implica uma série de restrições nesta área em 2016. Os gastos com pessoal chegaram a 47,61% da receita corrente líquida em 2015, ultrapassando o limite prudencial de 46,17% fixado pela LRF.

De acordo com o artigo 22 da lei, até que os gastos voltem a ficar abaixo do limite prudencial, o estado fica impedido de conceder aumentos, reajustes ou adequações de remuneração, criar cargos, empregos ou funções, promover alterações de estruturas de carreira que impliquem aumento de despesa e realizar provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal. Neste último caso, está ressalvada a reposição de pessoal decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança. Também há restrições à contratação de horas extras.

SEI – Esta recessão com reflexos sobre a arrecadação reduz a capacidade de investimento do estado. Os empréstimos em organismos multilaterais são a saída nesse momento?

MV – Como disse, o total de R\$ 2,29

bilhões investidos em 2015 é uma soma expressiva, levando-se em conta não apenas as dificuldades econômicas, mas o fato de que o estado não conseguiu celebrar novas operações de crédito, tendo contado com apenas R\$ 1 bilhão proveniente das operações já em vigor. O crescimento nominal das transferências correntes, além disso, ficou abaixo de 1%: contabilizou apenas 0,73%. Mesmo com todas essas limitações, o total investido em 2015 ficou pouco abaixo dos R\$ 2,54 bilhões registrados em 2014, destacando a Bahia do quadro de quedas acentuadas dos investimentos entre as maiores economias do país. Enquanto os investimentos do governo baiano caíram 9,77%, houve quedas maiores em Pernambuco (-58,77%), Paraná (-33%), Rio de Janeiro (-54,67%) e São Paulo (-30,62%).

Por sua vez, de acordo com a legislação, a Bahia dispõe de confortável perfil de endividamento e, portanto, plena capacidade para contrair novas operações, o que é atestado pelos próprios organismos internacionais e pelo Tesouro Nacional, ao aferir o perfil do estado de acordo com os parâmetros da LRF. Mesmo com a recente alta do Dólar, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) equivale hoje a 59% da Receita Corrente Líquida (RCL), bem abaixo do teto estabelecido pela LRF, que admite uma relação de até 200% entre dívida e receita. É importante ressaltar que tais empréstimos são necessários para a realização de obras estruturantes em áreas como mobilidade urbana, construção e recuperação de estradas, além de investimentos em políticas sociais em educação, saúde e segurança, entre outras.

A Bahia dispõe de confortável perfil de endividamento e, portanto, plena capacidade para contrair novas operações, o que é atestado pelos próprios organismos internacionais e pelo Tesouro Nacional

SEI – A partir de 2016 passaram a vigorar novas regras sobre a repartição do ICMS arrecadado com o comércio eletrônico. A Bahia foi beneficiada com essa mudança?

MV – A mudança corrige uma injustiça e estabelece que parte do ICMS que incide nas compras feitas por meio do comércio eletrônico e nas vendas para consumidor final residente em outro estado passará a ser recebida pelo estado de destino dos bens ou serviços. Definida via Proposta de Emenda Constitucional (PEC) promulgada em abril de 2015 pelo Senado Federal, a nova regulamentação do compartilhamento do tributo é tema de lei estadual e passou a vigorar em abril deste ano. Ela estabelece duas alíquotas, uma interna e outra interestadual, e prevê que a diferença entre estas será gradualmente direcionada ao estado de destino da compra. Pela nova regra, em 2016, o estado de destino fica com 40% da diferença entre a alíquota interna e a interestadual, e o de origem, com 60%. No ano seguinte, esses percentuais serão, respectivamente, 60%

e 40%. No terceiro ano, o estado de destino ficará com 80% e o de origem, 20%. E, a partir de 2019, 100% da diferença entre as alíquotas ficará no estado de destino dos bens e serviços. Na Bahia, a expectativa é que, já em 2016, a medida signifique um primeiro aumento de R\$ 48 milhões na arrecadação.

SEI – Em sua opinião, por que ainda não fizemos uma reforma tributária que simplifique e modernize o sistema brasileiro?

MV – O atual sistema tributário brasileiro vem esgotando-se, como temos frisado em todas as oportunidades que encontramos para falar do tema. Temos defendido, entretanto, a necessidade de se associar uma eventual substituição do modelo atual à criação de um fundo de desenvolvimento regional que compense eventuais perdas a serem sentidas por regiões como o Nordeste, que têm lançado mão de incentivos fiscais em função das disparidades em infraestrutura, por exemplo, que reduzem a sua competitividade na atração de investimentos.

SEI – A reforma tributária deveria acabar com os incentivos fiscais?

MV – Como dito na resposta anterior, os incentivos fiscais têm sido um recurso utilizado pelas regiões historicamente menos favorecidas para se tornarem competitivas no cenário econômico brasileiro, que se pautou, ao longo do tempo, por uma excessiva concentração no eixo Sul-Sudeste. Uma reforma tributária que busque fazer justiça não deve

deixar de contemplar esta questão, sob pena de se perpetuar essa lógica concentradora.

SEI – A Secretaria da Fazenda vem implementando um sistema moderno de combate à sonegação e de aumento da assertividade da fiscalização. Seus efeitos já podem ser notados na arrecadação?

MV – Ao lado das parcerias interinstitucionais para combate à sonegação, como já dissemos, o programa Sefaz On-line está, sem dúvida, contribuindo para que a Bahia consiga manter a capacidade do fisco, inclusive ampliando a sua participação no conjunto dos estados, a despeito da retração econômica. Com o Sefaz On-line, o fisco estadual passa a atuar crescentemente pautado por dados digitais, o que vem ampliando os recursos disponíveis para melhorar o planejamento e a execução da fiscalização. Agora podemos fazer variadas prospecções através de batimentos de dados eletrônicos, o que torna mais fáceis o mapeamento de contribuintes irregulares, como acontece com a Malha Fiscal Censitária, e a detecção em tempo real de fraudes cometidas por 'hackers fiscais', objeto da atuação do Centro de Monitoramento On-line. A própria dinâmica de planejamento do fisco estadual está sendo modernizada, por sua vez, por um sistema que opera em ambiente web, o Painel de Planejamento da Fiscalização. A fiscalização de mercadorias em trânsito ganha nova amplitude com o Canal Verde Brasil – ID, que agiliza

Temos defendido a necessidade de se associar uma eventual substituição do modelo atual à criação de um fundo de desenvolvimento regional

o monitoramento do transporte de mercadorias. O Sefaz On-line avança também no relacionamento com os contribuintes e consumidores ao implementar duas novidades ao longo do ano de 2016. Temos o Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), novo canal de comunicação direta *on-line* entre o fisco estadual e os contribuintes do ICMS. O DT-e encaminha aos contribuintes cadastrados avisos, intimações e notificações, atualizações sobre atos administrativos e uma gama de informações personalizadas sobre a vida fiscal da empresa, que antes só era possível conseguir presencialmente. Entre estas, eventuais pendências fiscais, processos em andamento, extratos de débitos, documentos de arrecadação pagos e dados cadastrais. Já a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) traz vantagens para o consumidor – como acesso *on-line* às suas notas fiscais e a possibilidade de aferir, também via internet, a autenticidade das notas recebidas – e para as empresas, tais como economia de tempo, papel e demais custos.



A decomposição da taxa de desocupação da Grande Salvador em tempos de crise

Helcio de Medeiros Junior*
Laumar Neves de Souza**

Depois de um período de bonança, o mercado de trabalho brasileiro, de forma geral, e o soteropolitano, de modo especial, voltaram a conviver, principalmente nos últimos dois anos, com antigos e conhecidos problemas que, mais uma vez, os colocam numa espiral de fragilização e precarização. Esta conjuntura se materializa na ocorrência de três fenômenos: retomada do crescimento do desemprego, queda do rendimento dos trabalhadores e diminuição do grau de formalização da força de trabalho. É evidente que a configuração desse quadro tem sido fortemente influenciada pela reversão da lógica da política macroeconômica (notadamente a monetária) que prevaleceu até o momento em que a questão da estabilização dos preços não parecia preocupar o governo e os demais agentes econômicos.

* Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs); doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Economia Empresarial pela Universidade Candido Mendes (UCAM). hmedeirosjunior@gmail.com

** Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). laumar.souza@unifacs.br

Sinteticamente, pode-se argumentar que a economia nacional passou a experimentar, desde o mês de outubro do ano anterior, um consistente e sucessivo ciclo de aperto monetário. Isso porque, naquele momento, o Banco Central (BC) decidiu aplicar uma elevação de 0,25% na taxa Selic, levando-a a 11,25%, movimento este que só estancou em julho de 2015, quando atingiu o patamar de 14,25%.

Um evento dessa natureza e intensidade acabou por reverberar no comportamento da atividade econômica e, conseqüentemente, no mercado de trabalho nacional. Com efeito, vários indicadores que captam a dinâmica dos diferentes setores econômicos, produzidos tanto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto por outros institutos de pesquisa, não param de acusar o desaquecimento da economia nacional e o recrudescimento das taxas de desocupação.

Em função desse cenário é que surgiu o problema de investigação que se quer elucidar neste estudo, qual seja, que movimento tem sido mais determinante para o aumento da desocupação, que vem assumindo proporções cada vez maiores no mercado de trabalho da Grande Salvador: a queda da População Ocupada (PO) ou a retomada do crescimento da força de trabalho – População Economicamente Ativa (PEA). Pretende-se nesta investigação analisar a evolução da taxa de desocupação dessa região comparativamente à do Brasil metropolitano, bem como decompô-la com o propósito de conhecer quais as fontes que a têm pressionado. Para

levar a termo essa proposição, optou-se pela observação geral do comportamento do mercado de trabalho coberto pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE no ano de 2015, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), também conhecida como Grande Salvador, e no Brasil metropolitano (média das seis Regiões Metropolitanas – RM) coberto pela PME/IBGE.

Além desta introdução e das considerações finais, integram este estudo mais duas seções. A primeira trata da evolução dos mercados de trabalho metropolitano nacional e da Grande Salvador e mostra como evoluíram a desocupação, a ocupação, a taxa de desocupação e o rendimento real dos trabalhadores, bem como os seguintes agregados populacionais: PEA, População Não Economicamente Ativa (PNEA) e População em Idade Ativa (PIA). Já a segunda explora o comportamento da taxa de desocupação no mercado de trabalho da RMS com vistas a compreender, por meio de sua decomposição, quais as fontes de pressão que têm determinado sua evolução.

MOVIMENTOS RECENTES NOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANO NACIONAL E DA GRANDE SALVADOR

Conforme as estimativas do mercado financeiro, sintetizadas pelo Banco Central, a economia brasileira encolheu 3,7% em 2015. Por conta disso, esse não foi, definitivamente, um ano de boa lembrança para o mercado de trabalho nacional, de forma geral, e para o da RMS, de modo particular. Todas as pesquisas existentes no país que procuram captar a realidade desse mercado são uníssonas em mostrar a sua fragilização. No caso específico da PME/IBGE, essa conjuntura tem sido aferida de diferentes maneiras.

Quando se olha, por exemplo, o contingente de trabalhadores desocupados em dezembro de 2015, no conjunto das regiões metropolitanas que abrigam a referida pesquisa, *vis-à-vis* àquele que estava nessa mesma condição em igual período do ano imediatamente anterior, percebe-se um salto de aproximadamente 659 mil pessoas. Com isso, o número de pessoas que passaram a enfrentar situação de desemprego

O número de pessoas que passaram a enfrentar situação de desemprego em dezembro último foi da ordem de 1,733 milhão, ao passo que, em dezembro do ano retrasado, havia sido de 1,073 milhão

em dezembro último foi da ordem de 1,733 milhão, ao passo que, em dezembro do ano retrasado, havia sido de 1,073 milhão. Em termos relativos, esse movimento correspondeu a uma variação de 61,4%.

Centrando-se exclusivamente no contexto da RMS, verifica-se que a desocupação acompanhou a tendência observada no plano brasileiro, ou seja, também esboçou um comportamento de expansão. Isso porque, no comparativo entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015, o número de desocupados foi incrementado em 73 mil pessoas, posto que saltou de 158 mil para 230 mil pessoas. Apesar de expressiva, essa oscilação correspondeu, em termos relativos, à menor variação observada para as regiões metropolitanas do país. Enquanto na RMS atingiu o patamar de 46%, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) atingiu 97,9%, seguidas de 88,6% na RM de Recife, 61,2% na RM de São Paulo e 60,7% na RM de Porto Alegre. Apenas na RM do Rio de Janeiro tal variação (48,4%) se assemelhou à da RMS.

Outro modo de se perceber a referida fragilização das condições de funcionamento do mercado de trabalho nacional é avaliando-se o comportamento da ocupação. Ao realizar esse exercício, observa-se o seguinte quadro: no conjunto das RM, 641 mil postos de trabalho desapareceram no comparativo entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015. Quase todas as RM acusaram contração do número de pessoas ocupadas nos seus respectivos mercados de trabalho. As baixas mais sentidas nesse quesito, durante o período avaliado, recaíram precisamente sobre as RM de São Paulo (-319 mil), Belo Horizonte (-112 mil) e Salvador (-97 mil). Apenas a RM do Rio de Janeiro não acusou baixa da ocupação nesse comparativo, sendo o número de ocupados em dezembro de 2015 rigorosamente o mesmo medido em dezembro de 2014, da ordem de 5,618 milhões de pessoas.

Esses movimentos opostos no número de desocupados e no número de ocupados reverberaram na taxa de desocupação. Tal indicador cresceu substantivamente no conjunto das RM, uma vez que se elevou de 4,3% para 6,9% (correspondendo a uma variação percentual de 60,5%). Nesse ponto, as RM do Rio de Janeiro e de Salvador foram as que apresentaram as menores

expansões no mencionado indicador, tendo em vista que este aumentou de 3,5% para 5,1%, na primeira, e de 8,1% para 11,9%, na segunda, movimentos equivalentes a variações percentuais de 45,7% e 46,9%, respectivamente.

Esses valores devem ser interpretados com cuidado, pois podem sugerir que a crise que se abateu sobre a economia do país não repercutiu gravemente, sobretudo, no mercado de trabalho da Grande Salvador. Mesmo com as variações percentuais mais pronunciadas nas taxas de desocupação das demais RM (Belo Horizonte: 103,4%, Recife: 81,8%, Porto Alegre: 63,9% e São Paulo: 59,1%), nenhuma delas alcançou o patamar da taxa de desocupação medida na RMS em dezembro último.

Isso denota que a Grande Salvador continua como campeã nacional em desocupação. Quem mais rivaliza nesse particular com a RMS é a RM de Recife, onde se apurou uma taxa de desocupação, em dezembro de 2015, da ordem de 10% (número 1,9 ponto percentual abaixo daquele encontrado para a RMS). Diante disso, os trabalhadores da Grande Salvador enfrentaram taxa de desocupação no mês de dezembro de 2015 maior e/ou igual ao dobro das alcançadas nas RM do Rio de Janeiro (5,1%), de Belo Horizonte (5,9%) e de Porto Alegre (5,9%).

Ao se mudar a escala de tempo, passando-se a analisar o comportamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro na média de 2015 em relação a igual período do ano imediatamente anterior, são encontrados alguns

A Grande Salvador continua como campeã nacional em desocupação. Quem mais rivaliza nesse particular com a RMS é a RM de Recife, onde se apurou uma taxa de desocupação, em dezembro de 2015, da ordem de 10%

dados que confirmam os efeitos da severa crise em que se encontra a economia nacional. Em linhas gerais, tanto para o conjunto das RM quanto apenas para a RMS, houve queda da ocupação (-1,6% contra -3,3%), elevação da desocupação (42,5% contra 30,2%) e queda dos rendimentos reais (-3,7% contra -3%) em resposta, como destaca Medeiros Junior (2015, p. 3), “à política econômica em vigor, que motiva a retomada do crescimento da força de trabalho”.

Enfatize-se que esse recrudescimento da PEA é um sintoma esperado em uma conjuntura como essa na qual se encontra a economia do país. A retração da atividade econômica traz como corolário, via de regra, a queda da ocupação e, não raras vezes, provoca o rebaixamento dos rendimentos dos trabalhadores, especialmente dos assalariados.

A configuração desse estado de coisas, na maioria dos casos, ocasiona certos rearranjos no interior das famílias que conduzem, de maneira compulsória, muitos indivíduos a saírem da condição de inatividade, ou seja, da PNEA. Não obstante, não foi exatamente este o cenário que acabou sendo forjado no conjunto das RM do país, e na RMS de modo separado. No primeiro recorte espacial, registrou-se uma expansão da PNEA de 1,7%, enquanto na RMS essa variação foi da ordem de 2,8%.

A diferença de intensidade nesses dois movimentos chama a atenção, pois esperou-se crescimento maior da inatividade na RMS em comparação ao conjunto das RM, em função da realidade mais fragilizada do mercado de

trabalho da Grande Salvador *vis-à-vis* à do Brasil. Tal qual mencionado anteriormente, os trabalhadores da RMS enfrentam dificuldades maiores de êxito na oferta de suas respectivas forças de trabalho ao mercado. Em dezembro de 2015, enfrentaram uma taxa de desocupação de 71,5% superior à média das RM. Some-se a isso o fato de tais trabalhadores auferirem rendimentos que representavam, no mesmo período, 71,5% do valor que recebiam, em média, os trabalhadores que integravam o conjunto das RM (R\$ 1.597,90 contra R\$ 2.235,50) (Tabela 1).

Procurando-se escrutinar, de forma mais detalhada, o comportamento da oferta de trabalho na Grande Salvador, resolveu-se desagregar a análise da PIA por estrato etário selecionado. A razão desse encaminhamento deve-se ao fato de que esse contingente populacional pode estar buscando ingressar no mercado de trabalho e, assim, ser economicamente ativo (PEA) ou preferir a inatividade e, neste caso, ser não economicamente ativo (PNEA). Já os indivíduos que integram a PEA podem estar ocupados ou desocupados, sendo ambos participantes da força de trabalho.

Ao realizar esse exercício, vislumbra-se que o número médio da PIA na média dos doze meses de 2015 sobre o existente no mesmo período do ano anterior apresentou expansão para todos os estratos etários (Tabela 2). Os movimentos mais intensos nesse particular foram registrados no grupo etário mais avançado, composto de pessoas de 50 anos e mais (com crescimento de 4,7%), e no mais jovial formado por pessoas com idade entre 15 e 17 anos (com crescimento de 2,7%).

Tabela 1
Indicadores do mercado de trabalho – Brasil metropolitano e da Região Metropolitana de Salvador – 2015

Indicadores	Brasil		Região Metropolitana	
	Dezembro	2015 2014 (%)	Dezembro	2015 2014 (%)
Pessoas em idade ativa-PIA (mil)	45.225	1,1	3.447	1,0
Pessoas economicamente ativas-PEA (mil)	24.946	0,6	1.928	-0,2
Pessoas ocupadas-PO (mil)	23.213	-1,6	1.698	-3,3
Pessoas desocupadas-PD (mil)	1.733	42,5	230	30,2
Taxa de desocupação (%)	6,9	41,7	11,9	30,4
Pessoas não economicamente ativas-PNEA (mil)	20.279	1,7	1.519	2,8
Rendimento real habitual (R\$)	2.235,50	-3,7	1.597,90	-3,0

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 2
Pessoas em idade ativa, pessoas economicamente ativas e pessoas não economicamente ativas segundo estratos etários selecionados – Região Metropolitana de Salvador – 2015

Total e estratos etários	Pessoas em idade ativa		Pessoas economicamente		Pessoas não economicamente ativas	
	Dezembro (mil pessoas)	2015 2014 (%)	Dezembro (mil pessoas)	2015 2014 (%)	Dezembro (mil pessoas)	2015 2014 (%)
Total	3.447	1,0	1.928	-0,2	1.519	2,8
15 a 17 anos	183	2,7	26	1,4	157	3,0
18 a 24 anos	434	0,1	266	-1,7	167	2,9
25 a 49 anos	1.501	0,0	1.200	-0,6	301	2,5
50 anos e mais	1.106	4,7	433	2,0	674	6,7

Fonte: IBGE—Pesquisa Mensal de Emprego.

Verificando-se o comportamento das pessoas de cada estrato etário segundo a condição em que se encontrava no período analisado, observa-se que nesses dois estratos etários ocorreu crescimento da força de trabalho (respectivamente de 2% e 1,4%). Destaque-se que o desenho desse cenário revelou-se esperado em função dos contratempos originários do mercado de trabalho (ampliação da desocupação e queda do rendimento) que trazem constrangimento à reprodução material de muitos indivíduos e de suas famílias.

Nos estratos etários intermediários (18 a 24 anos e 25 a 49 anos) constatou-se um resultado diametralmente oposto ao descrito anteriormente, ou seja, uma redução da pressão no mercado de trabalho (-1,7% e -0,6%, respectivamente). Embora menos pronunciada, essa última variação torna-se mais preocupante na medida em que o estrato etário de 25 a 49 anos, além de ser o mais volumoso, congrega trabalhadores mais qualificados do que o de 18 a 24 anos. Destarte, a sua diminuição representa um mais um limitador de oferta de trabalho no mercado de trabalho da Grande Salvador.

DECOMPOSIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO NA RMS

A partir dos indicadores relativos ao mercado de trabalho do Brasil metropolitano e da RMS, implementados na sessão anterior, verifica-se que a taxa de desocupação e o número de desocupados apresentaram, em termos

percentuais, as maiores variações no comparativo das suas respectivas médias calculadas para os anos de 2015 e de 2014 (Tabela 1), em ambas as áreas. Com o intuito de melhor entender a diferença do comportamento da taxa de desocupação entre os dois recortes geográficos privilegiados no contexto desta investigação, sua evolução está expressa na Figura 1. Nesta se pode perceber que, enquanto para o Brasil metropolitano, apesar do comportamento sazonal, a taxa foi ligeiramente inferior em 2013 em relação ao ano anterior, na RMS ela aumentou consideravelmente já a partir do segundo trimestre, permanecendo em torno de 9% em 2014 (pico alcançado no ano anterior), enquanto, no Brasil, passou grande parte do ano em 5%. Por essa razão, ao se compararem as médias dos anos de 2015 e 2014, a variação percentual é inferior na RMS. Vê-se, pois, que

Na Grande Salvador a desagregação social decorrente da elevação da desocupação já estava presente desde 2013, enquanto nas demais RM cobertas pela PME/IBGE ela ainda se instalava

na Grande Salvador a desagregação social decorrente da elevação da desocupação já estava presente desde 2013, enquanto nas demais RM cobertas pela PME/IBGE ela ainda se instalava.

O comportamento regional diferenciado apresentado pelo indicador sugere que medidas do governo federal, com o propósito de reduzir a atividade econômica, promoveram efeitos mais ou menos indesejados de acordo com as condições locais. No que tange à taxa de desocupação na RMS, por exemplo, percebe-se que, recentemente, voltou ao nível anterior por ocasião da crise internacional em 2008, fato que não ocorreu no Brasil metropolitano.

Procurando-se descortinar as influências que atuaram na evolução da taxa de desocupação, objeto desta investigação, resolveu-se decompô-la levando em conta certos elementos que se relacionam tanto ao comportamento das pessoas quanto das empresas, sendo este decorrente da política econômica. Assim, e em conformidade com o proposto pelo Banco Central do Brasil (2014), a trajetória dessa taxa será decomposta em três efeitos:

$$\Delta TD \approx -(1 - TD) \frac{\Delta PO}{PO} + (1 - TD) \frac{\Delta PLA}{PLA} + (1 - TD) \frac{\Delta TP}{TP} \quad (1)$$

onde: Δ é o operador que identifica a variação da variável de interesse¹; TD é a Taxa de Desocupação²; PO é a População Ocupada; PLA é a População em Idade Ativa, e; TP é a Taxa de Participação³ (ou de atividade). Portanto, com base na relação proposta em (1), a variação da TD é aproximadamente a soma do resultado de três efeitos: a) o efeito relacionado à PO ou ao nível de emprego que, por natureza, é inverso ao comportamento da desocupação, uma vez que aumentos da ocupação levam à redução do número de desocupados e da TD ; b) o efeito devido à população em idade ativa (PLA), relacionado à pressão exercida pela oferta de trabalho, por natureza, direto, pois sua

elevação (queda) gera acréscimos (decréscimos) na TD , e; c) o efeito TP ou taxa de atividade, que, a exemplo do anterior, também age de maneira direta sobre a TD , elevando-a quando aumenta e reduzindo-a quando cai.

A utilização desse recurso analítico permite elucidar ao longo do tempo, e mais propriamente no período mais recente, se a trajetória da TD foi mais ou menos determinada: a) pelo comportamento do nível de emprego (efeito PO), tendo este evoluído de acordo com a política econômica praticada pelo governo federal; b) pelas variações demográficas (efeito PLA), haja vista a transição demográfica em curso, e c) pela oferta de trabalho (efeito TP), que varia segundo a opção dos trabalhadores quanto à inserção no mercado de trabalho, ou pela inatividade.

O resultado da decomposição da TD na RMS encontra-se na Figura 2, cobrindo o mesmo período abrangido pela Figura 1. Para o entendimento da trajetória da TD , se o confronto entre o peso dos efeitos fosse nulo, a série seguiria o eixo das abscissas, mas, por exemplo, à medida que o confronto entre as influências de cada efeito age sobre a taxa e, em termos líquidos, a pressiona no sentido de elevá-la, ela evoluirá acima do respectivo eixo, representando aumento do custo social; caso contrário, se posicionará abaixo, o que implica melhoria social. Além disso, em razão da natureza dos efeitos e do tipo de pressão que exercem sobre a TD , as barras

A utilização desse recurso analítico permite elucidar ao longo do tempo, se a trajetória da TD foi mais ou menos determinada pelo comportamento do nível de emprego pelas variações demográficas e pela oferta de trabalho

1 Neste exercício, refere-se à diferença em 12 meses.

2 Refere-se à razão entre o número de pessoas desempregadas (D) e a força de trabalho (PEA):

3 Refere-se à razão entre a força de trabalho (PEA) e as pessoas em idade ativa (PLA):

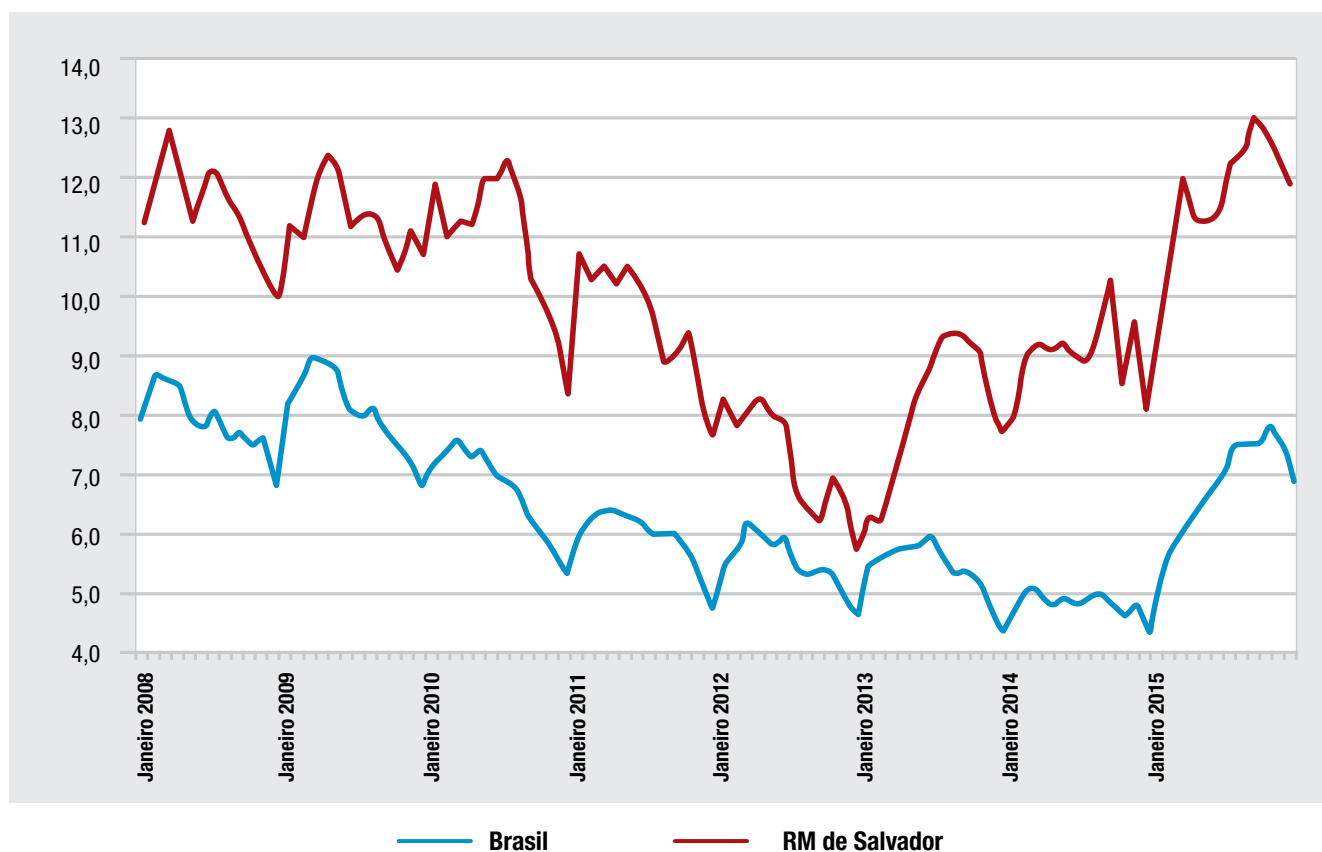


Figura 1
Taxa de desocupação – Brasil metropolitano e na Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008-jan. 2015

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Emprego.

estarão posicionadas acima ou abaixo do eixo, indicando o sentido de sua ação.

Percebe-se que, dentre os anos de 2008 e meados de 2013, em grande parte dos meses, o resultado líquido da influência dos efeitos foi de queda da *TD*, sendo que, em 2008, houve o predomínio do efeito *TP*, ou da redução da oferta de trabalho. Esta mesma pressão se repetiu nos anos de 2011 e 2012, sendo que, a partir da segunda metade do segundo ano, a pressão baixista sobre a taxa foi substituída pelo efeito *PO*, em razão do aumento da ocupação.

Em 2013, apesar do acréscimo da ocupação ter mantido a orientação baixista, a taxa elevou-se em razão do maior peso do efeito *TP* (oferta de trabalho), período que coincide com o do primeiro salto da *TD* (Figura 1), enquanto no Brasil metropolitano ela continuava a

declinar. Segundo as informações disponíveis na PME/IBGE, observa-se que, enquanto a força de trabalho (*PEA*) elevou-se 0,6% em 2013 no Brasil metropolitano, na RMS foi de 4,3%, a maior dentre todas as RM pesquisadas. Esta mudança de postura do trabalhador da RMS deve estar relacionada aos efeitos dos investimentos

O comportamento apresentado pelo trabalhador converge com os efeitos sobre a mobilidade da força de trabalho face aos deslocamentos do capital

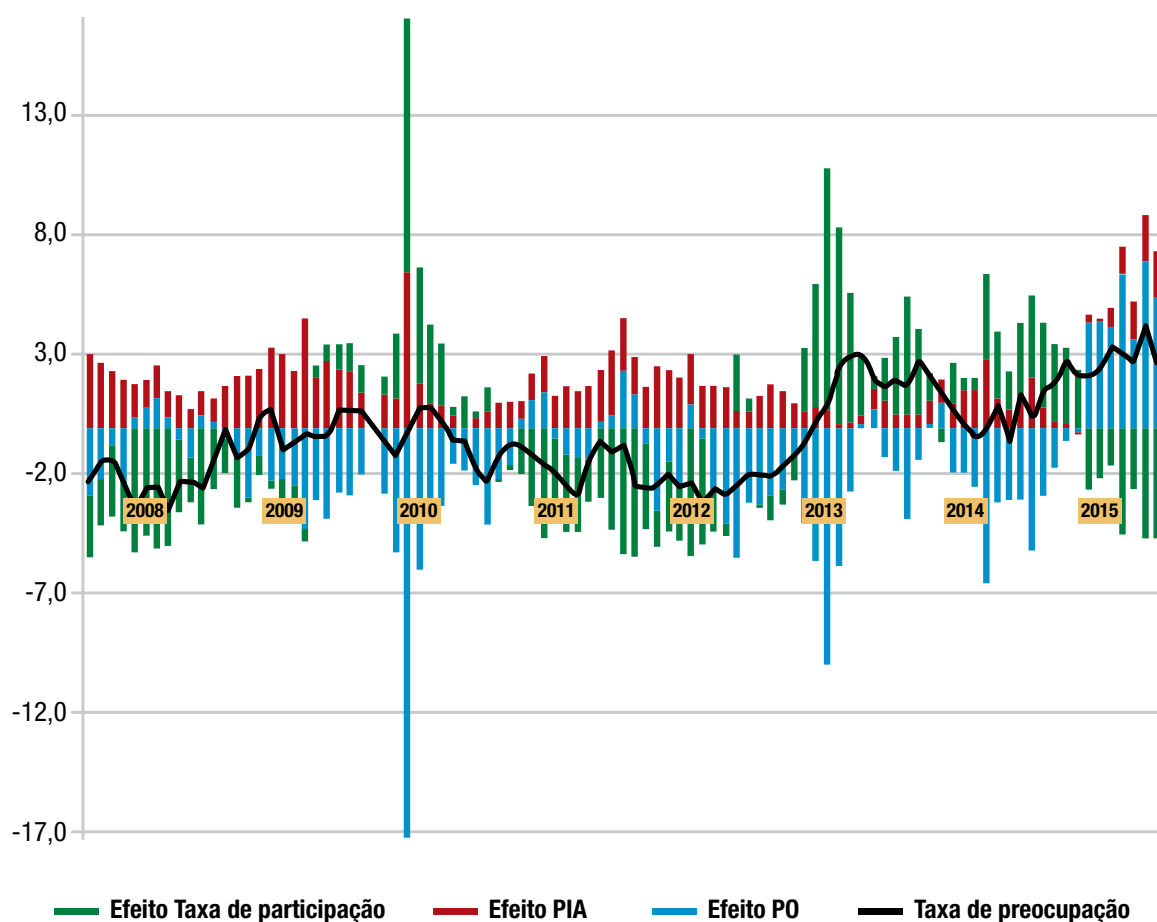


Figura 2
Decomposição da taxa de desocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2008-2015

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Emprego.

programados à época para serem implantados no período 2013-2015, de R\$ 18,5 bilhões na Grande Salvador (ANDRADE, 2014), tendo em vista a possibilidade de inserção laboral que poderiam proporcionar. O comportamento apresentado pelo trabalhador converge com os efeitos sobre a mobilidade da força de trabalho face aos deslocamentos do capital que, segundo Gaudemar (1977), promove a oferta de trabalho condizente com a demanda que deseja atender, levando momentaneamente a que os níveis salariais se elevem para, depois, serem ajustados conjunturalmente aos níveis do exército industrial de reserva (PELIANO, 1990).

A partir do segundo semestre de 2013, a pressão favorável à queda da *TD* oriunda da demanda de trabalho passou a se reduzir, e a oferta de trabalho (efeito *TP*)

inverteu a pressão, levando a que a taxa desse o salto demonstrado na Figura 1. O arrefecimento da oferta de trabalho no início de 2014, combinado com a influência baixista do efeito PO (demanda de trabalho), levou a que a *TD* se estabilizasse entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, momento no qual a oferta de trabalho voltou a aumentar e o efeito TP elevou a desocupação. Por fim, em meados do ano passado, o aumento sistemático do desemprego passou a ser predominantemente influenciado pela queda da ocupação.

O comportamento recente da *TD* está diretamente relacionado aos efeitos da política monetária contracionista praticada pelo Banco Central do Brasil (BCB), que, cioso com o mandato que lhe foi conferido pelo Conselho

Monetário Nacional (CMN), e de acordo com as premissas do regime monetário de metas de inflação que segue, deve levar a inflação ao centro do intervalo acordado no CMN (4,5%) no menor tempo possível e dentro do ano-calendário. Em linha com sua obrigação, elevou a taxa de juros até julho de 2015 com o intuito de reduzir a demanda por bens e serviços e forçar a queda dos níveis inflacionários.

Ocorre que, mesmo ciente de que a economia brasileira havia entrado em recessão no segundo semestre de 2014, segundo a avaliação do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (Codace/FGV), ao elevar os juros o BCB agravou o processo em curso de enfraquecimento da atividade econômica, sem considerar ainda que: a) os preços administrados, que tinham sido represados no primeiro governo de Dilma Rousseff, haviam sido liberados de uma só vez; b) em decorrência do choque tarifário, ocorreu a elevação dos custos para empresas e famílias; c) a elevação da inflação levou à redução dos salários reais, e d) estava em curso uma acentuada desvalorização cambial, com efeitos inflacionários, decorrente das incertezas políticas internas que elevaram o risco da moeda brasileira, da conjugação da desaceleração chinesa e da expectativa de elevação dos juros americanos. Todos os eventos mencionados levariam à queda do Produto Interno Bruto (PIB) e ao aumento da inflação, combinação perversa que desaguardaria em mais desemprego.

A recessão promovida pela guinada na política econômica deveu-se ao fato de que, para a equipe econômica, o aumento do desemprego e a redução dos salários reais seriam condição para que a economia brasileira se reequilibrasse

A recessão promovida pela guinada na política econômica deveu-se ao fato de que, para a equipe econômica, o aumento do desemprego e a redução dos salários reais seriam condição para que a economia brasileira se reequilibrasse, tendo como objetivo o ajuste dos preços para baixo e o aumento dos lucros com vista à elevação do investimento. Desconsiderou-se, nesta proposição, que o salário “não é apenas uma variável de oferta, ou um custo de produção, mas também é variável de demanda” (ROSSI, 2015). Além disso, e por outro lado, a estratégia de ajuste mediante terapia de choque levou à queda da arrecadação de impostos e, em decorrência, impossibilitou o ajuste fiscal. A este respeito, Assis (2015) já ponderava em julho de 2015 que “uma taxa Selic exagerada solapa o ajuste fiscal, já que implica despesas com juros cada vez maiores”. Esse mesmo volume de juros, que, segundo Khair (2015c), foi responsável por 96,9% do rombo fiscal nos sete meses de 2015, inviabilizou a meta fiscal de esforço primário e levou à perda do grau de investimento pelas agências de *rating*, o que era temido pela própria equipe econômica.

Ainda quanto à despesa de juros, e para efeito de comparação, gastava-se em um mês mais do que o Bolsa Família custa durante todo o ano, o que é uma inversão da ordem de prioridade, promovendo impacto considerável na distribuição de renda em benefício dos rentistas (ASSIS, 2015). Portanto, ao insistir desmesuradamente na elevação dos juros, a política econômica – posta em prática pelo ministro da Fazenda que iniciou o segundo governo Dilma (Joaquim Levy) – inviabilizou a estratégia de ajuste fiscal que pretendeu efetivar (KHAIR, 2015a, 2015b). Ao defender no limite os instrumentos que utilizou, e no afã de alcançar maior meta de superávit primário, cortou despesas de cunho social que beneficiam aqueles que não contam com instrumentos financeiros que os defendam, ao contrário dos rentistas que foram privilegiados.

Cientes de que os propósitos da política econômica não privilegiaram a manutenção do emprego e da renda dos trabalhadores, alguns analistas defenderam, entre outras medidas: a) a manutenção dos juros nos níveis já alcançados; b) a continuidade dos programas sociais direcionados para grupos de renda mais baixa;

c) maior sacrifício de grupos de renda mais elevada e com segurança no emprego, na implementação de políticas sociais, e d) sinergia entre políticas sociais existentes (PASTORE; CHAHAD; PORTELA, 2015). Ou seja, que o ajuste à “normalidade” não fosse desproporcionalmente cobrado daqueles que menos pudessem, e devessem, contribuir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por medir relativamente o desejo não atendido de ingresso da população no mercado de trabalho, a TD é um indicador de elevada relevância social para efeito de análise, haja vista expressar a angústia daqueles que lutam pela sobrevivência digna. Desempregado, o trabalhador cuja força de trabalho é rejeitada tem sua autoestima abalada e carece de meios apropriados para garantir sua reprodução e a de seus familiares.

A desocupação na RMS, agravada por momento de recessão econômica pelo qual passa a economia brasileira, retrocedeu aos níveis de oito anos atrás, quando se estabeleceram em território nacional os efeitos da mais recente crise capitalista proporcionada pelo pensamento liberal, que privilegia a prevalência dos mercados no direcionamento econômico em detrimento da participação do Estado, considerado míope e intervencionista. No entanto, este mesmo Estado visto como incapaz foi chamado, na ocasião, a regular o que os mercados não tiveram competência para resolver.

O retrocesso atual decorre da perspectiva teórica da equipe que assumiu as rédeas da economia nacional a partir de fins de 2014 no trato de inúmeros problemas causados no primeiro governo Dilma. Apesar de a recessão ter-se instaurado no segundo semestre daquele ano, a equipe econômica não buscou o ajuste gradual e optou por reduzir drasticamente a atividade econômica, promovendo, de maneira quase imediata, a elevação da desocupação. De acordo com a metodologia adotada nesta investigação, a queda da demanda de trabalho e posterior início das demissões de trabalhadores, associados à reversão da oferta de trabalho, foram responsáveis pelo aumento da desocupação. Por permitir conhecer as fontes de variação do desemprego, o método sugerido

oferece aos *policy makers* a alternativa de propor políticas públicas que minorem os efeitos adversos, até porque, considerando-se as informações até dezembro de 2015, não há indicação de reversão da trajetória de deterioração social.

De outra forma, supõe-se a partir deste estudo que, diante da fragilização dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro em 2015, é possível que ressurgam as investigações que privilegiem, de maneira especial, a análise de um aspecto vital nas estratégias familiares, qual seja, a participação e/ou inserção no mercado de trabalho dos diferentes membros da família. Com efeito, a crise econômica instalada na economia nacional, nos dias atuais, pode operar no sentido de trazer à tona, novamente, uma redefinição da relação família-trabalho, implicando, ao mesmo tempo, a diminuição da expansão das oportunidades de trabalho — o que contribui para a elevação do desemprego — e a precarização das relações de trabalho, materializada, principalmente, na eliminação dos postos de trabalho de melhor qualidade (tomados aqui como sendo os com carteira assinada), o aumento da informalidade e a contração dos rendimentos do trabalho.

Suspeita-se que o movimento de expansão da participação das pessoas mais jovens (15 a 17 anos) no mercado de trabalho da RMS, retratado anteriormente, integre a aludida redefinição da relação família-trabalho no Brasil, que já se faz presente desde os idos da década de 1980, momento em que o principal mantenedor da família — papel tradicionalmente atribuído à figura do pai — se viu impossibilitado de continuar honrando os compromissos financeiros relacionados à sua manutenção. Com isso, surge na família brasileira a necessidade de que outros membros (cônjuge, filhos e parentes) passem a compartilhar responsabilidades quanto à obtenção de recursos financeiros e/ou materiais, de modo a garantir a sua reprodução, situação que expressa o rearranjo na relação família-trabalho, ao mesmo tempo que indica/confirma mudanças na divisão sexual do trabalho na esfera familiar.

Efetivamente, as condições que vêm imperando na sociedade brasileira no momento — redução da atividade econômica, desemprego e inflação — têm a prerrogativa de provocar a deterioração das condições de vida de

muitas famílias brasileiras, situação que pode trazer, e certamente já está trazendo, severas restrições quanto às suas possibilidades de reprodução. Assim, numa pesquisa futura, pode-se perceber como a conjuntura desfavorável se refletiu no interior das famílias, afetando sua sobrevivência e transformando em desempregados muitos indivíduos que, na condição de não provedores, em um contexto econômico mais ameno, possivelmente permaneceriam inativos.

A condição de desocupado ou subocupado de alguns provedores de famílias no Brasil, ou simplesmente a aceleração da queda do poder de compra dos salários em consequência da inflação, por certo pressiona outros componentes da família em idade ativa a procurarem uma ocupação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fabiana K. S. O estado da Bahia deverá atrair 515 empreendimentos até 2015. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 182, p. 76-78, jan./mar. 2014.
- ASSIS, Luís Eduardo. Juros exagerados. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. B2, 13 jul. 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Decomposição da evolução da taxa de desemprego [Box]. *Relatório de Inflação*, Brasília, v. 16, n. 3, p. 16-18, set. 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2014/09/ri201409P.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2015.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- KHAIR, Amir. O desafio fiscal. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. B9, 5 jul. 2015a.
- _____. Recessão x ajuste. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. B6, 19 jul. 2015b.
- _____. 96,9%. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. B7, 27 set. 2015c.
- MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. A taxa de desocupação e sua decomposição na cidade do Rio de Janeiro até setembro de 2015. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, nov. 2015. (Nota técnica, 35). Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3413_nt_35_txdesocup2015_pme_11nov15.PDF>. Acesso em: 16 dez. 2015.
- PASTORE, José; CHAHAD, José Paulo; PORTELA, André. Ajuste fiscal e mercado de trabalho. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. B2, Opinião, 30 jun. 2015.
- PELIANO, José Carlos. *Acumulação de trabalho e mobilidade do capital*. Brasília: EDU; UNB. 1990.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2002/fev. 2016.
- PESSÔA, Samuel. Luzes no fim do túnel. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A25, Mercado, 5 jul. 2015.
- ROSSI, Pedro. Irresponsabilidade é jogar o país em recessão. *Valor Econômico*, São Paulo, p. A12, Opinião, 15 out. 2015.



Proposta de modelo preditivo de curto prazo para a produção da indústria de transformação da Bahia: uma abordagem estatística

Everaldo Freitas Guedes*

Aloísio Machado da Silva Filho**

Gilney Figueira Zebende***

Os indicadores econômicos são relevantes para a sinalização ou mensuração do comportamento atual de uma economia (SANDRONI, 1999). Entretanto, esses indicadores geralmente apresentam defasagens, o que se constitui como uma limitação para o acompanhamento da atividade econômica. Apesar dessa limitação, a previsão destes indicadores assume grande relevância, pois as informações sobre as flutuações do mercado de curto prazo são consideradas importantes para os gestores de política econômica e de empresas privadas, uma vez que poderão alcançar um diferencial no planejamento estratégico e na tomada de decisão.

Atualmente, entre os analistas econômicos, o uso de métodos estatísticos tem crescido, principalmente, devido ao acesso a pacotes estatísticos de uso livre ou comercial. Nesta pesquisa, serão enfatizados os métodos conhecidos da literatura como análise de

séries temporais e que utilizam unicamente o passado para prever o futuro, independentemente do comportamento das demais variáveis do sistema econômico, o que constitui um procedimento útil para o tratamento, a modelagem e a análise dos dados. Uma série temporal é definida como qualquer conjunto de observações ordenadas no tempo (EHLERS, 2009). Seu estudo objetiva descrever e analisar o comportamento passado dos dados, visando a sua compreensão

* Doutorando em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pelo Senai Cimatec; mestre em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pela mesma instituição. everaldoguedes@oi.com.br

** Doutor em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pelo Senai Cimatec. Professor adjunto do Departamento de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) na área de estudo probabilidade e estatística e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Modelagem em Ciências da Terra e do Meio Ambiente da mesma instituição. aloisioestatistico@yahoo.com.br

*** Pós-doutor em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF); doutor em Física pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial do Senai Cimatec e professor titular do Departamento de Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). gzebede@hotmail.com

e à consequente previsão de movimentos futuros (MORETTIN; TOLOI, 2006).

Dentre os modelos para séries temporais é possível citar os ARIMA, do inglês Autoregressive Integrated Moving Average, propostos por Box e Jenkins (1976), que têm sido modelados para fins preditivos, especialmente para previsões de curto prazo (GUJARATI, 2000). Tal metodologia consiste em ajustar modelos ARIMA a um conjunto de dados utilizando propriedades probabilísticas, cuja construção baseia-se num ciclo iterativo que possibilita a identificação do mecanismo gerador da série temporal. Além disso, os ARIMA são métodos utilizados para representar séries temporais econômicas e, consequentemente, para inferir previsões sobre os seus movimentos futuros (FISHER, 1982).

A presente pesquisa tem como objetivo modelar a evolução temporal do índice de produção da indústria de transformação da Bahia, no período de janeiro de 1991 a dezembro de 2013, através dos modelos ARIMA. Nesta análise, foram considerados os modelos sazonais da classe ARIMA, conhecidos como modelos SARIMA (do inglês Seasonal Autoregressive Integrated Moving Average), definidos desta forma devido a um fator sazonal considerado em sua modelagem.

A maior contribuição desta pesquisa nasce da importância que a indústria de transformação exerce na economia do estado da Bahia e pela dificuldade de serem obtidas informações atuais e precisas do segmento, pois o indicador de produção física encontra-se defasado no tempo em (t-2) meses.

Para atender ao objetivo desta pesquisa, o presente artigo está estruturado em cinco seções: introdução; a indústria de transformação; séries temporais; resultados e, por fim, as considerações finais.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A indústria de transformação é um setor da indústria que tem por finalidade transformar matéria-prima em produtos comercializáveis (acabados ou semiacabados), utilizando para esse fim trabalho manual ou mecânico e energia

A indústria de transformação é um setor da indústria que tem por finalidade transformar matéria-prima em produtos comercializáveis (acabados ou semiacabados), utilizando para esse fim trabalho manual ou mecânico e energia

(GUEDES; ZEBENDE; MACHADO, 2015). Neste tipo de indústria, as atividades podem ser classificadas conforme as categorias de uso dos bens produzidos como: *indústrias de bens de capital*, *indústrias de bens intermediários* e *indústrias de bens de consumo* (MENDES et al., 2007).

Os bens de capital permitem produzir outros bens, como máquinas, equipamentos e computadores. Os bens intermediários ainda estão inacabados e precisam ser transformados para atingir a sua finalidade principal, a exemplo do aço, do vidro e da borracha usados na produção de carros. Por fim, os bens de consumo são aqueles diretamente usados para satisfazer necessidades humanas (GUEDES; ZEBENDE; MACHADO, 2015), podem ser duráveis (carros, móveis, eletrodomésticos) ou não duráveis (gasolina, alimentos, cigarro). Na Bahia, este tipo de indústria exerce um papel essencial no desenvolvimento da economia, devido principalmente à capacidade de geração de emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado (Tabela 1, Figura 1 e Figura 2).

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, contidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de trabalhadores na indústria de transformação baiana cresceu de forma significativa entre 1990 e 2014, saltando de 103,5 mil para 216,8 mil (uma variação positiva de 109,47%). Como característica, a produção dessa importante atividade econômica concentra-se em torno de segmentos especializados na fabricação de bens

Tabela 1
Estatísticas da atividade econômica na Bahia

Atividades econômicas	Participação (%) no PIB(1) 2013	Nº de empregados 2014	Nº de estabelecimentos 2014
Agropecuária	7,4	94.181	16.840
Indústria	20,5	431.511	16.460
Extrativas	3,1	16.436	468
Transformação	7,3	216.806	11.348
SIUP(2)	1,7	22.999	450
Construção	8,5	175.270	9.115
Serviços	72,1	1.846.901	149.857

Fonte: IBGE-Sistema de Contas Regionais, MTE-RAIS.

(1) Valor Adicionado Bruto (VAB).

(2) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

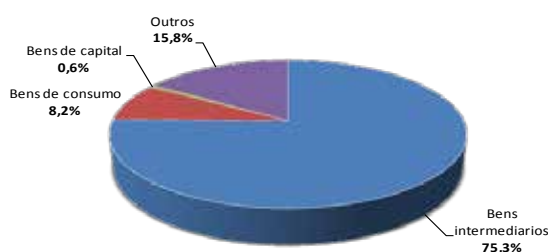


Figura 1
Exportações baianas por setores de contas nacionais – 2014

Fonte: MDIC/Secex.

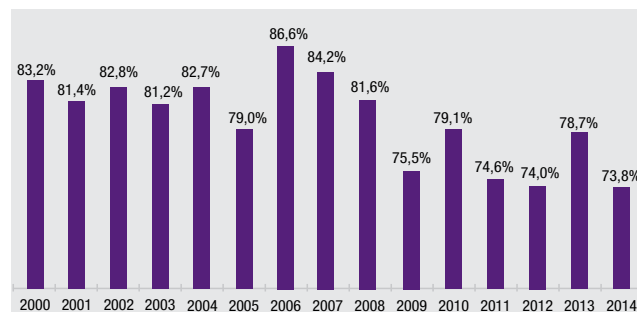


Figura 2
Participação dos produtos industrializados nas exportações da Bahia – 2000-2014

Fonte: MDIC/Secex.

intermediários, destinados, em grande parte, a abastecer as regiões Sul e Sudeste do país (UDERMAN, 2005).

Na próxima seção serão abordados conceitos relativos à análise das séries temporais, enfatizando os procedimentos da modelagem ARIMA que embasam esta pesquisa.

SÉRIES TEMPORAIS – CONCEITOS BÁSICOS E PROCEDIMENTOS

Um processo estocástico é uma família de variáveis aleatórias que se supõem definidas em um mesmo espaço de probabilidades (Figura 3).

Um processo estocástico é estritamente estacionário se todas as distribuições finito dimensionais permanecerem as mesmas sob translações do tempo (MORETTIN; TOLOI, 2006). O processo estocástico será

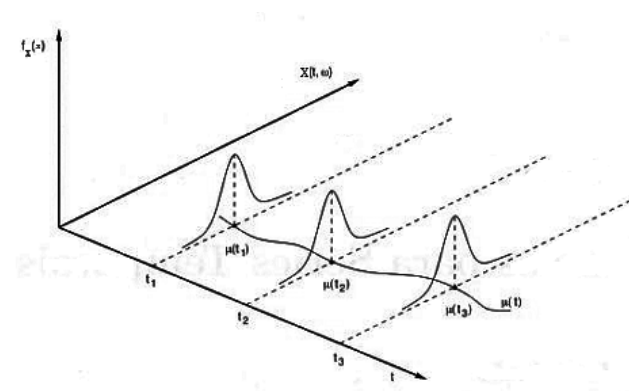


Figura 3
Ilustração de um processo estocástico

Fonte: Morettin e Toloi (2006).

Nota: Adaptado pelo autor.

considerado fracamente estacionário se e somente se
 i $E\{X(t)\} = \mu(t) = \mu$, para todo $t \in T$;

ii $E\{X^2(t)\} < \infty$ para todo $t \in T$;

iii $\gamma(t_1, t_2) = \text{Cov}X(t_1), X(t_2)$ é uma função de $|t_1 - t_2|$

Nessas condições, um processo estocástico será fracamente estacionário se as médias e variâncias forem constantes ao longo do tempo e a sua função de autocovariância depender somente da defasagem (lag) $|t_1 - t_2|$. A maioria dos modelos estocásticos supõe que as séries temporais sejam estacionárias, caso isso não ocorra, poderão se transformar em estacionárias ao serem diferenciadas em uma quantidade n finita de vezes.

A modelagem de Box e Jenkins

A modelagem de Box e Jenkins (1976) baseia-se em um ciclo iterativo que envolve os seguintes passos: especificação, identificação, estimação e diagnóstico.

Especificação: uma classe geral de modelos é considerada para a análise;

Identificação: ocorre a identificação de um particular modelo e seus parâmetros, tendo como base a análise de autocorrelações (FAC), autocorrelações parciais (FACP); além de outros critérios, como os critérios de informação AIC (AKAIKE, 1974) e BIC (SCHWARZ, 1978);

Estimação: os parâmetros do modelo identificado são estimados com base nos dados. Usualmente, utilizam-se, neste estágio, os métodos de máxima verossimilhança ou mínimos quadrados;

Verificação: após a escolha de um modelo ARIMA em particular, e estimativa de seus parâmetros, é necessário verificar se o modelo escolhido ajusta-se satisfatoriamente à dinâmica dos dados. Neste passo, geralmente investigam-se os resíduos e espera-se que estes apresentem um comportamento do tipo ruído branco "RB" (EHLERS, 2009). As ferramentas mais utilizadas nesta etapa são

os testes para detecção de autocorrelação residual, a exemplo do teste Ljung-Box (LJUNG; BOX, 1978).

Caso o modelo não seja adequado à realidade dos dados, o ciclo é repetido, reiniciando a partir da fase de identificação. Na prática, vários modelos são diagnosticados, caso o objetivo seja previsão, escolhe-se dentre os modelos avaliados aquele que fornecer o menor erro quadrático médio de previsão (MORETTIN; TOLOI, 2006; SHUMWAY; STOFFER, 2011).

O modelo SARIMA $(p, d, q)x(P, D, Q)_s$ pode ser representado por:

$$\phi(B)\Phi_p(B^s)\left[(1-B)^d(1-B^s)^D - \mu\right]X_t = \theta(B)\Theta_Q(B^s)\xi_t \quad (9)$$

em que:

- o polinômio autorregressivo de ordem

$$p: p = \phi_p, B = 1 - \phi_1 B - \phi_2 B^2 - \dots - \phi_p B^p;$$

- o polinômio operador de médias móveis de ordem

$$q: q = \theta_q, B = 1 - \theta_1 B - \theta_2 B^2 - \dots - \theta_q B^q;$$

- o operador das diferenças $d: (1-B)^d$;

- o polinômio autorregressivo sazonal de ordem

$$P: P = \Phi_P(B^s) = 1 - \Phi_1 B^s - \Phi_2 B^{2s} - \dots - \Phi_P B^{Ps};$$

- o polinômio operador de médias móveis sazonais de ordem

$$Q: Q = \Theta_Q(B^s) = 1 - \Theta_1 B^s - \Theta_2 B^{2s} - \dots - \Theta_Q B^{Qs}$$

- o operador da diferença sazonal de ordem

$$D: (1-B^s)^D X_t;$$

- o resíduo $\xi(t)$ é RB.

Usualmente, a seleção do referido modelo baseia-se no critério AIC, do inglês Akaike Information Criterion. Este critério indica a seleção de um modelo cujos parâmetros (p e q) minimizam a função

$$AIC = -2\ln(L) + 2(p + q) \quad (10)$$

sendo L a verossimilhança maximizada.

De acordo com Milone (2006), um bom modelo de previsão deve captar as componentes sistemáticas de uma série temporal, mas nunca o componente aleatório que se manifesta na forma de um erro de previsão. Contudo, é difícil encontrar modelos que vinculem plenamente o mundo real aos dados observados.

Nesse contexto, Hyndman e Koehler (2006) defendem que o desempenho do modelo identificado deve ser medido por indicadores de qualidade. Existem inúmeras medidas que buscam esse fim, entretanto, para o presente artigo, utilizamos o erro médio (ME), o erro quadrático médio (MSE) e o erro absoluto médio (MAE). Considere o valor real X_t e o valor previsto $\hat{X}_t$, o erro médio ME (do inglês Mean Error) será denotado por

$$ME = \frac{\sum_{t=1}^n (X_t - \hat{X}_t)}{n} \quad (11)$$

sendo n o número de previsões avaliadas. O erro quadrático médio MSE (do inglês Mean Squared Error) e o erro absoluto médio MAE (do inglês Mean Absolute Error) serão denotados por

$$MSE = \frac{\sum_{t=1}^n (X_t - \hat{X}_t)^2}{n} \quad (12)$$

$$MAE = \frac{\sum_{t=1}^n |X_t - \hat{X}_t|}{n} \quad (13)$$

RESULTADOS

A série cronológica utilizada no presente artigo foi levantada pela Pesquisa Industrial Mensal Produção Física (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e está disponível no site www.ibge.gov.br.

Para mais detalhes sobre a composição da PIM-PF na Bahia, sugere-se pesquisa nas seguintes fontes: IBGE (2004) e Guedes; Zebende e Machado (2015). No total, os dados somam 253 observações, referentes ao período de janeiro/1991 a dezembro/2013. Entretanto, pelo fato de as séries históricas apresentarem trajetória complexa, e por não evidenciarem os ciclos de expansão e de contração da atividade de forma clara, optou-se pela utilização do referido índice acumulado em 12 meses.

A estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa consistiu na divisão da série histórica em dois grupos: base I e base II. A base I (Dez/1993 a Dez/2013) foi utilizada na confecção do modelo, enquanto a base II (Jan/2014 a Dez/2014) serviu para a checagem da aderência do modelo proposto (previsões fora da amostra). Destaca-se que as previsões foram realizadas para os seguintes horizontes: um passo à frente (um mês) ($h=1$), dois passos à frente ($h=2$) e três passos à frente ($h=3$). Por fim, a avaliação do modelo identificado foi baseada na análise dos indicadores de aderência apresentados na seção precedente.

Análise exploratória dos dados

Nesta seção, apresentam-se a base de dados e os resultados da análise exploratória, que inclui a análise de estatísticas descritivas, a verificação da suposição de normalidade através do teste JB (JARQUE; BERA, 1980), a avaliação da estacionariedade por meio do

Tabela 3
Resumo descritivo

	Estatísticas
Mínimo	91,63
Máximo	111,35
Média	102,46
Desvio padrão	3,99
Coefficiente de variação (CV)	0,04
Coefficiente de assimetria	-0,23
Coefficiente de curtose	3,02
Jarque-Bera (p-valor)	0,32
ADF com constante	-5,41(4 lags)
ADF com constante e tendência	-5,50 (4 lags)

Fonte: Elaboração própria.

teste ADF (BROCKWELL; DAVIS, 2006; FULLER, 1996; HARRIS; SOLLIS, 2003; WEI, 2006) e correlogramas contendo a FAC e FACP para as primeiras 20 defasagens, que inclui o teste Ljung-Box (1978).

Ao analisar o coeficiente de variação (Tabela 1), verificou-se que os dados apresentaram um comportamento homogêneo ($CV < 15\%$), contudo, apresentaram assimetria à esquerda, o que sinaliza uma distribuição não normal. Entretanto, refuta-se aqui esta hipótese através do teste JB, ao nível de 5% de significância ($p\text{-valor} < 0,05$). Por último, tendo como base os resultados do teste ADF, conclui-se que a série é estacionária (modelo com constante e modelo com constante e tendência).

Modelagem estatística

Base I

Conforme apresentado anteriormente, o método de Box-Jenkins obedece a um ciclo iterativo de pelo menos quatro estágios, a saber: especificação, identificação, estimação e diagnóstico. A especificação foi realizada com base na análise exploratória. Assim, pelo fato de a atividade industrial do estado apresentar intensa sazonalidade, identificou-se um modelo SARIMA de ordem $(2,0,2) \times (2,0,1)_p$, cujo AIC foi igual a 445,19. O diagnóstico de tal modelo foi realizado por meio da avaliação dos resíduos e encontra-se sintetizado na Figura 5.

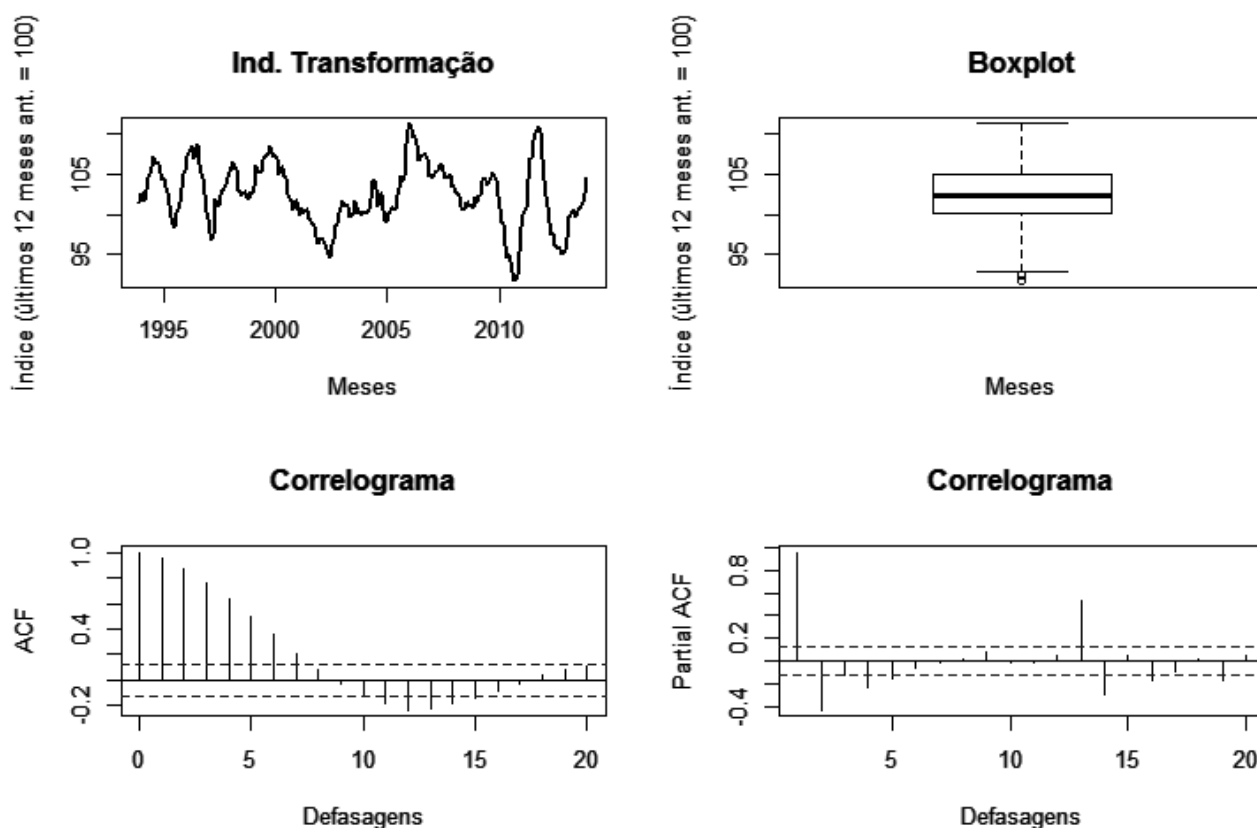


Figura 4
Série temporal do indicador de produção da indústria de transformação – dez. 1993-dez. 2013

Fontes: IBGE, Banco Sidra.

Nota: Elaboração própria.

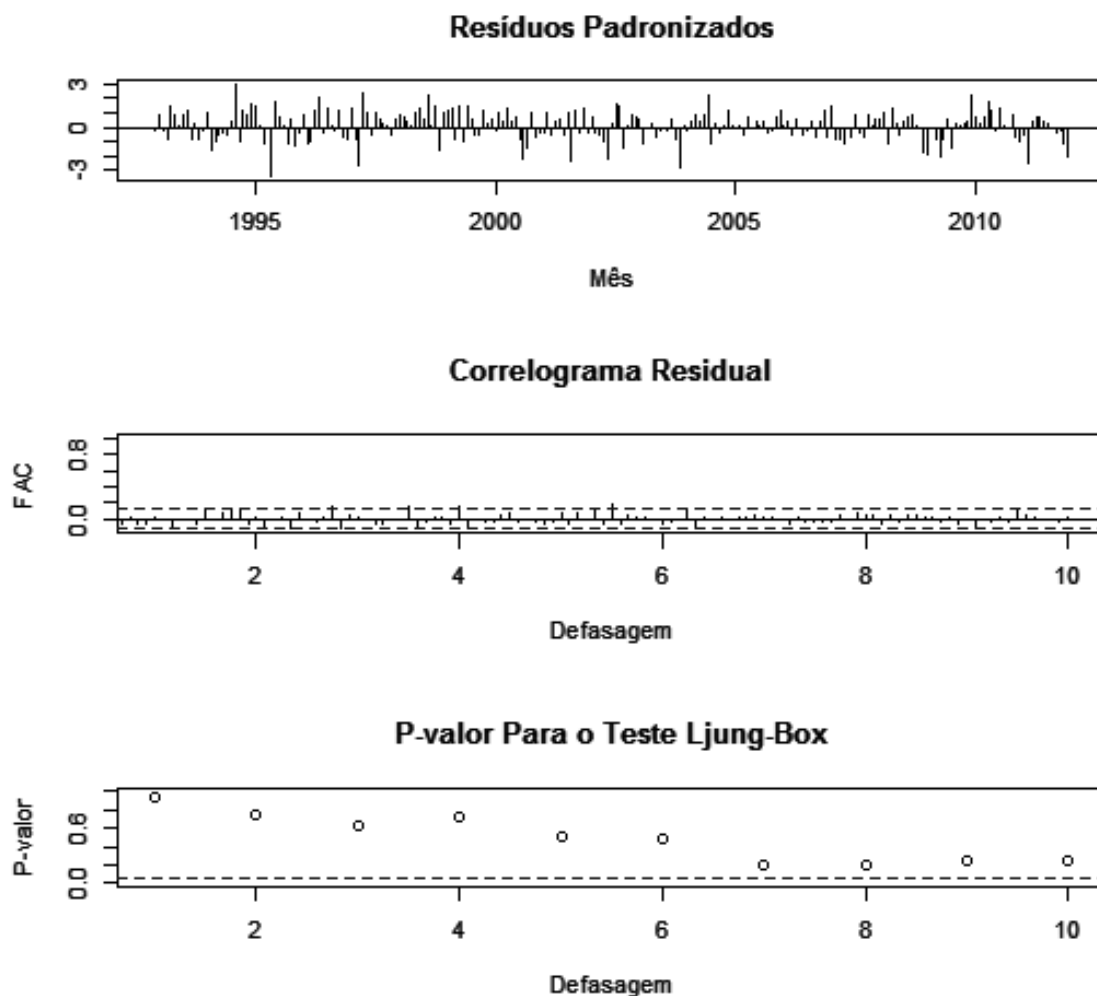


Figura 5
Diagnóstico do modelo identificado

Fonte: Elaboração própria.

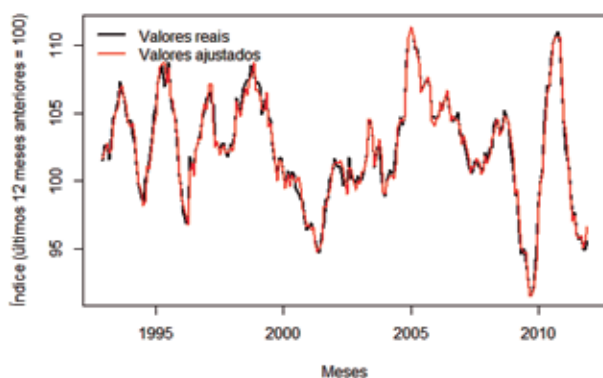


Figura 6
Comparativo entre os valores reais e valores

Fontes: IBGE, Banco Sidra.

Nota: Elaboração própria.

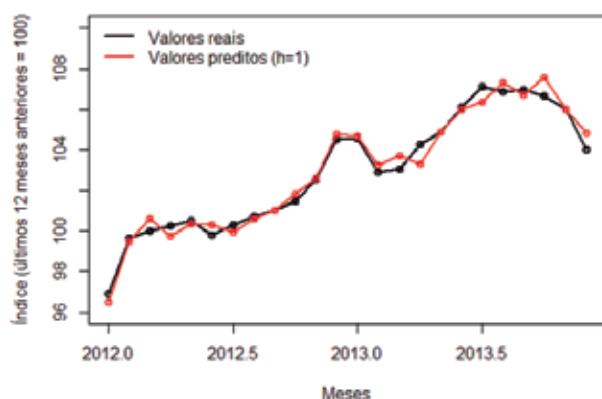
O primeiro gráfico (Figura 5) expõe a distribuição dos resíduos ordenados ao longo do tempo (resíduos padronizados); o segundo evidencia o correlograma residual com dez *lags*. Por fim, o último exibe os *p-valores* do teste *Ljung-Box* para as primeiras dez defasagens.

De maneira geral, o modelo identificado captou o comportamento e aderiu à evolução temporal dos dados, refletindo, conseqüentemente, em resíduos com pequenas amplitudes. Além disso, a avaliação do correlograma residual, bem como a análise dos coeficientes do teste *Ljung-Box*, indicou a inexistência de autocorrelação nos resíduos.

Tabela 4
Avaliação da acurácia na Base I

	Estatísticas
ME	0,04
MAE	0,28
MSE	0,41

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Quanto menor melhor.

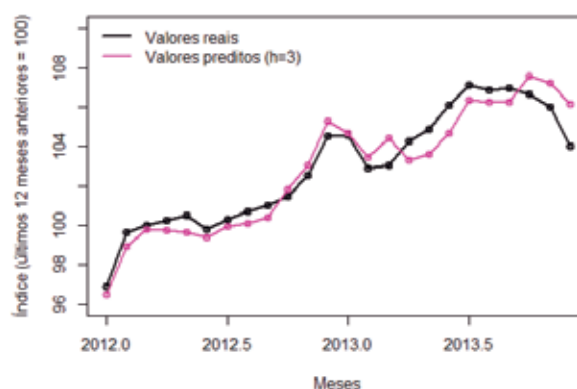
**Figura 7**
Comparativo entre os valores reais e os valores preditos a um passo à frente

Fontes: IBGE, Banco Sidra.
Nota: Elaboração própria.

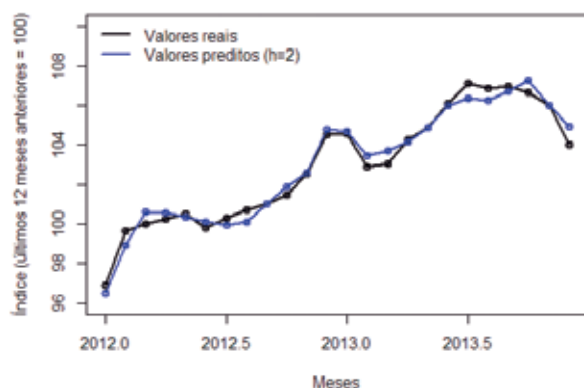
Tabela 5
Avaliação da acurácia na Base II

	(h=1)	(h=2)	(h=3)
ME	0,06	0,04	-0,09
MSE	0,23	0,21	0,80
MAE	0,380	0,373	0,770

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Quanto menor melhor.

**Figura 9**
Comparativo entre os valores reais e os valores preditos a três passos à frente

Fontes: IBGE, Banco Sidra.
Nota: Elaboração própria.

**Figura 8**
Comparativo entre os valores reais e os valores preditos a dois passos à frente

Fontes: IBGE, Banco Sidra.
Nota: Elaboração própria.

Logo, o modelo proposto reproduziu bem a realidade observada. O erro médio (ME) foi de 4%, enquanto o erro quadrático médio (MSE) foi de 28% e o erro absoluto médio (MAE), de 41%.

Base II

As previsões foram realizadas para três diferentes horizontes de previsão, a saber: um mês à frente ($h=1$) (Figura 7), dois meses à frente ($h=2$) (Figura 8) e três meses à frente ($h=3$) (Figura 9). Os resultados são mostrados na Tabela 3 e visualizados na Figura 4. Por fim, a qualidade das previsões é exibida na Tabela 4.

Observou-se que as previsões realizadas para os horizontes ($h=1$) e ($h=2$) obtiveram praticamente as mesmas

medidas de qualidade, embora as previsões para dois horizontes à frente ($h=2$) tenham sido levemente mais precisas. Na avaliação pelo erro médio (ME), verificou-se que as previsões de um passo à frente foram 6% maiores que os valores reais, enquanto as previsões de dois passos à frente foram 4% maiores. No sentido oposto, as previsões de três passos à frente foram 9% menores que os valores reais.

Na análise pelo erro quadrático médio (MSE), as previsões realizadas para dois passos à frente ficou com o primeiro lugar do *ranking*, 21%, seguida das previsões de um passo à frente ($MSE = 23\%$), e por último, três passos à frente ($MSE = 80\%$).

Por fim, na verificação da aderência pelo erro médio absoluto (MAE), identificou-se que as previsões realizadas a dois passos à frente obteve um *score* igual a 0,373, seguido das previsões de um e três passos à frente, 0,380 e 0,770 respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modelagem estatística de séries temporais econômicas tem ocupado espaço relevante no trabalho de analistas econômicos. Segundo a literatura, os modelos estocásticos descrevem de maneira satisfatória o comportamento de variáveis econômicas. A presente pesquisa teve como objetivo a modelagem das séries temporais do índice de produção da indústria de transformação da Bahia, no período de janeiro de 1991 a dezembro de 2013, tendo como método de análise a classe de modelos sazonais ARIMA conhecida na literatura como modelo SARIMA $(2,0,2) \times (2,0,1)_{12}$.

Como estratégia metodológica, nesta pesquisa foram utilizados dois grupos de séries temporais denotados com base I e base II. A base I teve como período dezembro de 1993 a dezembro de 2013, já a base II situou-se entre janeiro de 2014 e dezembro de 2014. Sendo que a base II foi utilizada como teste do modelo proposto. Antes da aplicação do modelo de séries temporais adotado neste artigo, foi realizada uma análise exploratória: análise descritiva, verificação de suposição de normalidade, avaliação da estacionariedade e decomposição das séries (Tabela 1)

O modelo identificado apresentou previsões condizentes com a realidade (Figura 7, Figura 8 e Figura 9), e assim, poderá ser utilizado como instrumento para o acompanhamento da atividade industrial no curto prazo, uma vez que é capaz de antecipar as flutuações da produção industrial a dois passos à frente (dois meses), ainda que sujeitas a um nível de desconhecimento sobre a atual conjuntura econômica do estado. Assim, com este resultado, buscou-se amenizar ou compensar a questão da defasagem inerente ao indicador econômico modelado nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AKAIKE, H. A new look at the statistical model identification. *IEEE Transactions on Automatic Control*, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 716–723, Dec. 1974.
- BOX, G. E. P.; JENKINS, G. M. *Time series analysis: forecasting and control*. São Francisco: Holden-Day, 1976.
- BROCKWELL, P. J.; DAVIS, R. A. *Time series: theory and methods*. 2nd ed. New York: Springer, 2006.
- CHATFIELD, C. *Times series forecasting*. [S.l.]: Chapman & Hall/CRC, 2000.
- CROMWELL, J. B.; LABYS, W. C.; TERRAZA, M. *Univariate tests for time series models*. California: Sage Publications, 1994. (Quantitative applications in the social sciences, 99).
- EHLERS, R. S. *Análise de séries temporais*. Curitiba: UFPR, 2009.
- FISHER, S. *Séries univariantes de tempo-metodologia de Box & Jenkins*. 1982. 177 f. Dissertação (Mestrado em Economia)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.
- FULLER, W. A. *Introduction to statistical time series*. 2nd ed. New York: John Wiley & Sons, 1996.
- GUEDES, E. F.; ZEBENDE, G. F.; MACHADO, A. Análise temporal dos indicadores da indústria de transformação da Bahia: uma abordagem com métodos da mecânica estatística. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 186, p. 34-43, jan./mar. 2015.
- GUJARATI, D. *Econometria básica*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- HARRIS, R.; SOLLIS, R. *Applied time series modelling and forecasting*. Chichester: John Wiley & Sons, 2003.
- HYNDMAN, R. J.; KOEHLER, A. B. Another look at measures of forecast accuracy. *International Journal of Forecasting*, [S.l.], v. 22, p. 679–688, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores conjunturais da indústria: produção*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. (Séries relatórios metodológicos).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Sistema de Contas Regionais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Banco SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PZ&z=t&o=22>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

JARQUE, C. M.; BERA, A. K. Efficient tests for normality, homoscedasticity and serial independence of regression residuals. *Economics Letters*, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 255-259, 1980.

LJUNG, G. M.; BOX, G. E. P. On a measure of lack of fit in time series models. *Biometrika*, London, v. 65, n. 2, p. 297-303, 1978.

MENDES, C. M. et al. *Economia: introdução*. Florianópolis: UFSC, 2007.

MILONE, G. *Estatística geral e aplicada*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR: Estatísticas de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho: Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/home/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MONTGOMERY, D. C.; JENNINGS, C. L.; KULAHCI, M. *Introduction to time series analysis and forecasting*. New Jersey: John Wiley, 2008.

MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. *Análise de séries temporais*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher/ABE-Projeto Fisher, 2006.

R Core Team. R: A Language and Environment for Statistical Computing. Vienna, Austria, 2014. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>.

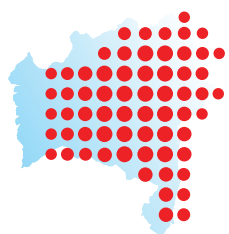
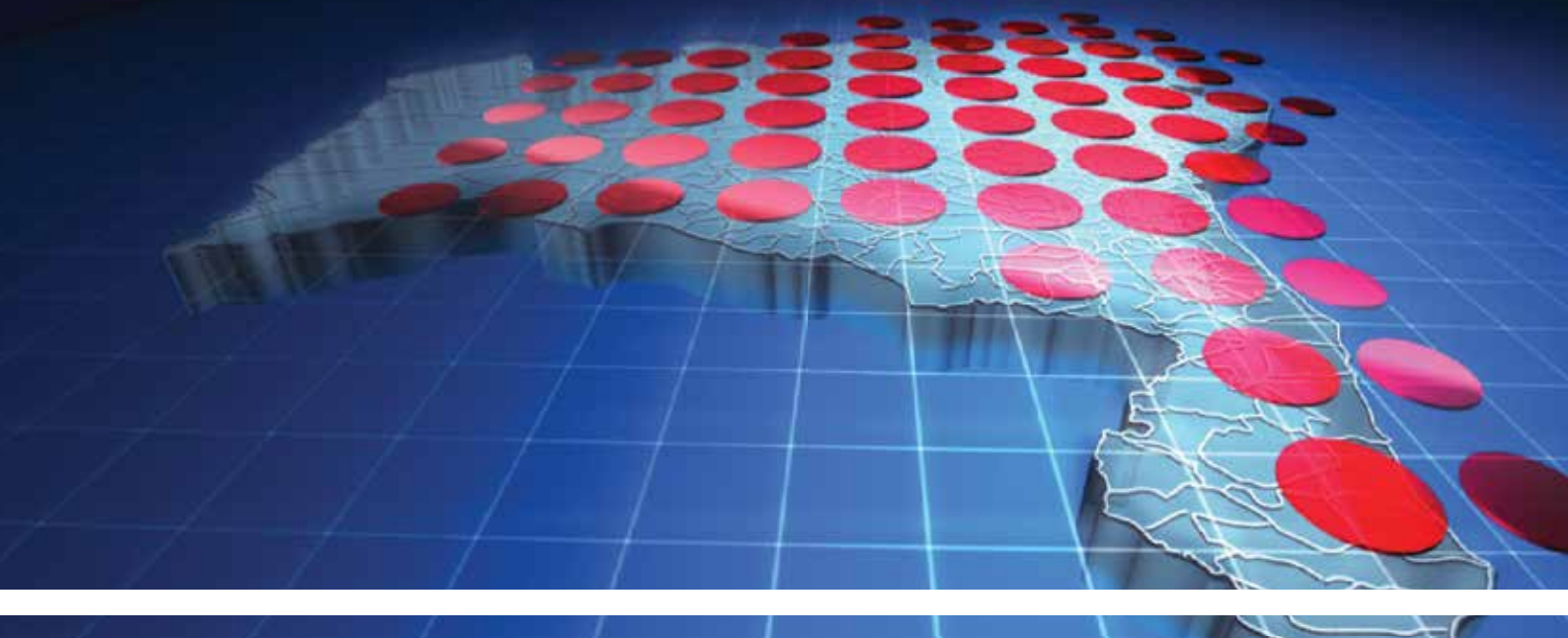
SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHWARZ, G. Estimating the dimension of a model. *The Annals of Statistics*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 461-464, 1978.

SHUMWAY, R. H.; STOFFER, D. S. *Times series analysis and its applications with R*. 2nd ed. New York: Springer, 2011.

UDERMAN, S. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. *Revista Desenharia*, Salvador, v. 2, n. 3, 2005.

WEI, W. W. S. *Time Series Analysis: univariate and multivariate methods*. EUA: Pearson, 2006.



IDE.Bahia

Infraestrutura de Dados
Espaciais do Estado da Bahia

Acesse já e informe-se
geoportal.ide.ba.gov.br

Instituída pelo Decreto nº 16.219 de 24/07/2015, publicado no Diário Oficial em 25/07/2015, a IDE Bahia, tem como objetivo facilitar o acesso a geoinformação produzida pela administração pública fornecendo subsídios para a tomada de decisão, formulação de políticas e a sociedade em geral.

A IDE Bahia, é um conjunto distribuído de dados, serviços e aplicações que permitem o compartilhamento e utilização da informação geoespacial produzida pelas instituições públicas estaduais, cujo acesso se faz através do GEOPORTAL BAHIA.



Processos de discussão em Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes)¹

Jean Pierre Chassot*
Sérgio Luis Allebrandt**

O pacote de concessões lançado pela presidenta Este estudo tem como tema a gestão social e se orienta pelo aspecto habermasiano de cidadania deliberativa, que possui como base o diálogo e a interação e é caracterizada como uma gestão pública voltada para os interesses da população, da coletividade, da sociedade, em que todos os envolvidos têm o direito a participar

Para Tenório (2008), a gestão social é o processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação, ou seja, é um espaço onde todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação. Para o autor, o conceito de gestão social está apoiado na compreensão da inversão dos seguintes pares de palavras: Estado–sociedade, capital–trabalho e sociedade–mercado, e ainda no conceito de cidadania deliberativa, a partir do qual “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processo de discussão, orientado pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2008, p. 161). Por isso, esta

pesquisa considera o conceito de gestão social aos olhos do teórico Fernando Guilherme Tenório, que estuda a gestão social com cidadania deliberativa.

Este estudo foi desenvolvido nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes) dos municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial (Corede-Norc) do estado do Rio Grande do Sul. Para conhecer a realidade dos conselhos, optou-se pela observação das dinâmicas de discussões estabelecidas nesses espaços. Para tanto, o recorte temporal utilizado na elucidação da problemática correspondeu à gestão administrativa dos municípios, no período de 2009 a 2012. Assim buscou-se responder: os Comudes dos municípios do Corede-Norc, como conselhos gestores de políticas públicas, estão estruturados para o fortalecimento da cidadania e, em consequência, promovem o desenvolvimento e consideram o contexto organizacional desses municípios e as políticas transversais existentes no território em questão?

¹ Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no VII Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional (SIDR), cujo tema foi “Globalização em tempos de regionalização – repercussões no território”, realizado no período de 9 a 11 de setembro de 2015, na cidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

* Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), jeanchassot@hotmail.com

** Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Administrativas Econômicas de Ijuí (Facacel/Fidene). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), allebr@unijuí.edu.br

Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo analisar os processos de discussões realizados nos Comudes dos municípios pertencentes ao Corede-Norc, visando ao fortalecimento da cidadania e à promoção do desenvolvimento da região.

Para tanto, buscou-se conhecer e analisar os procedimentos decisórios desenvolvidos nestes espaços públicos e a condução das políticas públicas locais, pois a discussão constitui o diálogo que viabiliza a compreensão que cada um tem do objeto em análise.

METODOLOGIA

Para elucidar a questão norteadora desta pesquisa e atingir os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem qualitativa, a partir de pesquisa documental, como atas de reuniões, relatórios emitidos e outras formas de registro de atividade dos Comudes, assim como análise de legislações municipais referentes aos conselhos, para contribuir com o levantamento de informações sobre a ação dessa esfera pública.

Também optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com representantes dos Comudes e executivos municipais, com a utilização de um termo de consentimento que visou ao esclarecimento dos entrevistados sobre a finalidade da pesquisa, o sigilo e a importância da colaboração e participação destes para o referido estudo.

A pesquisa também foi observacional, isto é, a atuação e o desempenho dos membros dos Comudes foram observados durante a participação destes em encontros realizados pelo Corede-Norc para a discussão do desenvolvimento local e regional. As observações foram realizadas no período de março de 2012 a junho de 2013, a partir de um primeiro contato estabelecido por telefone para agendamento de datas e horários. Destaca-se que foi garantida a representatividade, nas entrevistas, a cada um dos 11 Comudes do Corede-Norc.

A análise dos dados qualitativos da pesquisa ocorreu a partir da técnica de análise de conteúdo orientada pela organização da análise ou pré-análise, a exploração ou

codificação e, posteriormente, o tratamento dos dados e resultados. Ou seja, para o ordenamento das informações coletadas foram utilizadas as categorias de análise de acordo com os estudos orientados teoricamente segundo o conceito habermasiano de cidadania deliberativa, desenvolvidos pelo Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FVG).

O PEGS desenvolve estudos a partir dos preceitos teóricos de cidadania deliberativa de Habermas e de suas relações com os critérios de avaliação da participação cidadã desenvolvidos com base nas propostas do Instituto de Governo e Políticas Públicas (Igap) da Universidade Autônoma de Barcelona, estabelecendo um conjunto de critérios para cada categoria. Entre os diferentes modelos propostos por pesquisadores sociais, optou-se pelo critério PEGS, nesta pesquisa, para atender à intencionalidade dos autores em obter informações que respondessem aos objetivos da pesquisa, visto que o PEGS entende a gestão social como processo gerencial dialógico que compartilha a autoridade decisória entre os participantes da ação.

Para Tenório (2008), gestão social é o processo gerencial decisório deliberativo que procura atender às necessidades da sociedade, da região, do território ou do sistema social específico, vinculadas à produção de bens ou à prestação de serviços. Nesse sentido, com base nos critérios do autor, apresenta-se no Quadro 1 a Matriz de Categorias e Critérios de análise de espaços públicos.

Salienta-se que, para este artigo, analisou-se apenas a categoria *processos de discussão*. Para identificar os critérios necessários à análise elaborou-se um conjunto de questões norteadoras para as entrevistas, as observações e a análise documental (Quadro 2).

COMUDES DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O COREDE-NORC

Os Comudes passaram a fazer parte da dinâmica social dos municípios da região Noroeste Colonial a partir de 2003, conforme se verifica no Quadro 3, no

Categorias	Crítérios
Processo de discussão	Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.
	Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.
	Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores com o intuito de integrar diferentes pontos de vista.
	Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.
	Órgão de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e a fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.
Inclusão	Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.
	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social quanto no político e técnico.
Pluralismo	Valorização cidadã: valorização, por parte dos cidadãos, sobre a relevância da sua participação.
	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como de cidadãos não organizados envolvidos no processo deliberativo.
Igualdade participativa	Perfil dos atores: características dos atores em relação às suas experiências em processos democráticos de participação.
	Forma de escolha dos representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.
	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
Autonomia	Discurso dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
Bem comum	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.
Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.	

Quadro 1
Matriz de categorias e critérios de análise de espaços públicos

Fonte: Tenório (2012).

Nota: Elaborado pelo autor com base nos critérios da PEGS/FGV.

Categorias	Crítérios	Perguntas
Processo de discussão	Canais de difusão	1. Os participantes do Comude têm acesso às informações da municipalidade? 2. Que instrumentos são utilizados para disponibilização destas informações? 3. Como estas informações são utilizadas pelos participantes para fortalecer a mobilização e/ou a discussão
	Qualidade da informação	4. Estas informações disponibilizadas são suficientes para proporcionar equidade na discussão? 5. São claras e objetivas? Satisfazem as necessidades (são úteis)?
	Espaços de transversalidade	6. Existem momentos de discussão com outros espaços, isto é, há momentos de integração com outros conselhos setoriais do município?
	Relação com outros processos participativos	7. O Comude participa e/ou integra outros fóruns de discussão no município ou na região?
	Órgãos existentes	8. O conselho utiliza alguma estrutura já existente no município para o seu funcionamento, evitando assim a duplicação?
	Órgão de acompanhamento	9. Existe um mecanismo de controle das atividades do conselho assegurando que o que foi implementado estava mesmo de acordo com o que foi decidido?
	Pluralidade do grupo promotor	10. Existe um compartilhamento da liderança entre os participantes no sentido de mobilizar outros atores?

Quadro 2
Questionário elaborado a partir da matriz

Fonte: Tenório (2012).

Nota: Elaborado pelo autor com base nos critérios da PEGS/FGV.

Município	Lei Municipal	Data
Ajuricaba	1.454	24/06/2003
Augusto Pestana	770	19/11/2003
Bozano	162	28/05/2003
Catuípe	1.303	27/06/2003
Condor	1.365	03/07/2003
Coronel Barros	630	24/06/2003
Ijuí	4.046	17/12/2002
Joia	1.397	16/06/2003
Nova Ramada	1.096	09/09/2011
Panambi	2.201	26/06/2003
Pejuçara	1.093	25/11/2003

Quadro 3
Legislação que cria os Comudes da região Noroeste Colonial

Fonte: Elaborado pelos autores em 2013.

qual constam a data e a lei em vigência de criação dos conselhos. No mesmo ano houve um processo de criação/recriação e revitalização destes espaços, em função de que os Coredes e o Fórum dos Coredes, juntamente com o governo do estado à época (governo Rigotto), entenderam que a existência desse conselho deveria passar a ser uma pré-condição para os municípios participarem do Processo de Participação Popular, que veio a substituir o instrumento de gestão participativa do Orçamento Participativo do governo anterior (governo Olívio Dutra).

Os Comudes que integram os municípios do Corede Noroeste Colonial são classificados como pessoas jurídicas de direito privado, associações civis sem fins lucrativos, que contam com a representação e participação da sociedade civil e das diferentes instâncias dos poderes públicos com sede em cada município.

PROCESSOS DE DISCUSSÕES NOS COMUDES DO COREDE-NORC

A categoria *processos de discussão*, segundo Tenório (2012), é essencial para os procedimentos decisórios desenvolvidos nas esferas públicas ou na condução de políticas públicas, pois é na discussão que se institui o diálogo que viabiliza a compreensão que cada um tem no objeto em análise. A categoria tem como objetivo apresentar como ocorre o processo decisório no diálogo entre atores envolvidos nas atividades dos Comudes que pertencem ao Corede-Norc quanto à

participação social em questões voltadas ao desenvolvimento local/regional.

Esta categoria, como o nome indica, é o local de discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos. Segundo Jürgen Habermas (1997 apud TENÓRIO, 2007), a esfera pública não pode ser entendida como uma instituição nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis.

Em outras palavras afirma-se que a esfera pública constitui-se essencialmente de uma estrutura dialógica em que se busca o entendimento e está relacionada com o espaço social reflexivo gerado no agir comunicativo.

A categoria avalia os elementos condicionantes para um funcionamento efetivo dos conselhos. Estes estão presentes e instituídos legalmente nos 11 municípios estudados, mas a instituição gradativa da maioria iniciou-se no ano de 2003, e ainda está pouco compreendida a finalidade destes espaços por parte dos integrantes da municipalidade. Há também pouca compreensão por parte da população em geral, o que gera uma ausência de ação efetiva por parte dos atores envolvidos, principalmente da sociedade, devido à incompreensão da necessidade de participação conjunta com o poder público.

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis

Canais de difusão

Quanto à existência de uma ferramenta formal de disponibilização de informações por parte da municipalidade para o conselho, verificou-se que não existe um canal evidente de comunicação para a mobilização dos participantes dos Comudes. Mas se observou, a partir dos discursos dos atores, que existem condições favoráveis de acesso às informações.

A partir das entrevistas, constatou-se ainda que não existem relatórios ou prestações de contas destinados aos conselhos de maneira formal e principalmente regular, mas existe o acesso a canais de divulgação comum aos cidadãos, como murais oficiais de publicidade e programas de rádios. Os portais eletrônicos também são utilizados para disponibilizar informações da administração pública municipal para a comunidade em geral e também para os conselheiros. A municipalidade também fornece informações aos conselheiros quando estes solicitam, de maneira formal, ao Executivo.

Explicam os entrevistados que fazem parte dos instrumentos e formas de disponibilização da informação os documentos oficiais da prefeitura e o jornal de circulação local. Ou seja, percebe-se que as informações da municipalidade estão disponíveis para toda a comunidade, e não exclusivamente para os membros dos Comudes e demais instâncias existentes no município, no entanto, a busca pela informação deve partir do cidadão, o que não ocorre habitualmente.

Os portais eletrônicos também são utilizados para disponibilizar informações da administração pública municipal para a comunidade em geral e também para os conselheiros

Nestas circunstâncias, acredita-se que as informações, quando procuradas e disponibilizadas, são muito pouco utilizadas para fortalecer a mobilização ou a discussão das políticas públicas, pois não existe envolvimento ativo dos conselheiros e menos ainda da população em geral sobre os assuntos cotidianos da municipalidade.

Em consequência, esvaziam-se as reuniões e as audiências dos conselhos e de outros espaços públicos de discussão, pois, nos Comudes, mesmo com os conselheiros munidos de informações, a discussão fica prejudicada em função do esvaziamento das sessões, pois não se consegue desenvolver uma estratégia de ação e de trabalho por falta de quórum.

A atuação efetiva do conselheiro seria indispensável ao fortalecimento da mobilização. Os atores com referendada atuação, mesmo em número reduzido, são dedicados à busca do conhecimento e conseguem utilizar os dados do município para transformá-los em pauta para as discussões, no entanto esta prática é prejudicada diante da passividade dos participantes, que apenas votam, mas não se substanciam de artifícios para argumentação.

As entrevistas evidenciaram também que os conselheiros esporadicamente utilizam as informações como base das discussões e fonte para estabelecimento de agenda pública; quando isso acontece, pode-se fazer um levantamento bem preciso de como está a situação do município, o que ajuda na divulgação dos trabalhos. Raros, porém, são os momentos em que as informações são utilizadas para fomentar a discussão e apontar as prioridades, servindo como base à elaboração das políticas públicas.

Destaca-se ainda a precariedade do funcionamento dos Comudes, pois o trabalho dos conselheiros praticamente resume-se à execução da Participação Popular e Cidadã (PPC)². Ou ainda para alguma apreciação urgente que exija a participação da comunidade, e, mesmo nesse caso, as informações são poucas ou quase não são procuradas e/ou utilizadas para fortalecer a discussão.

² Nomenclatura utilizada no governo Tarso (2011-2014) para se referir ao processo de participação da população na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Qualidade da informação

Quanto à diversidade, à clareza e à utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos, a situação percebida se agrava, pois as informações disponíveis ou disponibilizadas que circulam pela esfera pública não são enriquecidas com detalhes explicativos para proporcionar um melhor entendimento por parte dos conselheiros, principalmente os indicados pela sociedade civil. Fica evidente a falta de capacidade cognitiva de muitos para interpretar, de maneira clara, o que lhes foi informado/comunicado, isto é, para que essas informações possibilitem uma equidade no diálogo é necessário um bom nível de entendimento das pessoas envolvidas.

Neste caso, questiona-se sobre a qualidade das informações disponibilizadas e/ou fornecidas, pois a complexidade e o alto nível técnico destas podem torná-las inacessíveis. Desta forma, as informações repassadas deixam de cumprir o seu papel de função niveladora, o que acarreta, conseqüentemente, tomada de decisões sem o devido conhecimento de causa.

Pode-se afirmar, então, que informações incompreensíveis dificultam as discussões em decorrência da falta de conhecimento técnico de alguns participantes e do desinteresse da sociedade pela *res publica*.

Outro fator que interfere na equidade das discussões é o fato de os representantes da municipalidade estarem

mais envolvidos com a gestão das políticas e, portanto, mais próximos de informações mais claras e em maior quantidade do que a população em geral.

O estudo revelou que as informações são disponibilizadas de maneira muito superficial ou com terminologias e nomenclaturas técnicas, como o caso da legislação, dificultando o entendimento dos participantes pela falta de clareza e, muitas vezes, de objetividade, não satisfazendo, assim, as necessidades dos conselheiros para o embasamento de suas argumentações e, por conseguinte, para a tomada de decisão, muitas vezes realizada sem o conhecimento mínimo.

Espaços de transversalidade

Quanto aos espaços que integram setores com o intuito de reunir diferentes pontos de vista, ficou evidente que os Comudes do Corede-Norc não participam de outros espaços de discussão em seus municípios, não interagem diretamente com outros conselhos setoriais, embora se tenha buscado essa prática em alguns municípios. A interatividade encontra-se, portanto, restrita à composição dos Comudes, na qual há representação dos demais conselhos.

Relação com outros processos participativos

Quanto à interação com outros sistemas participativos já existentes na região, os Comudes integram a Assembleia Geral do Corede-Norc e, assim, participam de eventos organizados pela entidade. Os Conselhos também participam da elaboração do Plano Pluri Anual- PPA quando convidados. Salienta-se que, especificamente nos municípios de Panambi e Condor, que possuem aglomeração de empresas especializadas no ramo do agronegócio (pós-colheita), constituintes do Arranjo Produtivo Local (APL), os Comudes também participam destas discussões.

O principal espaço que os Comudes integram na região é o sistema estadual de Participação Popular e Cidadã (PPC), aberto, de forma universal, à sociedade gaúcha e com o objetivo de contribuir para a elaboração do

Informações incompreensíveis dificultam as discussões em decorrência da falta de conhecimento técnico de alguns participantes e do desinteresse da sociedade pela *res publica*.

orçamento do governo do estado. O PPC é coordenado pelos Coredes e pela Secretaria de Planejamento – Seplag do estado do Rio Grande do Sul.

Estruturas existentes

Como salas Desde a constituição dos Comudes na região, em sua maioria no ano de 2003, estes conselhos utilizam as estruturas materiais e pessoais já existentes nas respectivas prefeituras municipais, cde reunião, telefones, internet, assessoria técnica contábil e jurídica. Ou seja, não houve duplicação de estrutura para o estabelecimento das atividades dos Comudes.

Órgão de acompanhamento

Quanto à existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e a fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa, observou-se que não existe um órgão que faça o acompanhamento das políticas públicas discutidas para garantir a coerência e a fidelidade ao que foi deliberado em plenário.

No que diz respeito à moralidade dos atos, verificou-se, durante as entrevistas, que existe uma relação de confiança entre os atores e a ferramenta de controle que garante esta coerência é o registro, a ata da reunião.

Há Comudes em que este compartilhamento não ocorre em função da não participação dos atores nas atividades do conselho, permanecendo apenas a liderança responsável pelo processo

Também se observou o papel exercido pelas diretorias executivas dos conselhos neste aspecto, na função fiscalizadora dessas deliberações, fazendo cumprir as decisões tomadas em plenário,

Pluralidade do grupo promotor

Quanto ao compartilhamento da liderança, a fim de reunir diferentes potenciais atores, existem situações bem divergentes entre os conselhos. De um lado há uma partilha na forma de condução do processo, em que, durante várias situações, como no PPC ou na elaboração do PPA, se envolvem outras pessoas para realizar o trabalho em conjunto.

De outro lado, há Comudes em que este compartilhamento não ocorre em função da não participação dos atores nas atividades do conselho, permanecendo apenas a liderança responsável pelo processo.

CONCLUSÃO

Considerando-se as informações obtidas por meio das entrevistas realizadas com os envolvidos, das análises da documentação e da legislação vigente em cada município e das discussões teóricas existentes, foi possível concluir que o desempenho dos conselhos enquanto espaços de discussão e deliberação das políticas públicas está aquém das expectativas.

Nesse sentido, os Comudes não exercem o que Habermas idealiza como cidadania deliberativa, pois, de acordo com o processo dialógico realizado nestes espaços, apesar do compartilhamento da autoridade decisória com os participantes da ação, cabe observar que devem ser levadas em consideração as particularidades e especificidades individuais, ao analisar os processos de discussão.

Ou seja, quanto aos espaços criados para discussão, percebe-se que os conselhos não foram capazes de formar uma esfera pública em um espaço gerencial deliberativo, pelo fato de as instâncias participativas existentes caracterizarem-se como espaços onde demandas

são levantadas pelos participantes, mas estes não são capazes de sustentar negociações, debates e deliberações voltadas para um processo de construção conjunta e contínua em prol do bem comum.

Os processos de discussão mostraram-se passivos, considerando-se a relação dos Comudes com os gestores dos municípios, assim como sua interação com outras instâncias de participação e controle social. Verificou-se que a intersetorialidade e a transversalidade com algumas áreas, assim como a relação dos Comudes com instâncias de outros entes federados ou sistemas de participação regional, não foram suficientes no que tange ao relacionamento com outros órgãos, conselhos e espaços regionais de participação, encontrando-se muito aquém do desejado ou previsto pelo princípio habermasiano de cidadania deliberativa. Os Comudes não participam de outros espaços locais de discussão e, conseqüentemente, não interagem com os outros conselhos setoriais, embora essa alternativa tenha sido buscada em alguns municípios, de forma pontual.

O que existe é o que se classificou nesta pesquisa como uma “interatividade limitada” com esses espaços, pois muitos conselheiros fazem parte também da composição dos demais conselhos setoriais. Regionalmente, os Comudes integram a composição do Corede, sendo representados neste espaço regional pelo presidente, mas, na prática, não há uma interação consistente a ponto de gerar resultados significativos.

Destaca-se que os municípios que integram o Corede-Norc são de pequeno porte – com exceção de Ijuí que possui em torno de 80 mil habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 – e necessitam executar uma maior articulação da comunidade para que esta atue nos Comudes, considerando-os como um espaço público de orientação geral para a atuação dos demais conselhos setoriais.

Ressalta-se também que as pessoas precisam se envolver nas atividades do conselho para expor suas necessidades. Para tanto, é necessário um investimento, por parte do poder público, no sentido de capacitar os membros que atuam no conselho, assim como os potenciais atores, isto é, a população em geral, para

que estes se tornem sujeitos ativos do desenvolvimento local/regional.

E ainda, como proposta, deve-se elaborar uma estratégia de motivação para as pessoas afastadas do processo e para aquelas que ainda não integram o grupo, com o objetivo de potencializar a participação e a ocupação destes espaços. Por conseguinte, é preciso melhorar e intensificar a organização dos conselhos, seja no sentido da comunicação interna e externa, seja na quantidade e na qualidade das informações existentes e em circulação. Dessa forma, os indivíduos estariam preparados para assumir o seu papel como cidadão, melhorando a interação com outros espaços transversais e setoriais, no sentido de determinar avanços em termos concretos de resultados para a coletividade.

Em suma, o estudo revelou que os Comudes atingem os objetivos propostos em sua origem, pois mesmo com certa dificuldade e resistência de alguns gestores, contribuem em algum aspecto para a promoção do desenvolvimento local/regional, ao integrar as ações do poder público com as organizações privadas e a sociedade civil no sentido de melhorar a qualidade de vida da população. No entanto, apresenta desempenho insuficiente para promover a participação de todos os segmentos da sociedade local, organizados ou não, na discussão dos problemas e na identificação das potencialidades dos municípios, bem como na definição de políticas públicas de investimento e ações que visem ao desenvolvimento destes. Também pecam na organização e realização de reuniões e audiências públicas necessárias, visto que devem oferecer mais e melhores espaços para que a sociedade possa discutir e eleger as prioridades municipais.

Pesa ainda a ausência dos Comudes na participação/elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos municípios, pois essa lacuna dos conselhos na promoção e no fortalecimento da participação da sociedade civil no intuito de buscar uma integração regional dificulta uma conexão com as atividades do Corede-Norc para buscar melhor articulação com o estado e a União.

Os Comudes ainda não têm capacidade de constituir um espaço de discussão e formulação de propostas

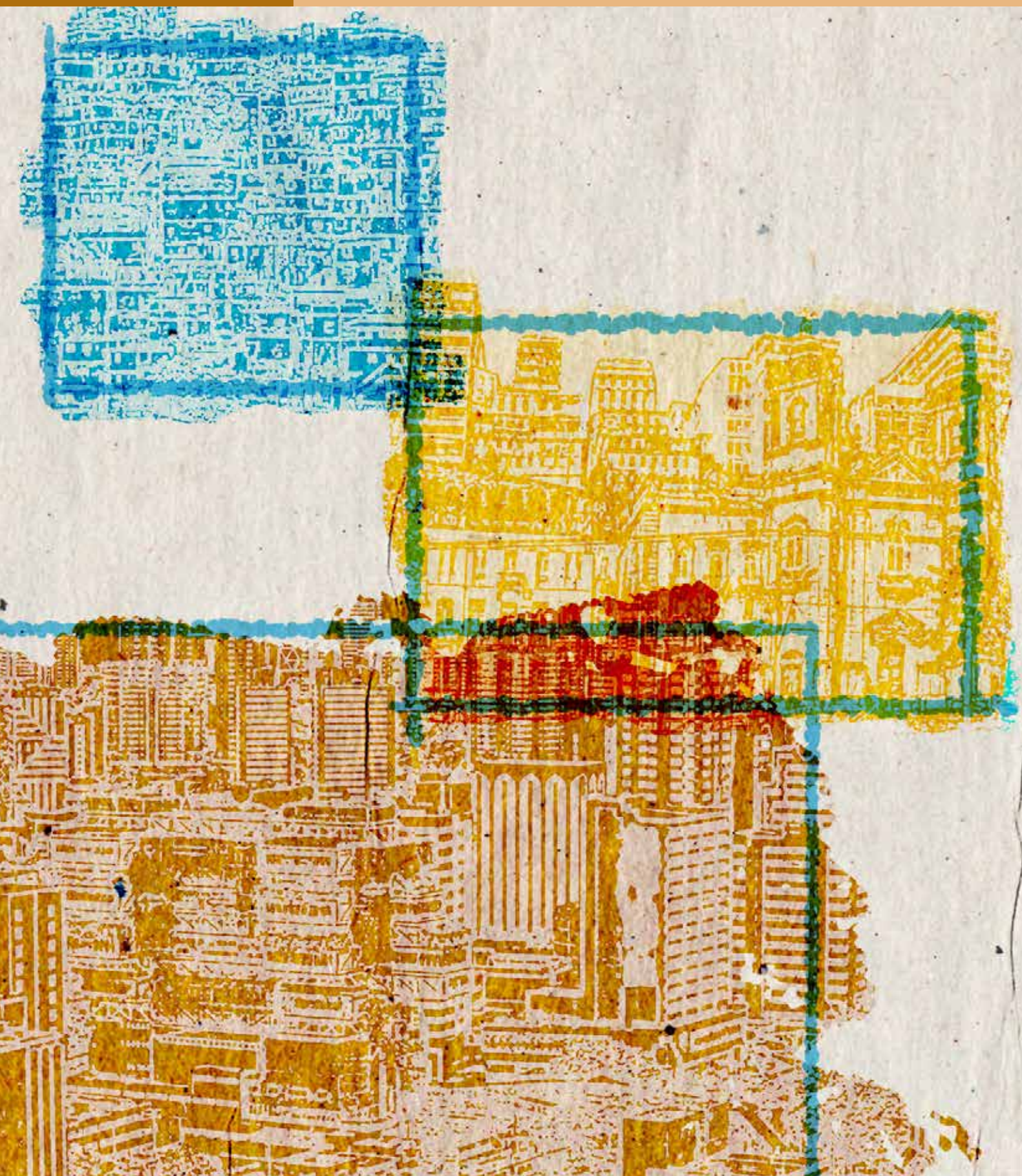
para servir como subsídio ao PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e orçamentos municipais e estadual, devido à insuficiência de proposições e ações por parte da sociedade civil, além do não acompanhamento e da falta de fiscalização integral das ações ou investimentos que são discutidos no conselho.

Porém, é importante esclarecer que, apesar de os Comudes não atingirem o ideal habermasiano, de acordo com a pesquisa, evidenciou-se a evolução destes espaços na condução dos processos de tomada de decisão descentralizada, mostrando o esforço dos atores envolvidos na consecução de uma gestão das políticas públicas envolvente, na tentativa de mobilizar cada vez mais a sociedade e melhorar constantemente os resultados que impactam no cotidiano da população regional. Estes espaços públicos de discussão ainda precisam ser melhorados, seja no sentido da participação mais efetiva da sociedade como também na elaboração de estratégias que, através do diálogo, busquem o entendimento unânime, evoluam no processo decisório, isto é, ultrapassem o modelo tradicional de tomada de decisão utilizado: o voto.

Com a realização do estudo sobre os processos de discussão nos Comudes, verifica-se a necessidade de alguns aprofundamentos em relação ao desempenho destes, visto que, com exceção do Conselho de Desenvolvimento do Município de Ijuí (Codemi/Ijuí), os demais conselhos foram criados na região há apenas dez anos. Nesse sentido sugere-se a realização de estudos sobre a mensuração do impacto gerado pelas políticas públicas elaboradas e acompanhadas pelos conselhos, assim como uma pesquisa dirigida à identificação de possíveis variáveis sobre o pouco envolvimento direto da sociedade civil nestes espaços.

REFERÊNCIAS

- ALLEBRANDT, S. L. *A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas públicas: a atuação dos conselhos municipais de Ijuí* – RS, de 1989 a 2000. Ijuí, RS: UNIJUI, 2002.
- _____. Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. 2010, 302 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento)-Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, 2010.
- BANDEIRA, P. da S. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os Coredes do Rio Grande do Sul. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). *Governança territorial e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011a. p. 212-253.
- BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L. Coredes: estruturação, articulações intra e inter-regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). *Governança territorial e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p.311-338.
- GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação socio-política*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.
- _____. *Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional à gestão social*. Ijuí, RS: UNIJUI, 2002.
- _____. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, nov./dez. 2006.
- _____. (Org.). *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí, RS: UNIJUI, 2007.
- _____. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado. 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.
- _____. Metodologia de construção dos critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro, BA; Petrolina, PE. *Anais...* Juazeiro, BA; Petrolina, PE: ENAPEGS, 2010.
- _____. Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). *Governança territorial e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p.73-93.
- _____. (Org.). *Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- TENÓRIO, F. G.; ROSENBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n. 4, p. 101-125, jul./ago. 1997.



Contradições e conflitos na produção e no uso do espaço urbano: um olhar sobre Salvador

Raissa da Matta Almeida*
Lays Britto Azevedo**
Joanna Lima de A. Milanez***

A produção do espaço urbano brasileiro tem-se configurado através de um processo de segregação territorial que, por sua vez, espacializa a desigualdade social. O desenho de cidades contemporâneas revela distintos padrões de ocupação, destacando-se, no Brasil, condomínios fechados e favelas. A metrópole contemporânea é composta de núcleos que não se conectam nem interagem uns com os outros, possuindo identidades particulares. Ocorre uma “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se esta disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia” (CASTELLS, 1983 apud VILLAÇA, 2001, p. 148).

Essa disparidade contribui ativamente para a violência urbana, que amedronta a sociedade, especialmente nas grandes cidades, fazendo com que uma das principais justificativas para o estabelecimento desses condomínios fechados seja a falta de segurança nas ruas.

A segregação socioespacial, presente em todas as metrópoles brasileiras, resulta nas situações de exílio dentro das cidades, tanto nas favelas quanto nos condomínios fechados. Assim, há o agravamento dos quadros de desigualdade social, em virtude da criação de um número

cada vez maior de espaços que são de uso exclusivo de poucos, deixando de atender à função social das cidades.

A cidade de Salvador, nesse contexto, figura entre as mais segregadas socioespacialmente (CARVALHO; PEREIRA, 2008). Ricos e pobres habitam espaços com características muito diferentes, mas que, muitas vezes, estão muito próximos, separados apenas por muros ou avenidas e vias expressas. É notória a expansão tanto das favelas, com todas as suas irregularidades, quanto dos condomínios fechados, que ofertam cada vez mais lazer e serviços privados.

Diante do que foi exposto anteriormente, o presente artigo tem como objetivo discutir sobre os conflitos existentes na produção do espaço urbano, especialmente na cidade de Salvador, onde é nítida a segregação socioeconômica e espacial, alimentada pela falta de infraestrutura urbana e a especulação imobiliária. As pessoas, das mais diversas classes sociais, pouco transitam por

* Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano e graduada em Engenharia Ambiental e Sanitarista pela Universidade Salvador (Unifacs). raissadamatta@gmail.com

** Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Salvador (Unifacs). laysbritto1@gmail.com

*** Graduada em Arquitetura e Urbanismo e aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). joanna.milanez@gmail.com

certos pontos da cidade, seja pela sensação de não pertencimento ou por insegurança. Observa-se que os instrumentos de planejamento, que auxiliam na gestão pública, não vêm sendo utilizados de modo a viabilizar, de forma plena, o exercício dos direitos do cidadão. Na prática, observa-se uma Salvador partida, ainda por não exercer sua função social no sentido de abraçar as necessidades da população.

Além de introdução e conclusão, este estudo está estruturado em três partes. A primeira parte, “Cidades para quem?”, traz uma reflexão sobre o direito à cidade e os instrumentos que estruturam a produção e o uso do espaço urbano. A segunda parte, “Segregação socioespacial nas cidades”, trata da ocupação e do uso do espaço urbano, buscando demonstrar a realidade segregadora presente nas metrópoles subdesenvolvidas. A terceira parte, “O exemplo de Salvador”, apresenta uma análise sobre as questões tratadas anteriormente tendo como foco a capital baiana.

CIDADE PARA QUEM?

Todos aqueles que vivem nas cidades, sejam elas metrópoles ou não, pertencem a um ambiente onde ocorrem as mais diversas atividades econômicas, acadêmicas, jurídicas, de lazer etc.

Pessoas convivem em sociedade e, nela, possuem seus direitos e deveres garantidos pela Constituição Federal,

Percebe-se que uma grande parcela da população (pessoas de baixa renda), na maioria das metrópoles brasileiras, não tem acesso à cidade e, consequentemente, carece de qualidade de vida

Pessoas convivem em sociedade e, nela, possuem seus direitos e deveres garantidos pela Constituição Federal, nota-se que nem todos têm acesso a determinados trechos da cidade, especialmente nas grandes metrópoles, por uma questão, principalmente, de renda

falando-se em Brasil. Porém, nota-se que nem todos têm acesso a determinados trechos da cidade, especialmente nas grandes metrópoles, por uma questão, principalmente, de renda. Segundo Santos (2013), a configuração do espaço urbano brasileiro é decorrente de um processo histórico associado a várias causas determinantes e, neste sentido, destaca-se a forma pressionada que fez com que o Brasil libertasse os escravos. Uma liberdade meramente formal, pois não foi dada a eles nenhuma assistência, tal como habitação, trabalho ou outra forma de auxílio que os mantivesse no campo, obrigando-os, assim, a se dirigirem aos centros médios e urbanos (SANTOS, 2013).

Percebe-se que uma grande parcela da população (pessoas de baixa renda), na maioria das metrópoles brasileiras, não tem acesso à cidade e, consequentemente, carece de qualidade de vida. “A urbanização rápida e a intensa concentração de indústrias, serviços e, portanto, de seres humanos, têm transformado as cidades no oposto de sua razão de ser – um lugar para viver bem, nas palavras de Aristóteles” (RATTNER, 2009, p. 7).

O desenvolvimento do planejamento, de normas e gestão da cidade direciona-se para a cidade formal construída para atender aos interesses das classes de maior renda (minoria), ou seja, não inclui as necessidades das populações pobres que vivem num espaço

arranjado com seus próprios recursos em áreas menos “valorizadas” no mercado imobiliário.

O aparato legal urbanístico acabou por determinar a ocupação de áreas sensíveis ambientalmente, ou não convenientes para a urbanização, pela grande massa de excluídos, fator que é absolutamente contraditório e cada vez mais presente na expansão das cidades brasileiras (MARICATO, 1996).

O que torna o quadro ainda mais preocupante é que a concepção de ideias, os planos e as decisões quanto à ocupação das cidades tende a focalizar lugares centrais e grandes centros, sendo que, na maioria das vezes, são necessários em lugares periféricos. Esse processo corresponde a “ideias fora do lugar”, aplicadas em áreas seletivas, que deixam grande parte da cidade como “lugares fora das ideias” (MARICATO, 2000 apud MONTE-MÓR, 2006, p. 1).

O Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, busca retomar a função social da cidade, o direito a esta e a inclusão da maior parte da população excluída à cidade formal. Nesse sentido, estabelece que todos têm direito a cidades sustentáveis, ou seja, direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, nos dias atuais e para as futuras gerações.

O Plano Diretor também surge nesse contexto como instrumento pelo qual as necessidades de cada cidade são expressas, levando-se em conta as particularidades locais. É preciso, portanto, que haja intensa participação

popular no processo de construção deste planejamento para que as necessidades e os interesses da maioria sejam contemplados. Os interesses imobiliários exercem grande pressão para limitar o Plano Diretor das cidades às diretrizes gerais ou princípios básicos, uma vez que este representa, em tese, uma oportunidade de se discutir a política urbana e promover mudanças que não privilegiem os interesses de uma minoria. Ou seja, observa-se uma tentativa de esvaziar o poder regulador que esse instrumento possui diante do processo de crescimento e desenvolvimento das cidades.

Harvey (2012) aborda o sistema de urbanização global atual, ressaltando em contrapartida a este fenômeno o poder coletivo dos cidadãos, e o direito que possuem de mudar a si mesmos através da mudança da cidade. “É um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (HARVEY, 2012, p. 74). Nos grandes centros urbanos, tal direito não tem se refletido na sociedade, uma vez que a realidade local vem sendo cada vez mais negligenciada em proveito do grande capital, o que tem se tornado praticamente um fenômeno inerente às cidades modernas.

Segundo Rattner (2009), “a participação popular no Plano Diretor e outros instrumentos que direcionem o orçamento do poder público para as necessidades sociais tornam o governo mais transparente”. Além disso, a participação popular torna-se imprescindível nas tomadas de decisões para a identificação das reais necessidades da população da cidade real, para a inclusão das minorias que acabam sendo maioria.

O Plano Diretor também surge nesse contexto como instrumento pelo qual as necessidades de cada cidade são expressas, levando-se em conta as particularidades locais

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES

Nota-se que a população absorveu com naturalidade o crescimento das cidades brasileiras, sem se dar conta da profundidade das perdas culturais, ambientais e socioeconômicas que estão envolvidas nesse processo. Nesse contexto, as cidades foram desenvolvidas a partir do esvaziamento de outras cidades, expondo a desigualdade que existe entre as cidades

A modernização também trouxe aos países subdesenvolvidos o desemprego, a instabilidade da renda, o êxodo rural, além do aumento das disparidades socioeconômicas entre a população de modo geral, sobretudo nas cidades

e dentro das próprias cidades desenvolvidas, pois, apesar da infraestrutura, as oportunidades não são igualitárias (ROLNIK, 2003).

A segregação socioespacial nas cidades não é um fenômeno recente e ilustra a disparidade entre as formas de morar de ricos e pobres. Na maior metrópole brasileira, a paulistana, as moradias do tipo favelas, com ocupação desordenada, segundo Baltrusis e D'Ottaviano (2009), tiveram início nos anos 1940, enquanto os condomínios e loteamentos fechados surgiram a partir de 1970.

Para Maricato (1996), a “cidade partida” é facilmente visível nos dias atuais, em todos os centros urbanos. O capitalismo dita as regras da cidade: o direito à moradia, à mobilidade, ao emprego, ao acesso às infraestruturas básicas, aos serviços de saúde e à educação. Em Salvador, por exemplo, percebe-se a divisão social entre ricos e pobres em quase todos os bairros. Os ricos trancam-se em condomínios de luxo, em espaços que, cada vez mais, tendem à verticalização, sitiados por muros altos; enquanto os pobres ocupam os espaços que restam: improvisados, distantes e vulneráveis.

A modernização também trouxe aos países subdesenvolvidos o desemprego, a instabilidade da renda, o êxodo rural, além do aumento das disparidades socioeconômicas entre a população de modo geral, sobretudo nas cidades. A mecanização dos processos industriais e

agrícolas teve forte participação nesse quadro, contribuindo também para a diminuição dos postos de trabalho. Estabeleceu-se, assim, um contraste social: de um lado uma minoria da população em condições de consumir bens e serviços, em detrimento de uma maioria sem condições para tal. Dessa forma, a realidade urbana dos países subdesenvolvidos divide-se entre os circuitos superior e inferior da economia. O circuito superior está ligado aos benefícios do progresso tecnológico e à parte da população que pode usufruir destes, enquanto no circuito inferior estão aqueles que não podem pagar por tais benefícios. Para Santos (1979), os circuitos superior e inferior determinam as características espaciais, sociais e culturais do local onde estão inseridos.

As cidades do futuro, em vez de feitas de vidro, aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira [...] boa parte do mundo urbano do século XXI, instala-se na miséria, cercado de poluição, excremento e deterioração. (DAVIS, 2006 apud BALTRUSIS e D'OTTAVIANO, 2009, p. 135).

As favelas constituem um fenômeno que predomina nas metrópoles brasileiras e latino-americanas. O surgimento

As favelas constituem um fenômeno que predomina nas metrópoles brasileiras e latino-americanas. O surgimento de novas favelas e o crescimento das já existentes têm aumentado cada vez mais, mostrando-se superiores a taxas de crescimento da população e mesmo de domicílios construídos

Maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano vêm dos governos municipais, aos quais cabe a maior parte da competência constitucional para controlar a ocupação do solo

de novas favelas e o crescimento das já existentes têm aumentado cada vez mais, mostrando-se superiores a taxas de crescimento da população e mesmo de domicílios construídos. Esse tipo de moradia, segundo Baltrusis e D'Ottaviano (2009), vem ganhando novas faces não só pela diversidade das formas de ocupação e de estruturação das condições habitacionais, mas também pela maneira como se relaciona com o seu entorno e com a própria cidade.

Maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano vêm dos governos municipais, aos quais cabe a maior parte da competência constitucional para controlar a ocupação do solo. A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa moradora de áreas invadidas, carentes de serviços públicos. O abandono se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político (MARICATO, 2003).

Essas questões revelam a má vontade política em solucionar, de fato, o problema habitacional das cidades brasileiras, uma vez que a construção de habitações no Brasil tem-se voltado majoritariamente para as demandas do capital imobiliário, que, por sua vez, muito mais tem a ver com geração de lucros do que com fornecimento de moradia para população. A especulação imobiliária,

para Santos (1993), é a superposição de um sítio social ao sítio natural, ou seja, o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais.

É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. (SANTOS, 1993, p. 106).

Essa forte atividade especulativa tem aprofundado ainda mais a problemática das metrópoles brasileiras de modo geral, com destaque para a cidade de São Paulo, que lidera o crescimento econômico e também sofre com a complexidade de tal fenômeno.

Os condomínios e loteamentos fechados de luxo, tipo de habitação das famílias mais abastadas, renegam a função pública da cidade, o direito de ir e vir dos cidadãos, contribuindo para a consolidação da não cidade. Esse fato também pode ser observado nas comunidades, que funcionam dentro de uma lógica particular. Segundo Serpa (2007), a periferia é constituída por espaços não planejados e “esquecidos” pelo Estado, com deficiências de infraestrutura e nem sempre afastados dos centros urbanos. Esses espaços hoje também são ocupados pela classe média e não só pela população de baixa renda.

A pulverização dos condomínios fechados pelo território onde residem classes média e baixa tem contribuído para a sua descaracterização, uma vez que não se configuram mais como tipo de habitação destinada apenas à classe alta (BALTRUSIS; D'OTTAVIANO, 2009). Esse fato também pode ser constatado pela diminuição do tamanho dos espaços construídos atualmente, o que demonstra uma flexibilidade (que, por sua vez, nada tem a ver com aumento da qualidade) provavelmente como forma de atender uma maior parcela de consumidores.

Assim, é possível notar um “novo modo de morar” sendo vendido e absorvido nas metrópoles brasileiras, sob o

No caso de Salvador, a segregação socioeconômica é materializada na segregação espacial, de modo bastante nítido. Bairros com características completamente opostas convivem lado a lado, e há casos em que as duas realidades estão presentes no mesmo bairro

discurso de segurança ante o crescimento da violência urbana. Desse modo, a negação da cidade e a não vivência da cidade real têm-se expandido para além das classes mais favorecidas. Esse processo, juntamente com a expansão das favelas pelo território das metrópoles e o afrouxamento dos limites protegidos pela legislação ambiental, tem configurado um espaço cada vez mais complexo, onde a segregação não pode mais ser percebida de modo tão óbvio, porém vem ocorrendo com uma profundidade cada vez maior.

A cidade é negada com maior frequência às pessoas pobres e de forma impositiva. Segundo Maricato (2014), a segregação nas cidades, em alguns casos, chega a ser tão intensa que coloca os moradores de favelas numa espécie de “exílio na periferia”, já que não há transporte acessível e eficiente para sair do bairro, o qual, muitas vezes, não tem escolas adequadas, centros esportivos e culturais.

No caso de Salvador, a segregação socioeconômica é materializada na segregação espacial, de modo bastante nítido. Bairros com características completamente opostas convivem lado a lado, e há casos em que as duas realidades estão presentes no mesmo bairro. O bairro Amaralina, por exemplo, reflete essa situação, em que um pequeno trecho, diretamente ligado à orla marítima, é ocupado por edificações residenciais direcionadas para a classe média, possuindo infraestrutura

urbana (avenidas, transporte coletivo, espaços públicos etc), enquanto a maior parte do espaço é de ocupação informal, abrigando a população pobre do Nordeste de Amaralina que, por sua vez, vivencia uma realidade precária.

O EXEMPLO DE SALVADOR

O processo de urbanização de Salvador teve início na Cidade Baixa, local que abrigava o Porto Marítimo e as principais atividades comerciais do início do século XIX. Consequentemente, nesta região verificava-se a presença de casas e sobrados, além do agrupamento de prédios públicos e armazéns que guardavam os produtos de exportação e importação. A Cidade Alta era ocupada pela alta sociedade, que mantinha relações político-administrativas com a parte baixa da cidade. A população de baixa renda habitava as proximidades do centro econômico e também as regiões de encostas, sem planejamento adequado e nenhuma preocupação com a preservação da vegetação existente (OLIVEIRA et al., 2014).

Por volta de 1940 apareceram os primeiros movimentos coletivos com o intuito de ocupar irregularmente os espaços urbanos em Salvador, onde atualmente estão localizados os bairros: Pero Vaz, Largo do Tanque, Calçada, Uruguai, Liberdade e Massaranduba (OLIVEIRA, 2007).

A industrialização moderna verificada a partir da implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), da

O processo de urbanização de Salvador teve início na Cidade Baixa, local que abrigava o Porto Marítimo e as principais atividades comerciais do início do século XIX

Petrobras (1950), do Centro Industrial de Aratu (CIA) (1966) e do Polo Petroquímico de Camaçari (1972) contribuiu para transformações na estrutura urbana de Salvador (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 113). O município passou a ter maior articulação com Camaçari, Candeias e Simões Filho, também integrantes da Região Metropolitana de Salvador (RMS), criada em 1973.

As novas fronteiras urbanas da cidade surgiram nos anos 1970, quando, além da implantação de parques industriais, houve a modernização do sistema viário, com a abertura de avenidas de vale, como a Paralela, a Antonio Carlos Magalhães, a Suburbana, o Vale do Bonocô e a Magalhães Neto (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 114). A expansão no sentido norte, em especial a Lauro de Freitas, ocorreu com maior intensidade a partir da implantação da Estrada do Coco na década de 1970, e sua ampliação, com a criação da Linha Verde (BA-099), na década de 1990.

A cidade de Salvador reflete a desigualdade de renda de modo explícito em sua configuração espacial, expressando-se desde a qualidade diferenciada das edificações e infraestrutura urbana presentes nos diversos bairros

(que, por sua vez, também refletem tais desigualdades), até a circulação dos indivíduos na própria cidade, sendo as rotas diárias representativas das distintas realidades vividas pela população.

Observa-se que a segregação espacial está diretamente ligada à segregação social, que, por sua vez, se relaciona com questões raciais, atividade profissional (formal, informal, inexistente) e poder aquisitivo. E isso pode ser observado na distribuição espacial dos habitantes da cidade, em que as classes média e alta estão concentradas na faixa da orla Atlântica, nos trechos tradicionais da Barra, da Graça e da Vitória, expandindo-se ainda para a orla dos demais municípios da RMS, para o Horto Florestal, a região do Shopping da Bahia (Iguatemi, Itaigara e Caminho das Árvores) e a Avenida Paralela. Já a classe baixa encontra-se, predominantemente, nas regiões conhecidas como Miolo e Subúrbio Ferroviário.

De todo modo, essa definição não é rígida, porém, é possível distinguir, por conta do nível de disparidade, as classes sociais, ainda que estas dividam o mesmo bairro ou espaços próximos. Em áreas nobres de Salvador encontram-se parcelas da população de baixa renda em



Figura 1
Ocupação desigual nos bairros de Amaralina, Santa Cruz e Nordeste versus Itaigara, Pituba e Horto Florestal

Fonte: Google Maps (2015).
Nota: Adaptado.

ocupações informais e desordenadas. Esses habitantes são atraídos pela possibilidade de emprego nessas áreas, ou integram invasões consolidadas como nos bairros Santa Cruz e Nordeste de Amaralina, que ficam próximos aos bairros de Itaipara, Pituba e Horto Florestal (Figura 1).

Observa-se que as comunidades de Santa Cruz e Nordeste de Amaralina se unem e formam uma grande área de favela entre regiões consideradas nobres da capital baiana. O que distancia essa realidade – entre favela e a cidade formal – são as avenidas Juracy Magalhães e Antonio Carlos Magalhães e o Parque Joventino Silva (Parque da Cidade).

Um exemplo mais atual que vai em direção à Paralela, principal vetor de expansão da cidade, é o espaço que abriga o bairro de Piatã e o Bairro da Paz (Figura 2). O primeiro com ocupação regular, com condomínios fechados de casas para a classe média e prédios de alto padrão, e o segundo, uma área extensa de ocupação desordenada do tipo favela.

Um fato importante no processo de expansão urbana de Salvador, que se caracteriza como periférico, é o deslocamento do núcleo econômico da cidade – do

centro antigo para a região do Iguatemi. Dessa forma, todo o investimento de capital, a manutenção de infraestrutura e a oferta de empregos também migraram. Assim, o bairro do Comércio (antigo polo econômico) sofre hoje um esvaziamento e um processo de desvalorização.

A Avenida Paralela constitui atualmente o vetor de expansão da cidade, apesar de todos os conflitos que envolvem a ocupação desta área. Essa mudança de foco de investimentos públicos ocorre de modo não planejado, seguindo exclusivamente a lógica da “necessidade” do capital imobiliário e as áreas onde são escolhidas para empregar este, visando ao crescimento econômico para a cidade, sem levar em conta questões ambientais, capacidade de suporte da infraestrutura, planejamento de novos usos para áreas antigas como o bairro do Comércio e diversos outros fatores relacionados à possibilidade de desenvolvimento urbano.

Com a falta de planejamento consistente, ocorre um ciclo de problemas que migra dos espaços da cidade para além dos limites de Salvador, intensificando o processo de conurbação entre os municípios metropolitanos, de modo não muito positivo.



Figura 2
Ocupação desigual no bairro de Piatã e no Bairro da Paz

Fonte: Google Maps (2015).

Nota: Adaptado.

Analisando-se o caso de Salvador e Lauro de Freitas, torna-se cada dia mais difícil definir com exatidão os limites geográficos de cada município. A ocupação urbana em direção ao Litoral Norte ocorreu no início das décadas de 1970/80 com a implantação de loteamentos balneários efetivados em Vilas do Atlântico (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 154). Esses empreendimentos inicialmente visavam atender às demandas por moradia dos trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari e também passaram a ser vistos como locais viáveis para veraneio e estadia nos fins de semana, devido à proximidade da capital.

Essa expansão deu maior evidência às praias do Litoral Norte, que passaram a ser frequentadas e conhecidas como lugares de lazer e grande potencial turístico devido à facilidade de acesso e a suas belezas naturais. Essa região passou a abrigar grandes empreendimentos hoteleiros de luxo, praticamente expulsando parte da população nativa e impondo novos estilos de vida. As pessoas de baixa renda passaram a construir suas casas na periferia desses condomínios e hotéis de luxo, criando novas favelas e alimentando um ciclo vicioso.

CONCLUSÃO

As cidades que cumprem com sua função social proporcionam uma gestão pública mais democrática e participativa, uma melhor interação da população com o meio ambiente, com o patrimônio histórico-cultural e com a própria cidade. As pessoas precisam se sentir pertencentes ao lugar onde circulam e residem, para que também possam preservá-los, contribuindo com o poder público, através da força expressiva que têm, para efetivar mudanças necessárias.

De modo geral, segundo Gehl (2013), a vida na cidade e a consideração pelas pessoas no espaço urbano devem ter papel-chave no planejamento urbano e de áreas edificadas. Pois, o cuidado com as pessoas permite à cidade tornar-se um lugar com escala adequada para os cidadãos, proporcionando-lhes mais segurança, saúde, educação e sustentabilidade.

Salvador está entre as metrópoles mais desiguais do Brasil, fato reforçado por diversos problemas já incorporados

ao cotidiano de seus moradores: aumento da violência urbana, carência no transporte público, precarização do trabalho, desemprego, informalidade, déficit de moradias, degradação ambiental, distribuição desigual de infraestrutura, ocupação desordenada em áreas de risco etc. “Se a Região Metropolitana de Salvador fosse um país, ela só perderia em termos de desigualdades sociais para a Namíbia” (SERPA, 2007, p. 42).

Muitas contradições e entraves fizeram parte do processo de estruturação do planejamento e da política urbana do município e estão presentes até os dias atuais. Observam-se hoje o conflito entre as possibilidades construtivas determinadas na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS) e a capacidade de infraestrutura em áreas economicamente importantes da cidade, como o Iguatemi; o conflito entre a ocupação urbana cada vez mais crescente no sentido da Avenida Paralela e a destruição ou desequilíbrio de áreas com restrições ambientais na região; a expansão desordenada das ocupações informais construídas por moradores de baixa renda; o isolamento e a falta de estrutura dos condomínios destinados à habitação popular (Programa Minha Casa Minha Vida) que vêm-se apresentando mais como problema do que como solução.

Esses conflitos e os resultados práticos destes podem ser observados na atual dinâmica de produção da cidade e continuam sendo tensionados ao máximo pelas pressões do capital imobiliário sobre os rumos urbanísticos de Salvador, que lança mão de instrumentos institucionalizados para a regulação do uso do solo (Transcon, Outorga Onerosa do Direito de Construir)

Se a Região Metropolitana de Salvador fosse um país, ela só perderia em termos de desigualdades sociais para a Namíbia

como forma de cancelar interesses de uma minoria, em detrimento dos interesses vitais da maioria da população.

Assim, observa-se que ainda há muito a se avançar em relação ao pacto social urbano entre os atores sociais e à harmonia de interesses pelo bem comum; à participação popular efetiva com poder de decisão e controle sobre os instrumentos da política urbana e em torno desse ideal integrador; ao planejamento de espaços menos segregadores e mais inclusivos, e à revitalização de espaços urbanos, levando-se em conta as necessidades dos moradores e a reprodução da vida urbana. São questões desafiadoras, porém, pertinentes para o futuro mais coerente de uma cidade múltipla em muitos aspectos.

REFERÊNCIAS

- BALTRUSIS, N.; D'OTTAVIANO, M. C. L. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 135-149, jan./abr. 2009.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 1 nov. 2015.
- CASTELLS, M. El reverdecimiento de l'yo: el movimiento ecologista. *La Factoría*, [S.l.], n. 5, p. 135-158, 1998.
- CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. As "cidades" de Salvador. Salvador: Edufba, 2008.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GONDIM, L. M. P. O plano diretor como instrumento de pacto social urbano: quem põe o guizo no gato? *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 472-490, 1995.
- GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>> Acesso: 2 nov. 2015.
- GORDILHO-SOUZA, A. *Limites do habitar*: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008. 496 p.
- HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARICATO, E. *Metrópole*, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.
- MARICATO. *Reforma urbana é direito à cidade*. Entrevista concedida a Davi Carvalho da Rede Brasil Atual, 14 out. 2014. Disponível em: <<http://erminiamaricato.net/2014/10/08/reforma-urbana-e-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 1 nov. 2015.
- MONTE MÓR, R. L. *As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil*: economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 61-85.
- OLIVEIRA, A. G. *A periferia de Salvador*: avaliação da qualidade de vida em áreas de intervenção habitacional para população de baixa renda. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007.
- OLIVEIRA, A. G. et al. Mapeamento e avaliação de índices de cobertura vegetal do município de Salvador-BA para os anos de 2001 e 2009 com uso de imagens orbitais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 26., 2014, Gramado. *Anais...* Gramado: Sociedade Brasileira de Cartografia, 2014.
- RATTNER. Prefácio. In: ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256 p.
- ROLNIK, R. Estatuto das Cidades e Conferência das Cidades: instrumentos para uma política urbana democrática-participativa. *Katálisis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez, 2003.
- SANTOS, M. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, R. S. P. Função social da cidade e gestão democrática urbana: estudo do "Projeto Porto Maravilha". In: XXI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC-RIO, 2013, Rio de Janeiro. *[Trabalhos apresentados...]* Rio de Janeiro: PUC, 2013. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2013/rel_ccs_jur.html>. Acesso em: 31 out. 2015.
- SERPA, A. Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador. *GeoTextos*, Salvador, v. 3, n. 1 e 2, p. 31-46, 2007.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.



O Azimute é a mais nova ferramenta que a SEI oferece para busca de conhecimento, com perfeita interação entre as pessoas e o sistema de informação. Ele disponibiliza a seus usuários uma gama de informações georreferenciadas sobre a população e os estabelecimentos essenciais de Educação e Saúde do Estado da Bahia. Para interagir com a gente acesse: www.azimute.sei.ba.gov.br



O aperfeiçoamento no cálculo do PIB municipal e suas implicações na participação dos municípios em relação ao PIB estadual

João Paulo C. Santos*

Karina Maria das Graças Carneiro da Silva**

Simone Borges Medeiros Pereira***

Em dezembro de 2015 foi divulgado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – juntamente com os órgãos de pesquisa e estatística das 27 unidades da Federação –, o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Brasil, tendo como referência o ano de 2010. As informações contemplam o período entre 2010 e 2013 e estão em conformidade com a nova metodologia que segue as recomendações do System National Accounts (SNA/2008), elaborado pelas Nações Unidas, e que foi utilizada pelo IBGE para o cálculo das Contas Nacionais e Regionais.

* Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joaopcs@gmail.com

** Especialista em Administração pelo Cenid (BA) e graduada em Ciência Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB). Técnica da equipe de Contas Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). kmsilva@sei.ba.gov.br

*** Graduada em Ciência Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB). Coordenadora do cálculo do PIB municipal na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). simonebmp@sei.ba.gov.br

Com essa nova base de cálculo, tem-se não apenas uma atualização, mas também o aprimoramento dos procedimentos metodológicos a partir da revisão de conceitos acerca do valor adicionado. Os resultados divulgados mostram uma nova leitura do desempenho da economia do país, revelando que, ao longo do tempo, ocorreram modificações expressivas na composição e na estrutura dos setores produtivos, que se refletem na participação dos municípios tanto na geração da riqueza do Brasil quanto da Bahia.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os impactos da nova base de cálculo sobre a estrutura produtiva do PIB dos municípios baianos (grandes setores econômicos), considerando-se o período 2010-2013, com destaque específico para o ano de 2013.

NOVA BASE DE CÁLCULO E IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA PRODUTIVA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

A implementação da nova base de referência para o cálculo do PIB dos municípios baianos significou não apenas a adoção de novos métodos, mas também o aprimoramento de antigos procedimentos, tendo como objetivo adequar o cálculo do PIB municipal ao cálculo das Contas Nacionais e Regionais do Brasil.

Do ponto de vista dos setores produtivos, essa nova base implicou uma maior desagregação de alguns segmentos de atividade que compõem os setores da agropecuária, da indústria e de serviços, propiciando, dessa forma, estimação mais precisa do valor adicionado dos municípios baianos. O processo de desagregação foi mais aprofundado nas atividades de comércio e indústria de transformação, dada a maior disponibilidade de informações para estes segmentos econômicos.

No que concerne ao setor agropecuário, houve atualização nas informações que deixaram de ter como referência o Censo Agropecuário 1996 e passaram a se basear nos dados do Censo Agropecuário 2006.

Finalmente, passou-se a utilizar dados do Censo Demográfico 2010 e da Pesquisa de Orçamento Familiar

(POF) 2008/2009¹. Todas as mudanças citadas acima implicaram alterações tanto na estrutura setorial do PIB dos municípios baianos quanto no próprio valor adicionado em termos nominais. Essas mudanças podem ser visualizadas na Tabela 1 que exhibe os dados relativos ao valor adicionado dos setores econômicos, comparando a antiga e a nova metodologia para os anos de 2010-2012 – período em que foram obtidas informações relativas aos dois processos de cálculo. Observa-se que o setor de serviços foi o que registrou o maior avanço na estrutura do PIB no período em análise, seguido pelo setor agropecuário; já a indústria teve perda de participação.

Com base nas duas informações, observa-se que os números apontam nitidamente um processo de expansão do setor de serviços contraposto à perda de participação do setor industrial. Nesse sentido, há de se destacar que esses dois movimentos são decorrentes não apenas da revisão metodológica, mas também de uma tendência natural de expansão do setor de serviços e retração do setor industrial, em níveis municipal, regional e nacional.

Acerca da perda de participação do setor industrial, cabe destacar que, por conta dos procedimentos metodológicos adotados em consonância com o SNA-2008 (UNITED NATIONS, 2016), uma série de atividades que, na base anterior, eram classificadas como do setor industrial (indústria de transformação) passou a ser alocada no setor de serviços, contribuindo, dessa forma, para a ocorrência dos valores observados na Tabela 1. Além disso, outro fator que explica a perda de participação do setor industrial é a instabilidade nos preços internacionais do petróleo. Por ser uma indústria altamente demandante de derivados desse combustível, que estavam em níveis elevados no período em análise, houve crescimento significativo no consumo intermediário da indústria, resultando num menor valor adicionado e, conseqüentemente, na perda de participação do setor.

No que se refere ao setor agropecuário, os dados apontam que este ganhou participação na estrutura do PIB mais em decorrência da mudança metodológica do

¹ As principais mudanças metodológicas são apontadas no documento *Nota metodológica da série do PIB dos municípios*, Referência 2010, disponível no site da SEI (www.sei.ba.gov.br).

Tabela 1
PIB municipal
Valor adicionado e PIB a preços correntes
Bahia – 2010-2012

Ano	Bahia	Valor adicionado (R\$ milhões)			PIB (R\$ milhões)
		Agropecuária	Indústria	Serviços(1)	
2012	Nova base	12.791,75	35.078,29	111.122,84	182.271,11
2012	Base antiga	10.661,09	37.004,04	97.567,40	167.227,38
2011	Nova base	11.900,28	34.628,74	99.197,32	166.601,23
2011	Base antiga	10.398,64	36.649,06	92.676,53	159.868,62
2010	Nova base	10.709,34	36.739,90	87.954,33	154.408,72
2010	Base antiga	9.796,43	41.089,57	84.806,58	154.340,46

Fonte: SEI, IBGE.

(1) inclui Administração Pública (APU).

que de um processo de expansão ao longo da série. Esse ganho de participação deveu-se à atualização das estruturas do setor, as quais estavam baseadas no Censo Agropecuário 1996, isto é, com base numa estrutura calculada há 14 anos. Obviamente a utilização de informações mais recentes trazem uma nova estrutura produtiva, sobretudo quando se analisa o setor agropecuário, haja vista que a estrutura de produção deste é altamente suscetível a fatores relacionados a custos, clima, abertura de novas áreas de produção, dentre outros.

A utilização dos dados do Censo Agropecuário 2006 permitiu identificar mais de 300 produtos em todos os 417 municípios baianos, bem como definir melhor a estrutura de custo das atividades produtivas relacionadas à agropecuária. Por conta disso, obteve-se um resultado mais fidedigno da realidade municipal, o qual apresenta uma estrutura mais atualizada e representativa das culturas cultivadas em solo baiano.

MAIORES ECONOMIAS DA BAHIA

Nesta seção serão apresentados os principais resultados do PIB dos maiores municípios baianos, tendo como referência apenas o ano de 2013 e levando em consideração os eventos econômicos que ocorreram naquele ano e que foram relatados na seção anterior.

Para o ano de 2013, os resultados da nova base municipal apontam que as dez maiores economias do estado representam, em conjunto, 51,7% da riqueza gerada na

Bahia. A principal economia do estado é Salvador, onde se destacam atividades associadas ao setor de serviços – comércio, serviços financeiros, serviços prestados às famílias e empresas –, administração pública – federal e estadual –, além da construção civil. Apesar de ter perdido participação na estrutura do PIB do estado (26,1% em 2010 e 25,8% em 2013), Salvador destaca-se no Nordeste por se colocar como a maior economia da região, ultrapassando a cidade de Fortaleza que, pela base anterior, era a maior economia nordestina. Além disso, em termos nacionais, Salvador também ganha posições na nova base, passando de 12ª para décima maior economia do Brasil, superando, além da capital cearense, a cidade de Campinas (SP), que também estava à frente da capital baiana. Em 2013, o PIB de Salvador alcançou R\$ 52,7 bilhões.

A segunda maior economia da Bahia fica na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Com 7,2% do PIB, o município de Camaçari tem sua economia baseada na indústria de transformação, no segmento de insumos químicos e petroquímicos e no setor automobilístico. Feira de Santana, com 5,31% do PIB, é a terceira economia do estado e se destaca nos serviços, com 74,7% da atividade econômica local, e no segmento da indústria de transformação, com 24,8% por conta do Distrito Industrial de Subaé.

Em termos de participação no PIB do estado, com a nova base de cálculo, o principal destaque é o município de Lauro de Freitas, que antes se posicionava como a oitava economia estadual, e passa para a quarta posição, superando importantes municípios industriais como São Francisco do Conde, Candeias e Simões Filho. Pela nova base, Lauro de Freitas passa a representar 2,6% do PIB, com sua economia baseada, principalmente, na oferta de serviços e, em menor grau, nas atividades industriais.

Com 2,4% do PIB estadual, o município de Vitória da Conquista, localizado no sudoeste baiano, tem o setor de serviços como o mais dinâmico, no qual se destacam o comércio, os serviços educacionais e a saúde. Simões Filho, sexta maior economia do estado, representa 1,96% do PIB e tem grande destaque no setor industrial, onde está instalado o Centro Industrial de Aratu (CIA).

A sétima maior economia da Bahia localiza-se na região sul do estado: Itabuna destaca-se como centro regional

de indústria, comércio e serviços, setores que juntos representam 1,67% do PIB. Em Luís Eduardo Magalhães, situado na região oeste do estado, um dos segmentos mais dinâmicos é a agroindústria, que contribui para que esse município responda por 1,6% do PIB estadual.

Com 1,57% do PIB baiano, Ilhéus é a nona maior economia do estado, que se baseia na agricultura, no turismo e em algumas indústrias dos segmentos alimentício e de informática. Finalmente a décima maior economia estadual é o município de Dias d'Ávila, localizado na RMS e que abriga indústrias de água mineral e bebidas, fabricação de azulejos e pisos.

A Tabela 2 exibe a evolução do PIB nas dez maiores economias do estado da Bahia, as quais juntas representam, em média, 51,0% da riqueza gerada no estado.

MAIORES MUNICÍPIOS NA AGROPECUÁRIA COM BASE NOS RESULTADOS DE 2013

A agropecuária baiana tem-se destacado no cenário nacional pelo crescente avanço de culturas como soja, milho e algodão. No que se refere à estrutura interna, o desempenho desse setor está diretamente associado à dinâmica dos municípios da região oeste, os quais

concentram mais de ¼ do valor adicionado do setor. Dos dez maiores municípios agropecuários, seis estão localizados na região oeste da Bahia: São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e Jaborandi. Seus principais produtos cultivados são: algodão herbáceo (em caroço), soja (em grão), milho (em grão), café (beneficiado). Hátambém relevante produção de mamão, arroz e feijão, dentre outros.

Em 2013, a estiagem que atingiu a Bahia desde 2011 comprometeu o desempenho do setor agropecuário. Além disso, a ocorrência de pragas em algumas lavouras também contribuiu para retração na produção agrícola, particularmente na região oeste do estado. Por sua vez, a elevação nos preços de produtos como algodão, soja e milho contribuiu para amenizar as perdas decorrentes da quebra de safra naquele ano.

Merecem destaque os cultivos de algodão e soja em São Desidério, que contribuíram para que o município se tornasse o primeiro no *ranking* brasileiro da agropecuária. Outro destaque em 2013 é o município de Rio Real, localizado no Litoral Norte da Bahia, maior produtor de laranja do Norte/Nordeste e que responde por de 3,3% do valor adicionado da agropecuária estadual. Já o município de Itamarajú, localizado no sul da Bahia, destaca-se pela produção de café, mamão e criação bovina.

Tabela 2
Valor adicionado PIB a preços correntes
Dez maiores municípios – Bahia – 2010-2012

Estado/Municípios	PIB total (R\$ milhões)				Participação no PIB total do estado (%)			
	2010	2011	2012	2013(1)	2010	2011	2012	2013(1)
Estado	154.409	166.601	182.271	204.265	100	100	100	100
Municípios	79.744	85.954	92.827	105.652	51,64	51,59	50,93	51,72
Salvador	40.242,99	43.768,17	47.269,32	52.667,93	26,06	26,27	25,93	25,78
Camaçari	12.991,11	12.280,22	12.501,68	14.702,44	8,41	7,37	6,86	7,20
Feira de Santana	7.098,56	8.187,69	9.068,82	10.840,57	4,60	4,91	4,98	5,31
Lauro de Freitas	3.625,89	4.184,65	4.547,02	5.321,27	2,35	2,51	2,49	2,61
Vitória da Conquista	3.474,91	3.903,12	4.310,01	4.935,91	2,25	2,34	2,36	2,42
Simões Filho	3.302,40	3.439,75	3.553,16	4.005,30	2,14	2,06	1,95	1,96
Itabuna	2.382,63	2.699,06	2.960,50	3.416,86	1,54	1,62	1,62	1,67
Luís Eduardo Magalhães	1.883,91	2.417,55	3.239,20	3.365,01	1,22	1,45	1,78	1,65
Ilhéus	2.535,13	2.608,70	2.866,83	3.206,66	1,64	1,57	1,57	1,57
Dias d'Ávila	2.206,63	2.465,29	2.510,94	3.190,09	1,43	1,48	1,38	1,56

Fonte: SEI, IBGE.

(1) Dados sujeitos a retificação.

Tabela 3
Valor adicionado da agropecuária
Dez maiores municípios – Bahia – 2010-2012

Estado/Municípios	PIB total (R\$ milhões)				Participação no PIB total do estado (%)			
	2010	2011	2012	2013(i)	2010	2011	2012	2013(i)
Estado	10.709,34	11.900,28	12.791,75	13.141,75	100	100	100	100
Municípios	2.703,88	3.933,58	5.336,62	4.466,26	25,25	33,05	41,72	33,99
São Desidério	613,90	996,29	1.621,11	1.305,45	5,73	8,37	12,67	9,93
Formosa do Rio Preto	406,52	689,19	1.026,39	750,09	3,80	5,79	8,02	5,71
Barreiras	325,10	448,98	653,78	470,32	3,04	3,77	5,11	3,58
Correntina	192,28	336,00	353,93	442,48	1,80	2,82	2,77	3,37
Rio Real	435,22	451,74	379,59	436,59	4,06	3,80	2,97	3,32
Luís Eduardo Magalhães	267,74	383,71	564,49	367,87	2,50	3,22	4,41	2,80
Riachão das Neves	129,88	191,69	280,12	210,21	1,21	1,61	2,19	1,60
Jaborandi	121,01	191,23	206,10	199,09	1,13	1,61	1,61	1,51
Itamaraju	113,54	129,38	132,11	147,95	1,06	1,09	1,03	1,13
Inhambupe	98,67	115,37	119,00	136,21	0,92	0,97	0,93	1,04

Fonte: SEI, IBGE.

(i) Dados sujeitos a retificação.

MAIORES MUNICÍPIOS NA INDÚSTRIA COM BASE NOS RESULTADOS DE 2013

A nova metodologia de cálculo do PIB dos municípios, no que se refere ao setor industrial, busca corrigir inconsistências verificadas no antigo procedimento. Conforme documento metodológico mencionado inicialmente, a repartição do valor adicionado da indústria de transformação, que antes era feita considerando-se uma única estrutura, agora leva em consideração grupos de indústrias similares ou que tenham representatividade no estado.

Devido ao novo procedimento, o valor adicionado da atividade de refino – concentrada nos municípios de São Francisco do Conde, Camaçari e Candeias – é repartido apenas entre estes municípios, enquanto que, na metodologia anterior, esse valor era repartido entre os 417 municípios baianos, seguindo uma estrutura definida a partir de dados da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz).

Acerca do setor industrial baiano, observa-se que o seu baixo desempenho, particularmente a indústria de transformação, tem contribuído negativamente para a performance dos municípios onde essa atividade se destaca, implicando perda de participação de alguns destes na estrutura do PIB baiano.

Observando-se a série com os dez maiores valores adicionados do setor industrial, constata-se que, a despeito da estagnação do valor corrente em nível estadual, os dez maiores municípios registraram aumento de participação no total do estado, demonstrando assim tendência de concentração setorial.

Entre os dez maiores do setor industrial, Salvador destaca-se basicamente no segmento da construção civil e, em menor nível, na produção de alimentos, bebidas, vestuário e calçados. Já Camaçari, com 13,7% do valor adicionado industrial, distingue-se por ter em seu território o Polo Petroquímico e todo um complexo de indústrias de bens de consumo intermediário e algumas unidades de produção de bens de consumo final.

Feira de Santana é o terceiro município industrial e, além de uma série de indústrias de transformação localizadas no distrito industrial de Subaé, tem desempenho significativo na construção civil. Mais recentemente, o município de Cairu, situado no Baixo Sul da Bahia, tem-se destacado no setor industrial em decorrência da produção de gás natural no campo de Manati.

Já os municípios de Dias d'Ávila, Simões Filho, Lauro de Freitas e Ilhéus complementam a lista das dez maiores economias industriais do estado por produzir em seus territórios uma série de produtos que vão desde o petróleo a eletroeletrônicos.

Tabela 4
Valor adicionado dos serviços
Dez maiores municípios – Bahia – 2010-2013

Estado/Municípios	PIB total (R\$ milhões)				Participação no PIB total do estado (%)			
	2010	2011	2012	2013 ⁽¹⁾	2010	2011	2012	2013 ⁽¹⁾
Estado	36.739,90	34.628,74	35.078,29	36.472,46	100	100	100	100
Municípios	21.398,80	21.278,31	22.409,88	23.928,91	58,24	61,45	63,89	65,61
Salvador	7.056,97	7.475,05	7.779,77	8.143,36	19,21	21,59	22,18	22,33
Camaçari	6.462,98	5.101,05	4.606,18	5.012,61	17,59	14,73	13,13	13,74
Feira de Santana	1.447,36	1.764,01	1.884,57	2.296,25	3,94	5,09	5,37	6,30
Cairu	1.019,02	1.025,69	1.953,26	1.911,55	2,77	2,96	5,57	5,24
Dias d'Ávila	1.283,46	1.440,71	1.314,58	1.401,22	3,49	4,16	3,75	3,84
Simões Filho	1.049,68	1.079,50	1.092,97	1.184,00	2,86	3,12	3,12	3,25
Lauro de Freitas	851,06	1.013,54	998,02	1.180,18	2,32	2,93	2,85	3,24
Candeias	942,53	958,46	1.221,34	1.094,77	2,57	2,77	3,48	3,00
Pojuca	546,70	705,08	820,50	874,15	1,49	2,04	2,34	2,40
Ilhéus	739,04	715,22	738,70	830,83	2,01	2,07	2,11	2,28

Fonte: SEI, IBGE.

(1) Dados sujeitos a retificação.

MAIORES MUNICÍPIOS NO SETOR DE SERVIÇOS COM BASE NOS RESULTADOS DE 2013

Conforme demonstrado na Tabela 1, o setor de serviços vem ganhando cada vez mais espaço na economia baiana. Considerando-se informações relativas ao período 2010-2013, constata-se que este setor aumentou a participação de 65,0% em 2010 para 72,1% em 2013 e, como consequência, beneficiou e ampliou o PIB dos municípios baianos que têm sua economia baseada em serviços. A Tabela 5 exibe a evolução e a participação das dez maiores economias considerando-se o setor de serviços.

Mais uma vez, Salvador aparece como principal e mais importante município baiano na composição do valor agregado do setor de serviços. Esse destaque é decorrente da presença de uma série de grandes empresas associadas a este setor e que oferece desde serviços relativos ao segmento de turismo, passando pelo comércio, até atividades financeiras. Além disso, a capital baiana também é sede de diversos órgãos da administração pública federal e estadual.

O município de Feira de Santana, segundo maior no setor de serviços, tem o comércio como segmento de maior

importância econômica na estrutura produtiva municipal. Camaçari, por sua vez, apesar de ser relevante no setor industrial, também aparece entre os principais municípios na atividade de serviços – terceira colocação –, no qual se destacam atividades relacionadas à prestação de serviços empresariais e o comércio.

Vitória da Conquista é o quarto maior município no setor de serviços e é referência regional nos segmentos de educação, saúde e principalmente comércio, atraindo consumidores de municípios vizinhos e até do norte do estado de Minas Gerais. Já o município de Lauro de Freitas representa a quinta maior economia em serviços, com destaque para a atividade comercial, bem como para serviços nas áreas de educação e saúde.

Dentre as dez maiores economias no setor de serviços estão os municípios: São Francisco do Conde, Itabuna, Ilhéus, Simões Filho e Juazeiro, que têm no comércio, desde alimentos até produtos derivados de petróleo, o grande impulsionador de suas respectivas atividades econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou a atual composição produtiva da economia baiana, tendo como referência as

Tabela 5
Valor adicionado dos serviços
Dez maiores municípios – Bahia – 2010-2013

Estado/Municípios	PIB total (R\$ milhões)				Participação no PIB total do estado (%)			
	2010	2011	2012	2013 ⁽¹⁾	2010	2011	2012	2013 ⁽¹⁾
Estado	87.954	99.197	111.123	128.080	100	100	100	100
Municípios	47.662	52.602	57.811	67.145	54,19	53,03	52,02	52,42
Salvador	27.556,53	30.192,67	33.015,83	37.689,88	31,33	30,44	29,71	29,43
Feira de Santana	4.488,32	5.162,57	5.797,64	6.902,86	5,10	5,20	5,22	5,39
Camaçari	3.415,26	3.728,01	3.969,67	5.022,16	3,88	3,76	3,57	3,92
Vitória da Conquista	2.397,12	2.713,99	3.069,92	3.564,80	2,73	2,74	2,76	2,78
Lauro de Freitas	2.215,97	2.563,57	2.864,41	3.367,42	2,52	2,58	2,58	2,63
São Francisco do Conde	2.071,75	2.121,88	2.206,46	2.514,27	2,36	2,14	1,99	1,96
Itabuna	1.645,70	1.865,34	2.066,68	2.354,46	1,87	1,88	1,86	1,84
Simões Filho	1.524,05	1.591,89	1.674,92	1.975,82	1,73	1,60	1,51	1,54
Juazeiro	1.199,91	1.312,47	1.556,32	1.917,94	1,36	1,32	1,40	1,50
Barreiras	1.147,56	1.349,23	1.589,03	1.835,15	1,30	1,36	1,43	1,43

Fonte: SEI, IBGE.

(1) Dados sujeitos a retificação.

unidades municipais. Conforme se observou, a mudança metodológica no cálculo do PIB municipal implicou a modernização da estimativa deste a partir da adoção de uma série de recomendações do SNA/2008. Como consequência direta da nova metodologia, observam-se um pequeno avanço no setor da agropecuária e a expansão no setor de serviços.

Por sua vez, o setor industrial vem perdendo participação ao longo da série. No entanto, cabe destacar que esta perda é decorrente, primeiramente, da classificação de algumas atividades que antes estavam inseridas na indústria e que, com a nova metodologia, passaram a ser classificadas como pertencentes ao setor de serviços. Além disso, fatores conjunturais internos e externos contribuíram para que o valor adicionado do setor industrial recuasse de forma significativa.

No âmbito dos municípios, os dados demonstram que a maior parte das grandes economias está localizada na RMS. Salvador destaca-se não apenas por ser a maior economia da Bahia, mas também da Região Nordeste, e a décima do Brasil. Outro destaque é o município de Lauro de Freitas que, pela base de cálculo anterior, correspondia à oitava maior economia e, com a base atual, passa a ser a quarta maior do *ranking* baiano.

Finalmente, o corte do PIB a partir dos grandes setores demonstra a alta concentração do segmento industrial, particularmente no entorno da RMS, e a especialização da região oeste baiana na produção agrícola, onde, inclusive se encontra o município com maior PIB agrícola do país – São Desidério. Já o setor de serviços apresenta maior diversificação entre os municípios baianos, apesar de parte significativa do seu valor adicionado ser gerada na RMS.

REFERÊNCIAS

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. PIB municipal: notas metodológicas. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2013.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2016a.

_____. PIB estadual: notas metodológicas. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2225&Itemid=213>. Acesso em: 1 mar. 2016b.

UNITED NATIONS (New York). Department of Economic and Social Affairs. System of national accounts 2008 (SNA). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

Potencialidades da Bahia na produção de madeira plantada

Wilson Andrade

Diretor executivo da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (Abaf). Contador, economista e professor de Economia Internacional com cursos de extensão no país e no exterior. wilsonandrade@terra.com.br



Hoje o mundo comercializa, por ano, algo em torno de US\$ 250 bilhões em produtos de madeira. Apesar de todas as vantagens competitivas do setor, o Brasil participa com apenas 3% desse montante. Mas, se depender da iniciativa de algumas empresas e projetos, o jogo pode começar a mudar. De acordo com os dados da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), por exemplo, a projeção, até 2020, é de duplicação dos atuais sete milhões de hectares de florestas plantadas, com projetos de investimentos de R\$ 53 bilhões.

Esta projeção leva em conta a alta produtividade da madeira plantada por hectare no país, que ocorre pelas excelentes condições edafoclimáticas e pela alta tecnologia empregada e aperfeiçoada pelas empresas do setor, com base em experiências internacionais e parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pesquisadores nacionais.

Esse expressivo volume de negócios no mundo – e no Brasil – tem tido, nos últimos três anos, uma taxa de crescimento de 6% ao ano. A projeção é de igual ordem para os próximos anos, devido ao crescimento da população e à melhoria de renda que gera maior demanda e consumo de madeira. Somente na área de celulose e papel, pode-se considerar a possibilidade de instalação de uma fábrica de celulose por ano no Brasil – cada uma com investimento de R\$ 8 bilhões, plantio de 100 mil hectares de madeira e uma produção de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas/ano.

E parte desse potencial brasileiro poderia ser instalado aqui na Bahia, cuja produtividade é recorde mundial. A Austrália, de onde vem o eucalipto, tem uma produção de 23 metros cúbicos dessa madeira por hectare/ano. Na Bahia, este número é de 45 m³. Já em algumas regiões mais adequadas, a produção chega a 60 m³, quase o triplo da Austrália.

Diante de tantos números positivos, a Bahia e seus municípios precisam decidir se vão concorrer para conquistar parte desse crescimento e trabalhar de forma coordenada e intensa como numa força-tarefa objetiva, participando ainda mais do setor que já traz benefícios econômicos, sociais, ambientais, com geração de dívidas e saldo positivo na balança comercial. E o mais importante: esses empregos e investimentos que geram melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seriam realizados no interior do estado, ajudando a descentralizar o concentradíssimo desenvolvimento da Bahia. A partir da análise da evolução do IDH, nota-se que os municípios com operações florestais obtiveram melhoras significativas nos fatores utilizados para o cálculo do índice: educação, longevidade e renda. Entre os anos de 1991 e 2010, na Bahia, o crescimento do IDH dos municípios florestais foi de 84%, enquanto o crescimento dos municípios não florestais foi de apenas 63%.

Além de tudo, essa expressiva oportunidade de investimento – captação de divisas, empregos, desenvolvimento social e ambiental – está hoje configurada principalmente pela celulose e o papel, mas que representa

apenas 1/3 do potencial existente. Os outros 2/3 das florestas plantadas no Brasil destinam-se: metade para geração de energia e processamento de minérios, e outra metade para produtos de uso múltiplo, principalmente peças e partes de madeira para construção civil em geral, como tábuas, portas, móveis, pisos, MDF (madeira aglomerada) etc.

No setor de madeira para utilização da construção civil, por exemplo, a Bahia – apesar da vantagem competitiva – ainda importa dos estados do Sul a maior parte da sua demanda. Nas áreas de base florestal, ou seja, que utilizam florestas plantadas como insumos (papel e celulose; mineração; energia e construção civil), tem-se um potencial de investimento para alavancar a economia baiana de forma sustentável nos próximos anos.

Apesar da crise momentânea, as empresas de mineração que são eletrointensivas têm a necessidade estratégica de diversificar a matriz energética. O grande projeto de vanádio da Bahia ainda aquece seus fornos utilizando derivado de petróleo. Por sua vez, há um projeto exemplar, integrado à Companhia de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa), completamente verticalizado pois tem o minério que é extraído, as florestas plantadas como fonte energética e a metalurgia para produção de ferro-liga.

Esse é um caminho de oportunidade. Um estudo do NEO (Energy Outlook) feito pela Bloomberg New Energy Finance (BNEF) aponta que, nos próximos 25 anos, a utilização de fontes alternativas de energia (eólica, solar e biomassa principalmente na forma de cavaco) deverá saltar dos atuais 14% de capacidade instalada para 51% no país. No Brasil, US\$ 26 bilhões serão direcionados à potencialidade da biomassa. A própria Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pretende criar uma agenda estratégica para propor dinamismos para o setor de biomassa, e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb) deve fazer o mesmo.

A demanda por produtos de madeira cresce a cada dia nos quatro polos de produção de eucalipto da Bahia – sul, oeste, sudoeste e litoral norte –, o que se configura

uma boa oportunidade de negócio, principalmente considerando-se que o estado oferece um pacote de incentivos, sendo a Bahia campeã mundial em produtividade de eucalipto. Além de atrair empresas do setor madeireiro para atender à demanda local, pretende-se contribuir para criar e divulgar uma série de incentivos e oportunidades para que a Bahia possa ajudar a desenvolver ainda mais o setor madeireiro.

MAIS ÁRVORES BAHIA

Acreditando nessa tendência positiva, a Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (Abaf), em parceria com uma série de entidades ligadas à agricultura, à indústria e à qualificação de mão de obra, vem trabalhando com o Programa Mais Árvores Bahia, que tem por objetivo a inclusão dos pequenos e médios produtores e processadores de madeira para uso múltiplo, visando ao atendimento da demanda por móveis, peças e partes de madeira na Bahia – hoje atendida, na sua maior parte, por outros estados brasileiros. O programa atua em duas vertentes: Projeto Indústria e Projeto Produção, em quatro polos na Bahia – litoral norte, sul, sudoeste e oeste.

O Projeto Indústria tem o objetivo de aumentar a competitividade dos micro e pequenos produtores e processadores de madeira (serrarias e marcenarias), primeiramente no sul e extremo sul da Bahia – onde já existe uma tendência natural para este segmento. Já o Projeto Produção, liderado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb) e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), visa informar, orientar e capacitar pequenos e médios produtores à produção de madeira para uso múltiplo, notadamente serrarias e movelarias regionais.

Ambos os projetos do Mais Árvores Bahia contam com a coordenação local das entidades regionais que agregam os produtores de eucalipto: Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul Bahia (Aspex), Associação dos Silvicultores do Sudoeste da Bahia (Assosil), Sindicato das Empresas Florestais da Bahia (Sineflor), que atua no litoral norte, e Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), na região oeste.



Investimentos em instalações eólicas e solares no estado da Bahia colocam o Brasil na rota da energia sustentável

Thiago Lessa Lima Galvão da Silva*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia contabilizam atualmente um montante de R\$ 69 bilhões, havendo expectativa de atrair 304 empresas com a intenção de implantar e/ou ampliar suas unidades até 2017. Além disso, espera-se a geração de 43.380 mil empregos diretos.

O maior volume de recursos está previsto para ser alocado no território Metropolitana de Salvador, com inversões que chegam a R\$ 7 bilhões e a implantação/ampliação de 93 empresas. Destaca-se também o território Sertão Produtivo, com um volume esperado de R\$ 11,3 bilhões, para 13 projetos voltados para a instalação de diversos parques eólicos. Ressalta-se ainda o território Vale do Jiquiriçá, com investimentos programados de R\$ 5,5 bilhões, sendo que o maior volume deverá ser aplicado na atividade de mineração.

* Graduado em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Coordenador de monitoramento da Implantação do Empreendimento SDE/BA. thiago.lessa@sde.ba.gov.br

Por complexo de atividade, destaca-se o *mineral e beneficiamento*, com a projeção de investimento de aproximadamente R\$ 26 bilhões, a partir de 46 projetos de empresas de extração de minerais metálicos e não metálicos.

No setor *agroalimentar*, os recursos devem alcançar R\$ 10 bilhões, resultantes de 52 projetos originários da atividade de alimentos e bebidas. Já no complexo *outros*, que engloba a atividade de energia e gás, o montante chega a R\$ 26 bilhões, com 53 empresas prestes a se implantar na região.

Os investimentos industriais fazem parte da política de atração de empreendimentos via concessão de incentivos fiscais implementada pelo Governo do Estado da Bahia através do Programa Desenvolve, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para a economia do estado e para o seu setor industrial, com a diversificação da matriz e a consolidação da cadeia produtiva. A ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implantação de programas de incentivos especiais.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2016-2017

Segmento	Previsão de investimento 2016	Quantidade de projetos 2016	Previsão de investimento 2017	Quantidade de projetos 2017	Previsão de investimento (R\$)	Quantidade de projetos	Investimento (%)	Quantidade projeto (%)
Eletricidade e gás	12.751.852.150,00	12	2.951.194.000,00	6	15.703.046.150,00	18	85,46%	21,95%
Minerais não metálicos	206.720.000,00	4	854.000.000,00	2	1.060.720.000,00	6	5,77%	7,32%
Químico e petroquímico	512.000.000,00	6	260.000.000,00	1	772.000.000,00	7	4,20%	8,54%
Comércio e serviços	424.500.000,00	13	3.700.000,00	2	428.200.000,00	15	2,33%	18,29%
Mineração	85.000.000,00	1	-	-	85.000.000,00	1	0,46%	1,22%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	50.000.000,00	1	-	-	50.000.000,00	1	0,27%	1,22%
Máquinas e equipamentos	43.900.000,00	2	-	-	43.900.000,00	2	0,24%	2,44%
Automotivo e componentes	40.070.000,00	3	-	-	40.070.000,00	3	0,22%	3,66%
Bebidas	38.000.000,00	3	-	-	38.000.000,00	3	0,21%	3,66%
Alimentícios	33.950.000,00	6	-	-	33.950.000,00	6	0,18%	7,32%
Plásticos e borrachas	4.000.000,00	1	23.000.000,00	2	27.000.000,00	3	0,15%	3,66%
Papel e celulose	-	-	27.000.000,00	1	27.000.000,00	1	0,15%	1,22%
Madeireiro	15.000.000,00	1	-	-	15.000.000,00	1	0,08%	1,22%
Reciclagem	10.000.000,00	1	4.000.000,00	1	14.000.000,00	2	0,08%	2,44%
Calçados, couro e componentes	9.200.000,00	4	-	-	9.200.000,00	4	0,05%	4,88%
Informática/eletro-eletrônico	8.000.000,00	1	-	-	8.000.000,00	1	0,04%	1,22%
Moveleiro	8.000.000,00	1	-	-	8.000.000,00	1	0,04%	1,22%
Metal/mecânico	5.600.000,00	3	-	-	5.600.000,00	3	0,03%	3,66%
Papel e celulose	4.590.000,00	3	-	-	4.590.000,00	3	0,02%	3,66%
Têxtil	1.500.000,00	1	-	-	1.500.000,00	1	0,01%	1,22%
Total geral	14.251.882.150,00	67	4.122.894.000,00	15	18.374.776.150,00	82	100%	100%

Fonte: SDE/Sudem/Coordenação de Monitoramento da Implantação do Empreendimento.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 01/02/2016.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2016-2017

Segmento	Previsão de investimento 2016	Quantidade de projetos 2016	Previsão de investimento 2017	Quantidade de projetos 2017	Previsão de investimento (R\$)	Quantidade de projetos	Investimento (%)	Quantidade projeto (%)
Diversos	6.124.228.000,00	3	1.843.000.000,00	1	7.967.228.000,00	4	43,36%	4,88%
Irecê	3.439.000.000,00	3	135.000.000,00	1	3.574.000.000,00	4	19,45%	4,88%
Metropolitana de Salvador	3.116.120.000,00	26	284.000.000,00	4	3.400.120.000,00	30	18,50%	36,59%
Sertão Produtivo	907.624.150,00	2	597.194.000,00	2	1.504.818.150,00	4	8,19%	4,88%
Semiárido Nordeste II	20.000.000,00	1	850.000.000,00	1	870.000.000,00	2	4,73%	2,44%
Piemonte Norte do Itapicuru	261.000.000,00	2	376.000.000,00	2	637.000.000,00	4	3,47%	4,88%
Chapada Diamantina	135.000.000,00	1			135.000.000,00	1	0,73%	1,22%
Portal do Sertão			27.000.000,00	1	120.410.000,00	13	0,66%	15,85%
Sisal	85.000.000,00	1			85.000.000,00	1	0,46%	1,22%
Bacia do Rio Grande	29.400.000,00	3			29.400.000,00	3	0,16%	3,66%
Litoral Sul	16.700.000,00	3			16.700.000,00	3	0,09%	3,66%
Vitória da Conquista	8.000.000,00	2			8.000.000,00	2	0,04%	2,44%
Sertão do São Francisco	7.500.000,00	3			7.500.000,00	3	0,04%	3,66%
Médio Sudoeste da Bahia	7.200.000,00	3			7.200.000,00	3	0,04%	3,66%
Médio Rio das Contas	1.500.000,00	1	2.700.000,00	1	4.200.000,00	2	0,02%	2,44%
Extremo Sul			4.000.000,00	1	4.000.000,00	1	0,02%	1,22%
Costa do Descobrimento	3.200.000,00	1			3.200.000,00	1	0,02%	1,22%
Litoral Norte/Agreste Baiano	1.000.000,00	1			1.000.000,00	1	0,01%	1,22%
Total geral	14.251.882.150,00	67	4.122.894.000,00	15	18.374.776.150,00	82	100%	100%

Fonte: SDE/Sudem/Coordenação de Monitoramento da Implantação do Empreendimento.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 01/02/2016.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br



@eu_sei

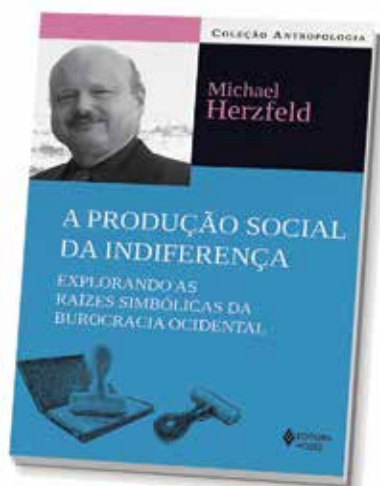


imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO





A PRODUÇÃO SOCIAL DA INDIFERENÇA: EXPLORANDO AS RAÍZES SIMBÓLICAS DA BUROCRACIA OCIDENTAL

Michael Herzfeld

O livro *A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental*, de Michael Herzfeld, tem como objetivo trazer para a discussão a indiferença burocrática que acomete algumas sociedades e prejudica seus cidadãos.

Questionamentos, a seguir mencionados, norteiam a temática do livro: como pode ser que, em sociedades reconhecidamente famosas por sua hospitalidade e simpatia, encontremos não raro as formas mais mesquinhas de indiferença burocrática às necessidades e sofrimentos humanos?; Como entidades políticas que celebram os direitos de indivíduos e de pequenos grupos podem, frequentemente, parecer tão cruelmente seletivas na aplicação de tais direitos?



ECONOMIA DAS DÁDIVAS: O NOVO MILAGRE ECONÔMICO

Marina Pechlivanis

Economia das Dádivas (Gift Economy) é um conceito que tem relevância tanto para o comportamento individual como para as empresas. Surge no contexto contemporâneo em que há uma demanda mundial por um novo *ethos*, preocupado com a justiça e com a igualdade.

As trocas estabelecidas pelas dádivas pressupõem reciprocidade, impulsionando a circularidade incessante dessas trocas. Neste sistema moral, além das coisas trocadas, são consideradas e valoradas as relações de troca estabelecidas, modificando a visão mercantil de lastros econômicos para atos recíprocos e afetivos.

Mais que um modelo econômico, é uma forma atualizada de fazer negócio buscando alguns valores humanos que ficaram esquecidos por conta da primazia de outros valores, os monetários.



A ECONOMIA NO MUNDO REAL

Greg Ip

O livro de Greg Ip apresenta como funciona o sistema econômico americano e mundial. O autor destaca o impacto e a influência da globalização nas economias dos países, levando o leitor a compreender como as crises e a inflação que ocorrem nos EUA podem gerar consequências em outros lugares.

Destaca ainda a crise financeira e a recessão sofridas pelo país (2007-2009) e as medidas importantes para controlá-las, além dos efeitos dessa crise na Europa, no Japão e em outros países.

Apresenta os tópicos básicos da Economia por meio de analogias e exemplos reais e analisa, entre outros temas, equilíbrios delicados, como o movimento entre inflação e deflação e as ações do governo, tanto pela via convencional das finanças públicas e taxas de juros, quanto pela rede complexa das regulamentações.



ESCASSEZ: UMA NOVA FORMA DE PENSAR A FALTA DE RECURSOS NA VIDA DAS PESSOAS E NAS ORGANIZAÇÕES

Sendhil Mullainathan e Eldar Shafir

Os autores Sendhil Mullainathan e Eldar Shafir, pesquisadores nas áreas de economia comportamental, economia do desenvolvimento e ciência cognitiva, fazem considerações sobre os impactos da falta de recursos e da escassez na vida das pessoas e nas organizações.

Destacam como as privações afetam as capacidades cognitivas e interferem nas tomadas de decisões e como impedem que as pessoas vejam as oportunidades que surgem para suas carreiras. Estabelecem semelhanças entre os diversos tipos de escassez. Dessa forma, diante dos problemas do mundo moderno, os autores mostram como as organizações e as pessoas podem lidar com a falta de recursos



ESTATÍSTICA: O QUE É, PARA QUE SERVE, COMO FUNCIONA

Charles Whellan

O livro *Estatística: o que é para que serve, como funciona*, de Charles Whellan, mostra como a estatística está presente no nosso cotidiano e como tem aplicações variadas no contexto contemporâneo, tais como, em relatórios médicos, censos educacionais, resultado de campeonatos esportivos e pesquisas eleitorais. O autor destaca que, com os dados certos e as ferramentas estatísticas adequadas, muitas perguntas podem ser respondidas, ajudando na compreensão da complexidade do mundo moderno.

Utilizando uma linguagem clara e acessível, sem recorrer a muita matemática, equações e gráficos, o livro ajuda na compreensão de conceitos estatísticos importantes, tais como, inferências, análise de dados e correlação.



IMPASSES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Leonardo Avritzer

O livro de Leonardo Avritzer é pertinente para o momento atual do Brasil e tem como objetivo principal discutir o modelo de democracia construída no país. Traz uma análise complexa e profunda sobre as alianças políticas e os impactos na sociedade, a participação popular e sua necessidade de intensificação e avanço em representatividade.

O autor percorre toda a história da democracia brasileira, desde a abertura em 1986 até os últimos acontecimentos – o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma e as denúncias de corrupção envolvendo o presidente da Câmara, Eduardo Cunha –, passando pelas manifestações de junho de 2013. Mostra como o modelo de democracia baseado no presidencialismo de coalizão chegou ao seu limite e como a sociedade civil tem voltado às ruas para protestar.

Conjuntura econômica baiana



Nos quatro primeiros meses de 2016, todas as atividades econômicas, exceto a indústria, tiveram queda quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. O comportamento dos principais indicadores ratifica a manutenção da desaceleração da economia na Bahia, com perspectivas de manutenção do comportamento para os próximos meses de 2016.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE), a produção industrial baiana acumulou, no primeiro quadrimestre de 2016, ampliação de 2,4%, comparada com o ano anterior. Dos 11 segmentos da indústria de transformação, cinco apresentaram expansão no período, com destaque para o de *Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis*, que teve aumento de 26,8%. Importante ressaltar também os resultados positivos assinalados por *Metalurgia* (25,3%), *Fabricação de bebidas* (12,1%), *Fabricação de outros produtos químicos* (1,3%) e *Fabricação de celulose, papel e produtos de papel* (2,5%). Negativamente, destacou-se o segmento de *Veículos* (-31,6%), impulsionado em grande parte pela menor fabricação de automóveis. Seguido por *Fabricação de produtos de minerais não metálicos* (-17,0%), *Fabricação*

de produtos de borracha e de material plástico (-6,3%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-2,8%).

No primeiro quadrimestre de 2016, a balança comercial registrou déficit. As exportações tiveram retração de 2,2%, e as importações, queda de 40,1%. As vendas externas somaram US\$ 2,213 bilhões, e as compras, US\$ 2,003 bilhões, proporcionando déficit de US\$ 210 milhões, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período decorreu, principalmente, do decréscimo nas vendas de alguns segmentos, tais como: *Papel e celulose* (-18,0%), *Químicos e petroquímicos* (-13,2%), *Petróleo e derivados* (-13,2%), *Automotivos* (-8,9%) e *Minerais* (-42,7%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo, destacaram-se: *Metalúrgicos* (45,7%), *Soja e derivados* (9,3%), *Algodão e seus subprodutos* (43,14%) e *Cacau e derivados* (12,1%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) demonstram que o comércio varejista acumulou, entre janeiro e abril de 2016, decréscimo



de 12,2% em relação ao mesmo período de 2015. As maiores contribuições negativas vieram de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-18,3%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-15,8%), *Combustíveis e lubrificantes* (-15,8%), *Móveis e eletrodomésticos* (-14,2%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-13,8%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-10,2%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-4,4%). Por sua vez, apenas o segmento de *Livros, jornais, revistas e papelaria* apontou expansão nesse período (8,0%). O comércio varejista ampliado, que inclui os segmentos de *Veículos, motos, partes e peças* (-10,7%) e *Material de construção* (-11,9%), registrou decréscimo de 11,8% na mesma análise.

Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), acumulou, no primeiro quadrimestre de 2016, variação de 4,06%, revelando-se inferior aos 4,32% registrados no mesmo período de 2015. O índice foi impulsionado pelos grupos *Despesas pessoais* (7,54%), *Alimentos e bebidas* (4,45%), *Habitação e encargos* (5,24%), *Transporte e comunicação*

(4,19%), *Saúde e cuidados pessoais* (2,34%) e *Artigos de residência* (2,20%). Em sentido oposto, apenas *Vestuário* (-4,59%) impactou negativamente o indicador.

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego entre janeiro e abril de 2016 fechou em 21,0% da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Por setor de atividade econômica, quando comparado com o mês de abril de 2015, em termos relativos, a pesquisa apontou retração em todas as ocupações. Mais intensivamente em *Serviços* (-10,7%), seguido por *Setor público* (-10,5%), *Comércio e reparação de veículos* (-7,9%) e *Indústria de transformação* (-6,0%). Considerando-se as categorias de ocupação, houve arrefecimento para os ocupados *Com carteira assinada* (-9,3%) e *Sem carteira assinada* (-8,7%). Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados retraiu-se 12,3% no mesmo período.

Nesse cenário são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes aos quatro primeiros meses do ano de 2016.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou decréscimo de 5,1% em abril de 2016, na comparação com o mesmo mês de 2015. No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apontou arrefecimento de 3,0%.

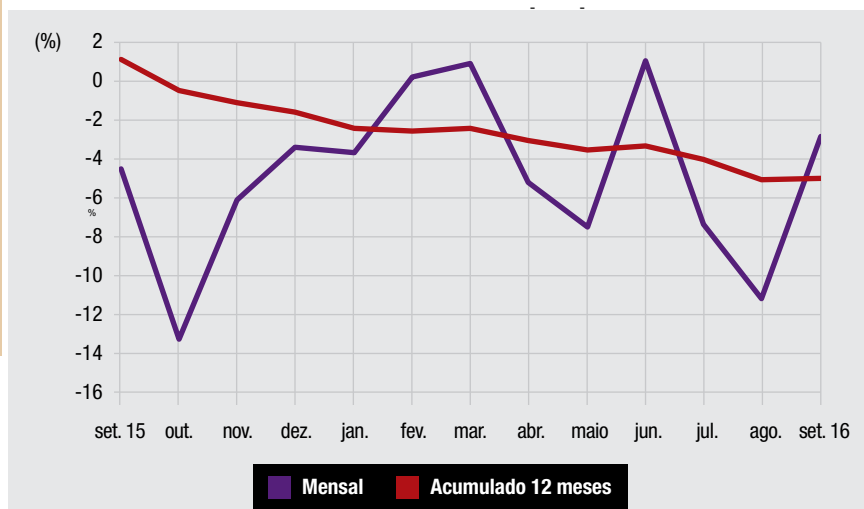


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – Set. 2015-set. 2016

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

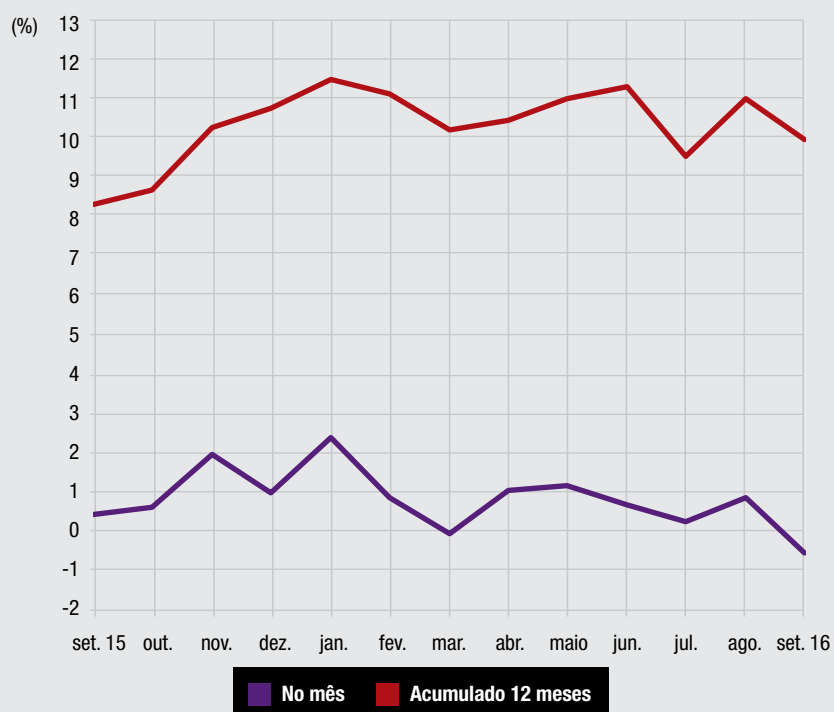


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Set. 2015-set. 2016

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, apontou inflação de 0,99% em abril de 2016. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 178 exibiram alta nos preços, 74 não sofreram alterações, e 123 apresentaram queda. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências positivas na formação do índice destacam-se Energia elétrica residencial (13,35%), Pacote turístico (10,00%), Acessórios e peças de veículos (15,65%) e Passagem aérea (15,33%). Em contrapartida, os produtos cujos preços exerceram maiores pressões negativas foram: Disco laser (CD) (-15,30%), Brinquedos (-13,63%), Bijuteria (-18,78%) e Etanol (-4,79%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador ficou em 10,4%.

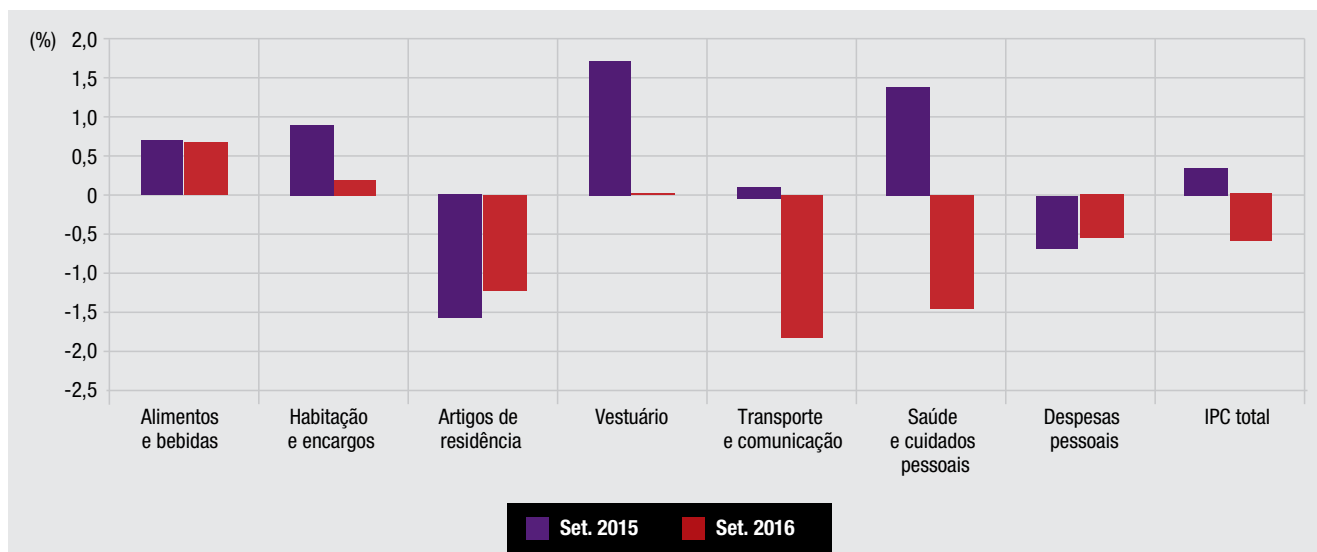


Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – Set. 2015-set. 2016

Alimentos e bebidas (0,60%) e *Habitação e encargos* (2,96%) foram os grupos que mais contribuíram para a inflação em Salvador no mês de abril de 2016. No primeiro, o subgrupo que exerceu maior pressão nos preços no período foi Alimentação no domicílio (0,67%). Já no grupo *Habitação e encargos* houve reajustes em itens como material de eletricidade (14,11%), energia elétrica residencial (13,35%), desinfetante (3,72%), detergente (2,87%) e condomínio (2,80%).

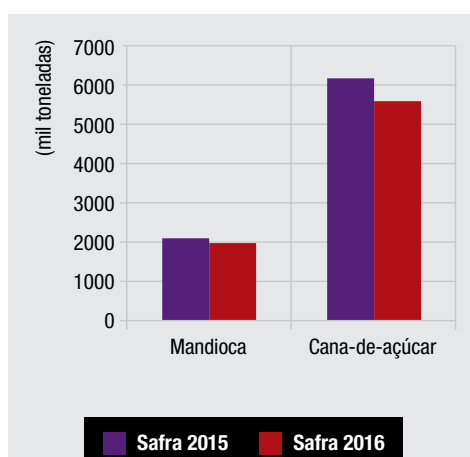


Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2015/2016

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em abril de 2016, as culturas de mandioca e cana-de-açúcar, em andamento no estado, cresceram 13,0% e 4,0%, respectivamente. A expansão do desempenho da mandioca foi oriunda da ampliação da área plantada (28,5%) e da área colhida (9,9%), culminando em variação positiva do rendimento médio (2,8%). Seguindo o mesmo comportamento, a cana-de-açúcar também apresentou crescimento da área plantada (17,0%) e colhida (16,7%), porém com retração no rendimento médio (-10,8%) em relação à safra de 2015.

O LSPA apresentou estimativa de retração da produção das culturas de feijão, soja e algodão em relação a 2015, com taxas de -25,1%, -12,7% e -28,3%, respectivamente. Em sentido oposto, há uma perspectiva de expansão da cultura de milho (2,3%). Para o feijão, estima-se queda na área cultivada (-19,2%), na área colhida (-14,6%) e no rendimento médio (-12,3%). A soja tem indicação da mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (3,9%), com arrefecimento no rendimento médio (-16%). O algodão apontou decréscimo na área plantada e colhida (-11,3%), bem como no rendimento (-19,2%). As projeções de área plantada e área colhida para o milho decresceram -9,7% e -4,0%, respectivamente, resultando em uma previsão positiva no rendimento de 6,6%.

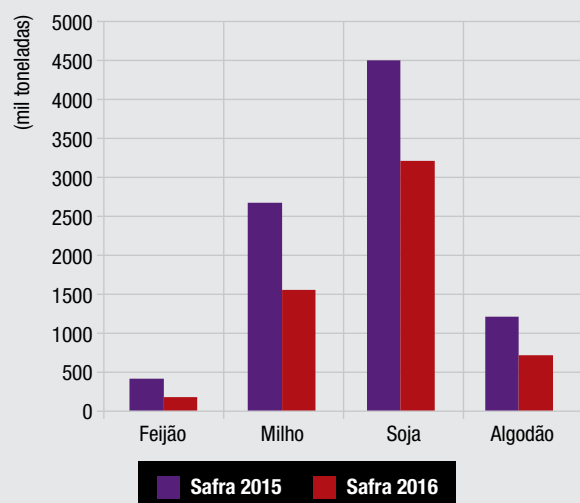


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão
Bahia – 2015/2016

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

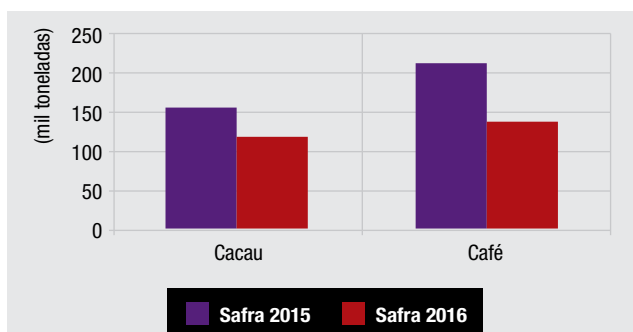


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café
Bahia – 2015/2016

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – seguiram caminhos opostos em 2016. Em relação ao cacau, em fase de colheita, constatou-se acréscimo da produção de 0,4%. Projeta-se ampliação na área plantada (1,7%), na área colhida (6,5%) e retração no rendimento médio (-9,8%). Já para o café, também em fase de colheita, as estimativas apontaram crescimento na produção (2,9%) em 2016, culminando em retração na área plantada (-1,7%), expansão na área colhida (0,2%) e no rendimento médio (2,6%).

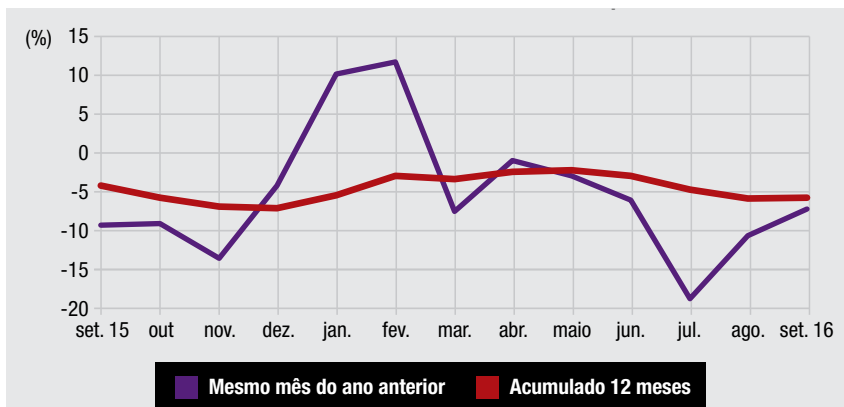


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: CNAE 2.0.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE) referentes à indústria de transformação baiana apontaram acréscimo de 0,4% em abril de 2016, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados positivos dos segmentos *Metalurgia* (38,8%), *Celulose, papel e produtos de papel* (21,7%) e *Produtos químicos* (4,2%). As contribuições negativas vieram de *Veículos* (-31,2%), *Extrativa* (-24,1%), *Coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis* (-1,1%), *Produtos minerais não metálicos* (-12,2%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-30,8%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador registrou recuo de 1,6%.

A análise da indústria geral indicou queda de 2,5% em abril de 2016 – eliminando influências sazonais – na comparação com o mês de março do mesmo ano. Esse resultado foi determinado, sobretudo, pelo decréscimo da indústria de transformação e da extrativa mineral.

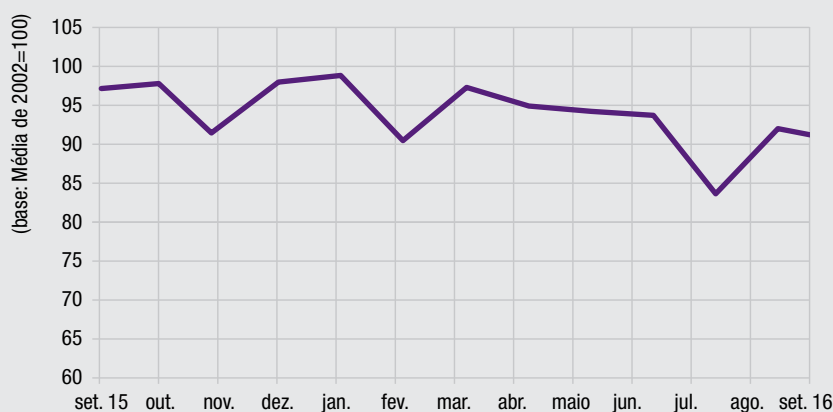


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou decréscimo de 3,3% no mês de abril de 2016 em relação ao mesmo mês de 2015, totalizando 1,851 GWh (gigawatt.hora). As classes de consumo residencial e comercial atingiram 612 MWh e 303 MWh, respectivamente, representando um acréscimo de 3,1% para o consumo residencial e, para o consumo comercial, um aumento de 4,2% em relação a 2015. No acumulado dos últimos 12 meses, notou-se retração de 0,5% no consumo total, sendo que, entre as classes comercial e residencial, houve ampliação de 5,7% e 2,1%, respectivamente, enquanto a classe industrial marcou retração de 10,3%.

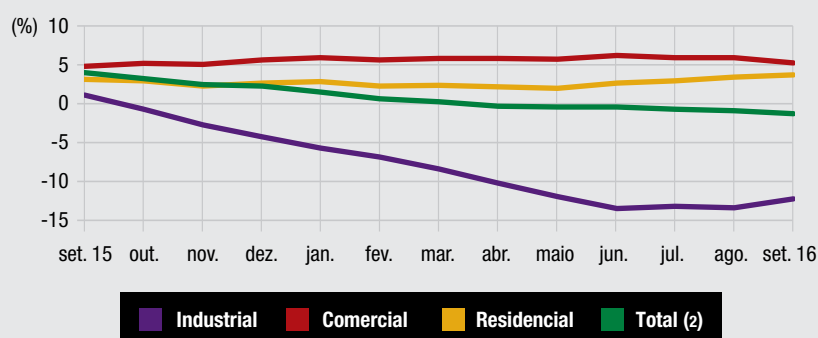


Gráfico 9
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

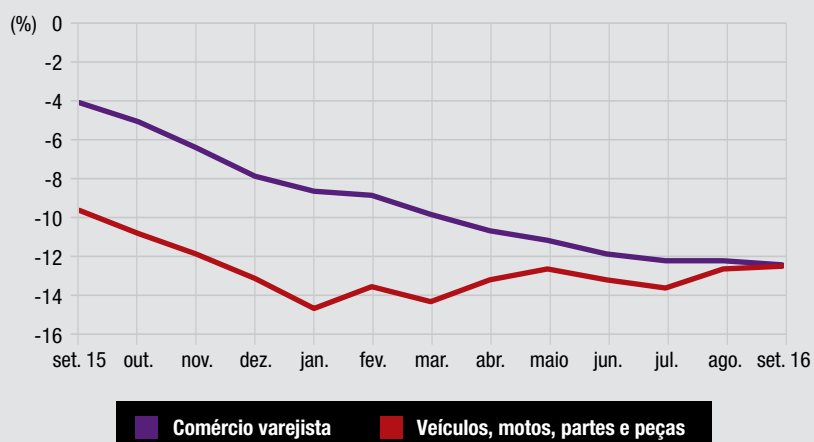


Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE), o comércio varejista baiano teve um decréscimo das vendas de 13,1% no mês de abril de 2016, considerando-se igual mês do ano anterior. Os maiores impactos negativos vieram dos segmentos *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-12,0%), *Combustíveis e lubrificantes* (-16,2%), *Móveis e eletrodomésticos* (-15,4%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-13,7%). No acumulado dos últimos 12 meses, o comércio varejista e o setor de veículos registraram variações negativas de 10,8% e 13,4%, respectivamente.

Ainda no acumulado dos últimos 12 meses, até abril de 2016, o segmento de maior destaque na variação positiva do comércio varejista foi *Livros, jornais, revistas e papelaria* (4,9%). Por sua vez, os segmentos que marcaram as maiores quedas foram *Equipamentos e materiais para escritório* (-23,4%), *Móveis e eletrodomésticos* (-15,9%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-15,5%), *Combustíveis e lubrificantes* (-14,2%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-9,1%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-7,3%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-2,4%).

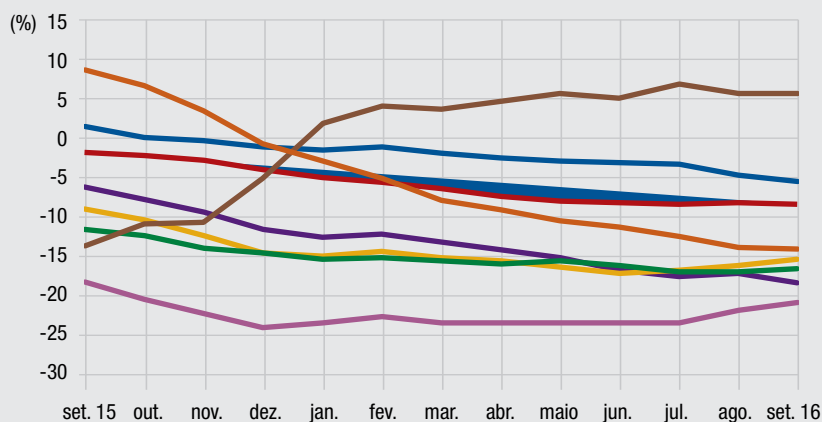


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

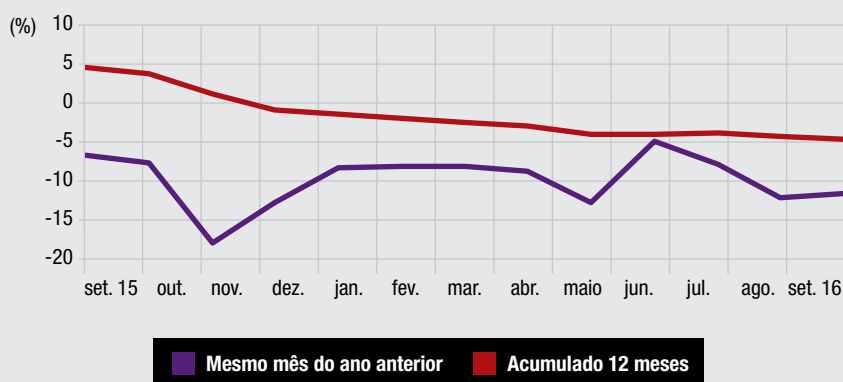


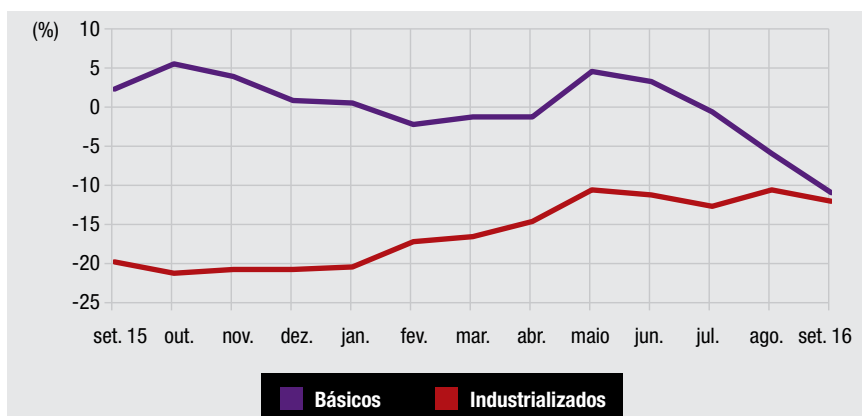
Gráfico 12
Taxa de variação do volume de serviços - Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, a inadimplência relativa às operações de crédito no estado chegou a 4,6% em abril de 2016. A taxa de inadimplência de pessoas físicas alcançou 5,1%, e a de pessoas jurídicas, 3,9%.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em abril de 2016, as exportações baianas somaram US\$ 648 milhões, e as importações, US\$ 715 milhões, resultando em um *déficit* de US\$ 67 milhões. Confrontando-se abril de 2016 com o mesmo mês do ano anterior, tanto as exportações como as importações apontaram expansão de 2,5% e 1,9%, respectivamente.

As exportações por fator agregado, na comparação com o mês de abril de 2016, avançaram nas vendas de produtos básicos (19,2%) e desaceleraram nos produtos industrializados (-37,6%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram decrescimentos de 1,2% e 36,5%, respectivamente.

**Gráfico 15**

Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: MDIC/Secex.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – somou, aproximadamente, R\$ 1,874 bilhão em abril de 2016, proporcionando decréscimo real de 11,8% em relação ao mesmo mês de 2015. Principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS totalizou R\$ 1,545 bilhão no mês citado, com variação negativa de 15,5% em relação ao mês anterior. Com esse resultado, o indicador acumulado em 12 meses registrou queda de 5,1%.

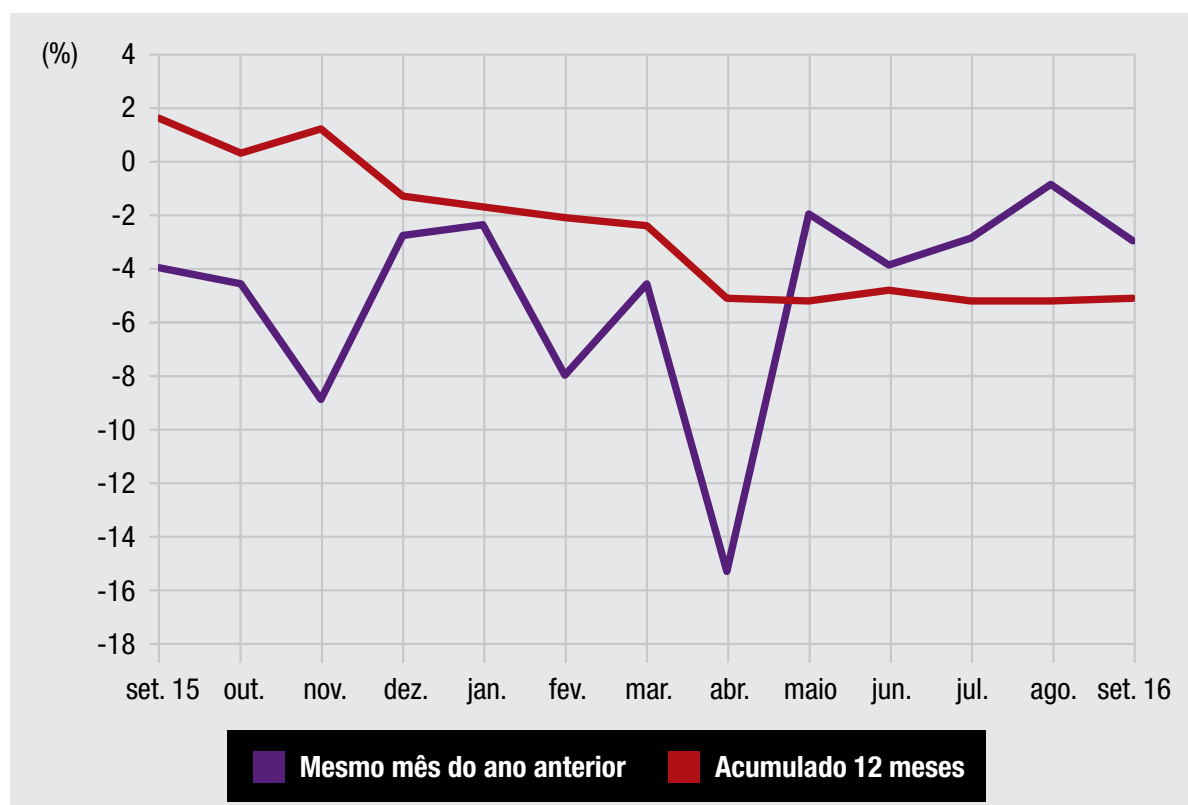


Gráfico 16

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia apresentou retração de 3.022 postos de trabalho em abril de 2016. Esse resultado emanou da redução de empregos em alguns setores da atividade econômica, tais como: *Construção civil* (-3.457 postos), *Comércio* (-1.802 postos), *Serviços* (-1.407 postos) e *Extrativa mineral* (-84 postos). Em contrapartida, quatro setores absorveram trabalhadores celetistas: *Indústria de transformação* (+1.983 postos), *Agropecuária* (+1.538 postos), *Serviços industriais de utilidade pública* (+108 postos) e *Administração pública* (+99 postos).

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), 23,4% da População Economicamente Ativa (PEA) estava desempregada em abril de 2016. Com relação ao total de ocupados, houve redução de 4,4% na comparação entre abril de 2016 e o mesmo mês de 2015. Por setor de atividade econômica, em termos relativos, ocorreu diminuição da ocupação em *Indústria de transformação* (-17,6%), *Construção* (-12,3%), *Comércio e reparação de veículos* (-6,0%), e *Serviços* (-1,2%). Considerando-se as categorias de ocupação, houve diminuição no *Setor privado* (-2,1%), sendo que, para a parcela *Com carteira assinada*, a taxa observada foi de -2,9%; para a *Sem carteira assinada*, 4,0%; para *Autônomos*, 8,2%; e para *Domésticos*, 4,3%.

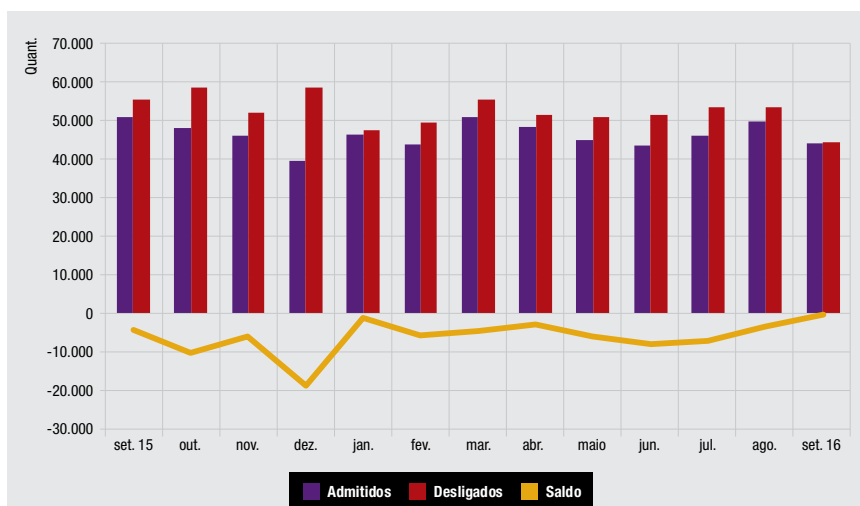


Gráfico 17

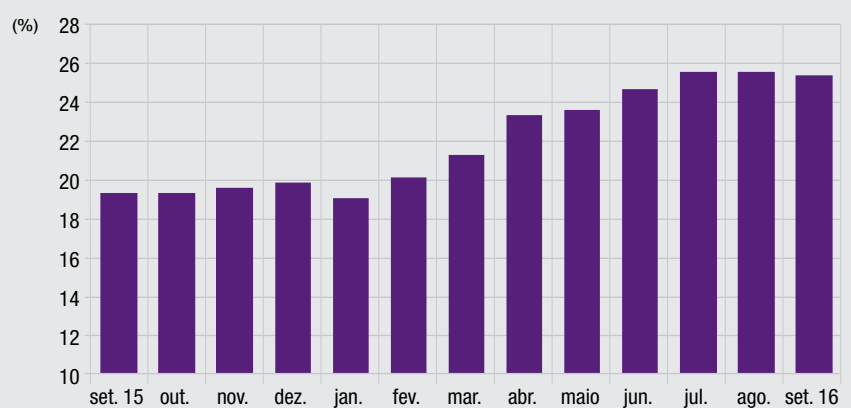
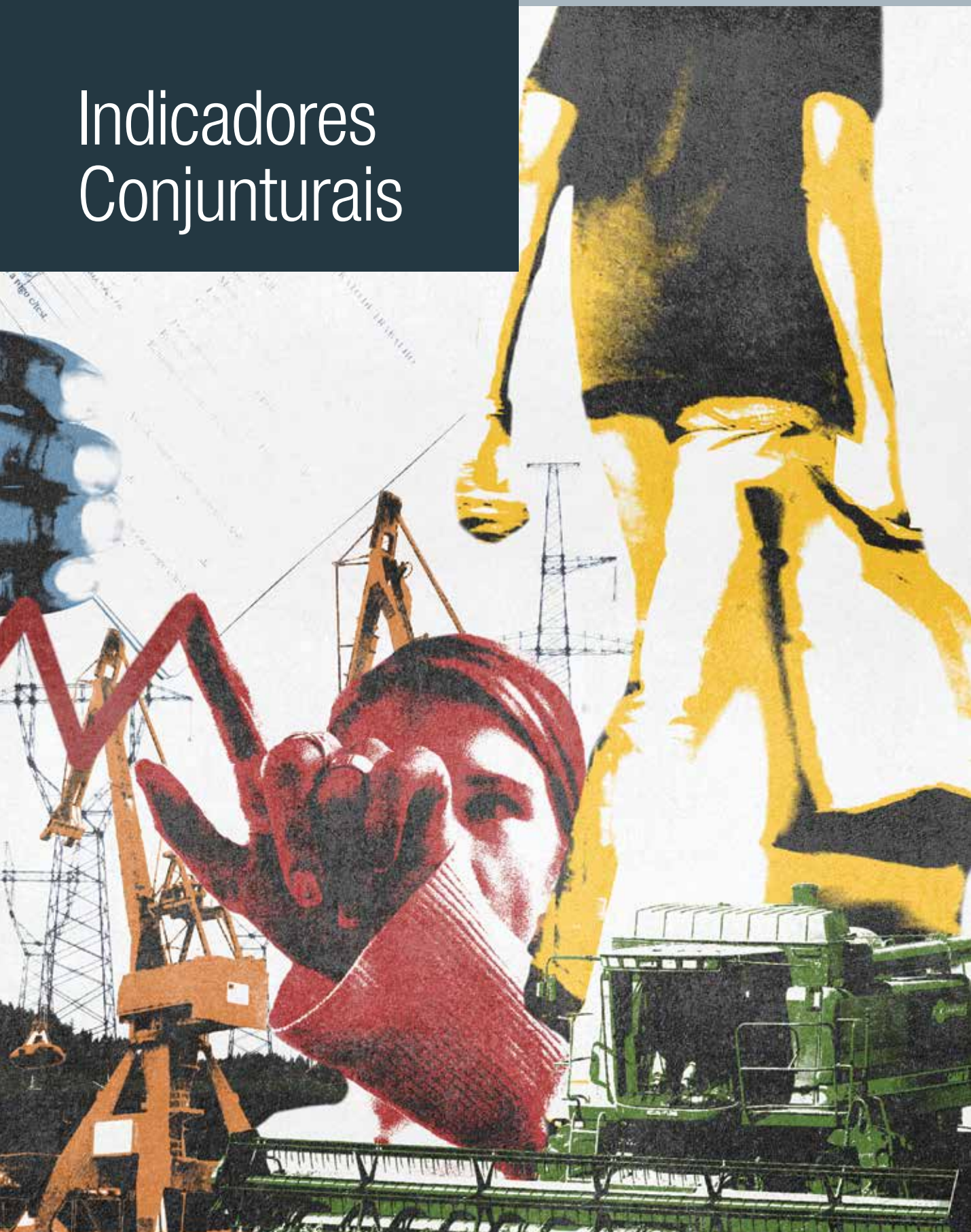


Gráfico 18
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: C&P

A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada pela PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, decresceu 15,5% em abril de 2016. No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador ficou em -11,3%.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – abr. 2016

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Abr. 2015	Abr. 2016	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	1,73	0,60	4,45	10,56	200,02	489,76
Habitação e encargos	2,55	2,96	5,24	11,23	174,18	1194,32
Artigos de residência	0,66	0,47	2,20	8,84	106,45	245,03
Vestuário	-2,78	-0,51	-4,59	2,83	113,90	204,18
Transporte e comunicação	0,71	1,10	4,19	7,55	134,36	963,40
Saúde e cuidados pessoais	2,24	1,78	2,34	11,47	178,94	599,73
Despesas pessoais	-0,70	0,39	7,54	15,73	211,52	834,37
Geral	0,79	0,99	4,06	10,44	166,25	558,97

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – abr. 2016

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	348,24	-0,31	13,90	43,01	37,99
Belém	412,51	-0,33	17,21	50,95	49,14
Belo Horizonte	399,24	-2,35	7,76	49,31	46,73
Brasília	427,68	-3,84	7,28	52,83	49,60
Campo Grande	402,89	2,25	3,71	49,76	48,25
Curitiba	396,34	-1,11	1,16	48,96	49,62
Florianópolis	438,56	-0,57	3,42	54,17	53,26
Fortaleza	385,14	-0,30	12,38	47,57	44,89
Goiânia	382,16	0,98	13,88	47,20	45,47
João Pessoa	365,83	3,96	12,66	45,19	42,69
Manaus	383,72	0,58	4,33	47,40	48,60
Natal	334,49	2,61	7,05	41,32	41,76
Porto Alegre	426,93	1,43	0,60	52,73	52,99
Recife	358,55	3,27	7,40	44,29	43,94
Salvador	344,29	-1,27	9,57	42,53	44,14
São Paulo	442,42	-0,38	5,81	54,65	54,18
Rio de Janeiro	433,96	-1,55	9,06	53,60	50,86
Vitória	414,26	-0,94	6,49	51,17	50,75

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2015/2016

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2015 (1)	2016 (2)	Variação (%)	2015 (1)	2016 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	131.394	140.400	6,9	6.375	5.400	-15,3
Algodão herbáceo	1.196.246	857.175	-28,3	332.312	294.780	-11,3
Alho	7.609	4.160	-45,3	745	610	-18,1
Amendoim (2º safra)	3.394	4.080	20,2	3.304	4.000	21,1
Arroz total	8.298	16.329	96,8	9.275	9.210	-0,7
Batata-inglesa (2º safra)	60.544	52.090	-14,0	1.307	1.306	-0,1
Cana-de-açúcar	5.838.605	6.075.000	4,0	102.606	120.000	17,0
Cebola	261.660	282.200	7,8	8.985	9.160	1,9
Feijão total	435.706	326.412	-25,1	576.219	465.726	-19,2
Feijão 1ª safra	239.485	166.922	-30,3	315.796	239.636	-24,1
Feijão 2ª safra	196.221	159.490	-18,7	260.423	226.090	-13,2
Fumo	3.740	3.740	0,0	3.767	3.767	0,0
Mamona	74.964	81.666	8,9	105.638	103.458	-2,1
Mandioca	1.854.436	2.096.390	13,0	226.008	290.505	28,5
Milho total	2.806.116	2.871.283	2,3	857.226	773.795	-9,7
Milho 1ª safra	2.175.996	2.460.083	13,1	552.586	523.795	-5,2
Milho 2ª safra	630.120	411.200	-34,7	304.640	250.000	-17,9
Soja	4.507.377	3.935.269	-12,7	1.438.108	1.493.891	3,9
Sorgo granífero	169.740	107.815	-36,5	139.230	70.332	-49,5
Tomate	244.456	246.949	1,0	4.500	5.705	26,8
Permanentes						
Banana (4)	994.917	983.060	-1,2	78.048	68.279	-12,5
Cacau	135.507	136.017	0,4	480.397	488.409	1,7
Café total	217.788	224.003	2,9	178.198	175.192	-1,7
Café arábica	128.832	134.786	4,6	128.114	124.416	-2,9
Café ceneophora	88.956	89.217	0,3	50.084	50.776	1,4
Castanha-de-caju	6.367	4.840	-24,0	20.898	22.000	5,3
Coco-da-baía (3)	586.881	519.000	-11,6	76.442	75.500	-1,2
Guaraná	2.600	2.600	0,0	6.500	6.500	0,0
Laranja (4)	925.361	985.650	6,5	71.179	60.950	-14,4
Pimenta-do-reino	6.794	4.500	-33,8	1.325	1.800	35,8
Sisal	174.405	127.500	-26,9	251.077	150.000	-40,3
Uva	77.401	57.240	-26,0	2.861	1.919	-32,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2014.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), junho de 2016 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2015/2016

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2015 (1)	2016 (2)	Variação (%)	2015 (1)	2016 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	4.985	5.400	8,3	26.358	26.000	-1,4
Algodão herbáceo	332.312	294.770	-11,3	3.600	2.908	-19,2
Alho	745	610	-18,1	10.213	6.820	-33,2
Amendoim	3.304	4.000	21,1	1.027	1.020	-0,7
Arroz total	7.535	9.210	22,2	1.101	1.773	61,0
Batata-inglesa	1.307	1.306	-0,1	46.323	39.885	-13,9
Cana-de-açúcar	95.110	111.000	16,7	61.388	54.730	-10,8
Cebola	8.985	9.160	1,9	29.122	30.808	5,8
Feijão total	544.757	465.432	-14,6	800	701	-12,3
Feijão 1ª safra	298.738	239.342	-19,9	802	697	-13,0
Feijão 2ª safra	246.019	226.090	-8,1	798	705	-11,6
Fumo	3.767	3.767	0,0	993	993	0,0
Mamona	95.964	103.458	7,8	781	789	1,0
Mandioca	164.185	180.505	9,9	11.295	11.614	2,8
Milho total	805.714	773.537	-4,0	3.483	3.712	6,6
Milho 1ª safra	528.072	523.537	-0,9	4.121	4.699	14,0
Milho 2ª safra	277.642	250.000	-10,0	2.270	1.645	-27,5
Soja	1.438.108	1.493.891	3,9	3.134	2.634	-16,0
Sorgo granífero	139.230	70.332	-49,5	1.219	1.533	25,7
Tomate	4.500	5.705	26,8	54.324	43.286	-20,3
Permanentes						
Banana (4)	66.040	65.055	-1,5	15.065	15.111	0,3
Cacau	458.763	488.409	6,5	295	278	-5,7
Café total	167.434	167.790	0,2	1.301	1.335	2,6
Café arábica	123.826	123.413	-0,3	1.040	1.092	5,0
Café cenephora	43.608	44.377	1,8	2.040	2.010	-1,4
Castanha-de-caju	20.778	22.000	5,9	306	220	-28,2
Coco-da-baía (3)	62.207	63.800	2,6	9.434	8.135	-13,8
Guaraná	6.500	6.500	0,0	400	400	0,0
Laranja (4)	55.552	60.950	9,7	16.658	16.171	-2,9
Pimenta-do-reino	1.325	1.800	35,8	5.128	2.500	-51,2
Sisal	185.571	150.000	-19,2	940	850	-9,6
Uva	2.856	1.919	-32,8	27.101	29.828	10,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2014.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), junho de 2016 (dados sujeitos à retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – abr. 2016

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-1,1	2,4	-2,2
Indústrias extrativas	-24,1	-19,7	-11,8
Indústrias de transformação	0,4	3,9	-1,6
Produtos alimentícios	7,0	-0,1	-1,9
Bebidas	24,3	12,1	5,2
Couros, artigos para viagem e calçados	0,7	-0,9	-2,2
Celulose, papel e produtos de papel	21,7	2,5	0,4
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-1,1	26,8	4,6
Outros produtos químicos	4,2	1,3	-3,5
Produtos de borracha e de material plástico	-0,5	-6,3	-2,4
Produtos de minerais não metálicos	-12,2	-17,0	-12,5
Metalurgia	38,8	25,3	5,9
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-30,8	-2,8	-42,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-31,2	-31,6	-15,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – abr. 2015-abr. 2016

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Abril 2015	-13,5	-12,9	-6,4
Maio	-5,0	-11,3	-6,1
Junho	4,5	-8,8	-4,7
Julho	1,7	-7,2	-4,0
Agosto	4,0	-5,8	-3,1
Setembro	-9,4	-6,2	-4,0
Outubro	-9,1	-6,5	-5,6
Novembro	-13,2	-7,2	-6,7
Dezembro	-3,5	-6,9	-6,9
Janeiro	11,7	11,7	-5,1
Fevereiro	13,8	12,6	-2,5
Março	-6,4	5,2	-2,8
Abril 2016	0,4	3,9	-1,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – abr. 2016

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	49,6	12,7	12,4	5,0
Residencial	3,1	3,1	2,1	7,6
Industrial ¹	-22,2	-14,4	-10,3	5,2
Comercial	4,2	5,4	5,7	9,5
Utilidades públicas ²	-2,4	1,1	2,9	5,6
Setor público	4,3	3,8	2,3	-1,3
Concessionária	4,2	2,3	1,0	3,8
Total	-3,3	-2,4	-0,5	6,2

Fontes: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Comércio

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – abr. 2016

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	-13,1	-12,2	-10,8
Combustíveis e lubrificantes	-16,2	-15,8	-14,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-12,0	-10,2	-7,3
Hipermercados e supermercados	-7,9	-6,8	-5,2
Tecidos, vestuário e calçados	-13,7	-13,8	-15,5
Móveis e eletrodomésticos	-15,4	-14,2	-15,9
Móveis	-11,9	-8,4	-15,1
Eletrodomésticos	-17,1	-16,7	-16,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-9,4	-4,4	-2,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,5	8,0	4,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-20,4	-18,3	-23,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-9,5	-15,8	-9,1
Comércio varejista ampliado	-10,6	-11,8	-11,3
Veículos, motos, partes e peças	-4,6	-10,7	-13,4
Material de construção	-8,1	-11,9	-8,5

Fonte: Elaborado pela SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Comércio exterior

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-abr. 2015/2016

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2015	2016			
Papel e celulose	491.537	402.915	-18,03	18,21	-15,93
Metalúrgicos	247.191	360.060	45,66	16,27	-33,79
Químicos e petroquímicos	410.340	356.246	-13,18	16,10	-22,73
Soja e derivados	216.581	236.766	9,32	10,70	-15,03
Automotivo	143.676	130.788	-8,97	5,91	-11,93
Algodão e seus subprodutos	77.782	111.338	43,14	5,03	-7,28
Metais preciosos	83.190	107.563	29,30	4,86	71,72
Petróleo e derivados	111.127	96.456	-13,20	4,36	-42,77
Cacau e derivados	71.440	80.114	12,14	3,62	-0,43
Borracha e suas obras	66.520	74.473	11,96	3,37	-13,41
Minerais	67.823	38.839	-42,74	1,76	-10,12
Sisal e derivados	47.992	37.257	-22,37	1,68	-11,96
Couros e peles	51.202	34.303	-33,01	1,55	-33,41
Café e especiarias	42.900	29.428	-31,40	1,33	-6,33
Frutas e suas preparações	25.780	24.687	-4,24	1,12	2,12
Calçados e suas partes	17.940	20.930	16,67	0,95	-13,62
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	16.575	17.714	6,87	0,80	-42,52
Fumo e derivados	16.088	14.252	-11,41	0,64	17,41
Milho e derivados	13.413	4.010	-70,11	0,18	-5,92
Carne e miudezas de aves	536	1.015	89,45	0,05	2,44
Demais segmentos	42.396	33.360	-21,31	1,51	-30,26
Total	2.262.029	2.212.513	-2,19	100,00	-13,39

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 05/05/2016.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – jan.-abr. 2015/2016

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2015	2016		2015	2016		
China	806.879	948.284	17,52	580.949	655.116	12,77	29,61
Estados Unidos	189.331	262.658	38,73	225.141	258.145	14,66	11,67
Argentina	68.235	75.911	11,25	260.316	236.980	-8,96	10,71
Países Baixos (Holanda)	382.335	519.603	35,90	205.897	193.242	-6,15	8,73
Bélgica	123.853	164.536	32,85	86.064	77.635	-9,79	3,51
Alemanha	245.012	183.859	-24,96	87.800	71.793	-18,23	3,24
França	161.409	165.163	2,33	76.723	63.139	-17,71	2,85
Canadá	2.777	4.042	45,57	39.995	58.590	46,49	2,65
México	62.075	45.969	-25,95	67.808	39.543	-41,68	1,79
Turquia	11.705	26.121	123,15	17.761	34.531	94,42	1,56
Colômbia	23.591	34.861	47,78	42.854	33.471	-21,90	1,51
Hong Kong	22.304	48.522	117,55	20.666	30.888	49,46	1,40
Indonésia	11.007	10.773	-2,13	30.290	29.761	-1,74	1,35
Índia	10.380	43.135	315,57	15.397	29.423	91,10	1,33
Japão	12.152	55.728	358,58	23.422	29.278	25,00	1,32
Espanha	62.571	41.158	-34,22	31.043	28.590	-7,90	1,29
Chile	9.044	11.001	21,64	25.364	25.211	-0,60	1,14
Suíça	284	277	-2,41	8.950	23.849	166,48	1,08
Itália	75.994	30.979	-59,23	53.896	22.788	-57,72	1,03
Antilhas Holandesas	230.879	186.943	-19,03	68.143	21.105	-69,03	0,95
Paquistão	3.772	16.061	325,79	1.598	16.996	963,91	0,77
Coreia do Sul	34.664	23.672	-31,71	34.367	15.944	-53,61	0,72
Peru	6.551	8.317	26,96	12.267	13.665	11,40	0,62
Taiwan (Formosa)	52.415	23.575	-55,02	25.424	12.295	-51,64	0,56
República Dominicana	2.238	29.204	1.204,79	5.133	11.894	131,73	0,54
Portugal	6.000	7.808	30,13	8.034	11.230	39,77	0,51
Vietnã	4.282	7.782	81,75	6.741	10.643	57,88	0,48
Uruguai	5.786	6.097	5,39	11.949	10.181	-14,79	0,46
Equador	3.920	5.238	33,64	5.785	9.551	65,12	0,43
Malásia	73.041	5.730	-92,16	24.378	9.321	-61,76	0,42
Demais países	145.728	225.792	54,94	157.875	127.711	-19,11	5,77
Total	2.850.214	3.218.798	12,93	2.262.029	2.212.513	-2,19	100,00

Fonte: MDIC/Secex.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 11
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015-abr. 2016

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (i)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2015	1.862	124,4	1.558	141,8	304	76,4	1.354	141,3	57,9	16,3	3.653
Fevereiro	1.846	123,3	1.543	140,4	303	76,1	1.375	143,5	57,3	16,4	3.657
Março	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	1.381	144,2	57,2	17,3	3.662
Abril	1.825	121,9	1.506	137,0	319	80,2	1.405	146,7	56,5	17,5	3.666
Maio	1.835	122,6	1.501	136,6	334	83,9	1.401	146,2	56,7	18,2	3.670
Junho	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	1.413	147,5	56,4	18,0	3.674
Julho	1.837	122,7	1.488	135,4	349	87,7	1.408	147,0	56,6	19,0	3.678
Agosto	1.820	121,6	1.474	134,1	346	86,9	1.430	149,3	56,0	19,0	3.682
Setembro	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	1.429	149,2	56,1	19,4	3.686
Outubro	1.845	123,2	1.487	135,3	358	89,9	1.415	147,7	56,6	19,4	3.690
Novembro	1.874	125,2	1.507	137,1	367	92,2	1.391	145,2	57,4	19,6	3.694
Dezembro	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	1.376	143,6	57,9	19,9	3.699
Janeiro 2016	1.866	124,6	1.510	137,4	356	89,4	1.408	147,0	57,0	19,1	3.703
Fevereiro	1.866	124,6	1.489	135,5	377	94,7	1.413	147,5	56,9	20,2	3.707
Março	1.852	123,7	1.457	132,6	395	99,2	1.432	149,5	56,4	21,3	3.711
Abril	1.878	125,5	1.439	130,9	439	110,3	1.411	147,3	57,1	23,4	3.715
Variação mensal (%)											
Abr. 2016/mar. 2016	1,4	1,4	-1,2	-1,2	11,1	11,1	-1,5	-1,5	1,2	9,9	0,1
Variação no ano (%)											
Abr. 2016/dez. 2015	-0,8	-0,8	-5,1	-5,1	16,4	16,4	2,5	2,5	-1,4	17,6	0,4
Variação anual (%)											
Abr. 2016/abr. 2015	2,9	2,9	-4,4	-4,4	37,6	37,6	0,4	0,4	1,1	33,7	1,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015–abr. 2016

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2015	16,3	11,2	5,1	4,5	(1)	15,1	10,4	4,7	20,4	13,8	6,6
Fevereiro	16,4	11,3	5,0	4,4	(1)	15,2	10,5	4,7	20,3	14,0	6,3
Março	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)	15,9	11,3	4,7	22,2	15,8	6,5
Abril	17,5	12,9	4,6	4,1	(1)	15,8	11,7	4,2	23,4	17,2	6,2
Maio	18,2	13,7	4,5	4,0	(1)	16,4	12,5	3,9	24,6	18,0	6,6
Junho	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)	16,3	12,6	3,7	24,1	18,2	5,9
Julho	19,0	14,6	4,4	3,8	(1)	17,3	13,2	4,1	25,2	19,6	5,7
Agosto	19,0	14,3	4,7	4,1	(1)	17,4	13,0	4,4	24,5	18,9	(1)
Setembro	19,4	14,2	5,2	4,6	(1)	18,0	13,1	4,9	24,7	18,3	6,4
Outubro	19,4	13,8	5,5	5,0	(1)	18,0	13,0	5,0	24,6	16,9	7,6
Novembro	19,6	13,9	5,7	5,0	(1)	18,0	12,8	5,1	25,6	17,9	7,8
Dezembro	19,9	14,3	5,6	4,9	(1)	18,2	13,2	5,1	25,8	18,4	7,4
Janeiro 2016	19,1	13,6	5,5	4,9	(1)	17,8	12,6	5,2	23,9	17,3	6,6
Fevereiro	20,2	14,2	6,0	5,5	(1)	19,7	13,6	6,0	22,0	16,2	5,9
Março	21,3	15,2	6,1	5,5	(1)	21,0	14,9	6,2	22,6	16,7	(1)
Abril	23,4	16,7	6,6	6,0	(1)	22,9	16,2	6,7	25,0	18,8	(1)
Variação mensal											
Abr. 2016/mar. 2016	9,9	9,9	8,2	9,1	-	9,0	8,7	8,1	10,6	12,6	-
Variação no ano											
Abr. 2016/dez. 2015	17,6	16,8	17,9	22,4	-	25,8	22,7	31,4	-3,1	2,2	-
Variação anual											
Abr. 2016/abr. 2015	33,7	29,5	43,5	46,3	-	44,9	38,5	59,5	6,8	9,3	-

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13
Distribuição dos Ocupados, por Setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015-abr. 2016

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar												(%)
Períodos	Setores				Serviços							Serviços domésticos (11)
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)		
Janeiro 2015	100,0	8,6	9,3	19,5	60,8	6,1	5,5	9,7	18,2	13,1	7,8	
Fevereiro	100,0	9,1	9,2	19,0	61,1	6,1	5,3	9,6	18,1	13,8	7,7	
Março	100,0	9,0	8,5	18,7	62,1	6,0	5,2	10,1	18,5	14,3	7,5	
Abril	100,0	8,7	8,6	18,9	61,9	6,0	5,5	9,7	18,2	14,3	7,7	
Maio	100,0	8,4	8,1	19,3	62,2	6,2	5,6	9,8	18,9	13,4	7,9	
Junho	100,0	8,6	8,1	19,8	61,5	5,9	5,7	8,9	19,0	13,3	7,9	
Julho	100,0	8,9	8,0	19,3	62,0	6,1	5,3	9,0	19,6	13,3	8,0	
Agosto	100,0	8,4	8,5	19,8	61,6	6,0	5,1	8,7	19,3	13,9	7,9	
Setembro	100,0	7,7	8,5	19,7	62,4	6,3	5,4	9,0	18,9	14,4	7,9	
Outubro	100,0	7,3	8,5	19,2	63,1	6,2	5,5	9,1	19,3	14,0	8,3	
Novembro	100,0	7,4	8,2	18,9	63,4	6,3	5,7	9,5	19,2	14,3	7,9	
Dezembro	100,0	7,4	8,3	18,4	64,1	6,1	5,2	9,7	20,8	13,6	8,0	
Janeiro 2016	100,0	7,1	8,5	19,2	63,6	6,0	5,1	10,1	20,0	14,3	7,5	
Fevereiro	100,0	7,6	8,5	18,6	63,6	5,7	5,1	10,1	20,0	14,0	8,2	
Março	100,0	7,5	8,4	19,1	63,2	5,6	5,7	10,7	18,7	14,1	7,9	
Abril	100,0	7,5	7,9	18,6	64,0	5,7	6,4	10,0	19,4	13,5	8,4	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015-abr. 2016

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/ empresa			
Janeiro 2015	69,4	53,3	7,0	9,1	18,5	16,9	1,6	2,7	7,8	1,6
Fevereiro	69,7	53,9	6,7	9,1	18,3	16,8	1,5	2,3	7,7	2,0
Março	69,9	53,2	6,7	10,0	18,2	16,8	1,4	2,3	7,5	2,1
Abril	68,9	52,0	6,7	10,1	18,5	17,1	1,4	2,7	7,7	2,2
Maio	68,7	52,1	6,3	10,2	18,1	16,9	(3)	3,2	7,9	2,1
Junho	68,5	52,5	6,1	9,9	17,9	16,5	(3)	3,3	7,9	2,4
Julho	68,7	52,8	6,3	9,6	18,5	17,1	(3)	2,9	8,0	1,9
Agosto	67,8	51,6	6,8	9,4	19,2	17,7	(3)	3,1	7,9	2,0
Setembro	67,8	51,3	7,4	9,0	19,5	18,1	(3)	3,0	7,9	1,8
Outubro	67,7	50,8	7,3	9,5	19,0	17,5	1,5	3,1	8,3	1,9
Novembro	68,7	51,7	7,6	9,4	18,7	17,2	1,5	2,7	7,9	2,0
Dezembro	69,4	51,5	7,3	10,6	18,0	16,6	(3)	2,5	8,0	2,1
Janeiro 2016	70,0	52,9	7,0	10,1	17,9	16,9	(3)	2,4	7,5	2,2
Fevereiro	69,3	52,8	6,6	9,9	18,0	17,1	(3)	2,4	8,2	2,1
Março	68,8	53,8	6,4	8,6	18,3	17,1	(3)	2,6	7,9	2,4
Abril	68,8	52,8	7,3	8,7	17,8	16,7	(3)	(3)	8,4	2,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015-abr. 2016

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2015	1.467	102,8	1.569	99,4	1.189	123,1
Fevereiro	1.461	102,4	1.555	98,5	1.166	120,7
Março	1.441	101,0	1.521	96,4	1.141	118,1
Abril	1.440	101,0	1.518	96,2	1.115	115,4
Maio	1.423	99,7	1.489	94,4	1.138	117,8
Junho	1.397	97,9	1.480	93,8	1.099	113,9
Julho	1.372	96,2	1.454	92,2	1.082	112,0
Agosto	1.355	95,0	1.447	91,7	1.065	110,3
Setembro	1.345	94,3	1.455	92,2	1.023	105,9
Outubro	1.333	93,5	1.427	90,4	1.065	110,3
Novembro	1.370	96,0	1.463	92,7	1.082	112,0
Dezembro	1.358	95,2	1.439	91,2	1.078	111,6
Janeiro 2016	1.358	95,2	1.452	92,0	1.065	110,3
Fevereiro	1.303	91,4	1.383	87,6	1.028	106,5
Março	1.276	89,4	1.346	85,3	1.021	105,7
Abril	1.263	88,5	1.344	85,2	955	99,0
Variação mensal (%)						
Abr. 2016/mar. 2016	-1,0	-1,0	-0,2	-0,2	-6,4	-6,4
Variação no ano (%)						
Abr. 2016/dez. 2015	-7,1	-7,1	-6,6	-6,6	-11,4	-11,4
Variação anual (%)						
Abr. 2016/abr. 2015	-12,3	-12,3	-11,5	-11,5	-14,3	-14,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2016.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015-abr. 2016 (R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2015	1.467	(3)	1007	1049	1.414	3.474
Fevereiro	1.461	(3)	1013	1039	1.391	3.505
Março	1.441	(3)	1013	1039	1.403	3.353
Abril	1.440	(3)	1018	1017	1.395	3.371
Maio	1.423	(3)	990	998	1.395	3.267
Junho	1.397	(3)	966	984	1.362	3.223
Julho	1.372	(3)	933	1001	1.317	3.239
Agosto	1.355	(3)	933	1023	1.289	3.160
Setembro	1.345	(3)	906	1009	1.257	3.213
Outubro	1.333	(3)	912	1013	1.269	3.064
Novembro	1.370	(3)	903	991	1.288	3.176
Dezembro	1.358	(3)	919	986	1.286	3.147
Janeiro 2016	1.358	(3)	926	977	1.272	3.230
Fevereiro	1.303	(3)	928	966	1.232	3.111
Março	1.276	(3)	912	969	1.202	2.984
Abril	1.263	(3)	898	949	1.188	2.932
Variação mensal (%)						
Abr. 2016/mar. 2016	-1,0	-	-1,5	-2,1	-1,2	-1,7
Variação no ano (%)						
Abr. 2016/dez. 2015	-7,1	-	-2,3	-3,8	-7,6	-6,8
Variação anual (%)						
Abr. 2016/abr. 2015	-12,3	-	-11,8	-6,7	-14,8	-13,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2016.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015-abr. 2016

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2015	1.569	1.385	1.751	1.213	1.361	1.458	809	2.949
Fevereiro	1.555	1.361	1.623	1.187	1.355	1.433	798	2.915
Março	1.521	1.338	1.547	1.145	1.340	1.411	789	2.836
Abril	1.518	1.343	1.580	1.123	1.357	1.409	820	2.779
Maio	1.489	1.336	1.555	1.128	1.348	1.394	870	2.687
Junho	1.480	1.339	1.668	1.137	1.326	1.395	893	2.634
Julho	1.454	1.301	1.677	1.099	1.293	1.365	842	2.748
Agosto	1.447	1.301	1.765	1.103	1.273	1.372	827	2.766
Setembro	1.455	1.288	1.686	1.068	1.275	1.358	811	2.799
Outubro	1.427	1.276	1.611	1.074	1.275	1.337	874	2.698
Novembro	1.463	1.281	1.645	1.058	1.298	1.346	846	2.744
Dezembro	1.439	1.264	1.622	1.075	1.278	1.326	817	2.798
Janeiro 2016	1.452	1.267	1.597	1.112	1.263	1.331	777	2.862
Fevereiro	1.383	1.231	1.480	1.089	1.234	1.290	776	2.728
Março	1.346	1.207	1.446	1.070	1.213	1.273	769	2.541
Abril	1.344	1.209	1.486	1.035	1.212	1.279	748	2.488
Variação mensal (%)								
Abr. 2016/mar. 2016	-0,2	0,2	2,8	-3,3	0,0	0,5	-2,7	-2,1
Variação no ano (%)								
Abr. 2016/dez. 2015	-6,6	-4,3	-8,4	-3,7	-5,1	-3,6	-8,4	-11,1
Variação anual (%)								
Abr. 2016/abr. 2015	-11,5	-10,0	-6,0	-7,9	-10,7	-9,3	-8,7	-10,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2016.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015-abr. 2016

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2015	576	837	1.036	1.621	2.833	833	892	1.133	1.712	2.880
Fevereiro	575	883	1.020	1.613	2.802	834	892	1.121	1.699	2.832
Março	567	883	1.008	1.586	2.783	877	893	1.110	1.670	2.801
Abril	555	877	1.002	1.613	2.782	870	882	1.095	1.669	2.802
Maio	549	870	993	1.645	2.743	864	877	1.085	1.646	2.743
Junho	547	864	984	1.531	2.734	861	869	1.049	1.639	2.734
Julho	537	845	967	1.460	2.632	845	865	1.020	1.536	2.685
Agosto	518	845	966	1.421	2.591	845	862	1.013	1.530	2.699
Setembro	485	846	966	1.404	2.591	846	850	1.020	1.611	2.698
Outubro	535	847	967	1.403	2.375	843	851	1.027	1.505	2.675
Novembro	538	842	970	1.497	2.537	827	847	1.050	1.574	2.675
Dezembro	624	827	966	1.497	2.369	820	843	1.041	1.561	2.498
Janeiro 2016	577	827	957	1.456	2.404	819	864	1.029	1.525	2.542
Fevereiro	519	819	936	1.321	2.208	819	887	1.009	1.407	2.320
Março	508	887	930	1.311	2.033	887	889	1.006	1.321	2.222
Abril	504	880	948	1.304	2.019	880	888	1.000	1.312	2.120
Variação mensal (%)										
Abr. 2016/mar. 2016	-0,8	-0,8	1,9	-0,6	-0,7	-0,8	-0,1	-0,6	-0,7	-4,6
Variação no ano (%)										
Abr. 2016/dez. 2015	-19,3	6,4	-1,8	-12,9	-14,8	7,3	5,4	-3,9	-15,9	-15,1
Variação anual (%)										
Abr. 2016/abr. 2015	-9,3	0,4	-5,4	-19,2	-27,4	1,1	0,6	-8,7	-21,4	-24,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 19
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2015-abr. 2016

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2015 (2)	-49.600	-4.067	-14.750	-6.717	-20.161
Declaração fora do prazo	301	56	-751	716	309
Com ajuste (3)	-49.299	-4.011	-15.501	-6.001	-19.852
Janeiro	-992	-114	-122	-1.121	417
Fevereiro	-4.677	-417	-2.081	-797	-1.204
Março	-1.355	-147	62	-935	-457
Abril	-4.505	-726	-1.290	-1.186	-1.278
Maio	-8.138	-300	-2.630	-253	-4.799
Junho	-6.426	-681	-2.681	-213	-2.704
Julho	-4.876	-573	-206	-1.322	-2.212
Agosto	-4.406	-599	-1.167	-728	-1.757
Setembro	-1.752	190	-545	-357	-609
Outubro	-4.420	-232	-1.344	-557	-2.063
Novembro	-1.148	9	811	1.134	-624
Dezembro	-6.905	-477	-3.557	-382	-2.871
2016 (2)	-11.963	-2.010	-3.596	-3.302	-3.361
Declaração fora do prazo	-2.859	-1.087	659	-972	-1.939
Com ajuste (3)	-14.822	-3.097	-2.937	-4.274	-5.300
Janeiro	-1.196	-34	-349	-450	-357
Fevereiro	-4.219	-1.200	-407	-1.210	-1.553
Março	-1.355	-147	62	-935	-457
Abril	-5.193	-629	-2.902	-707	-994

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até maio.

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2015-abr. 2016

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2015 (2)	-83.076	-8.822	-33.814	-11.470	-21.230
Declaração fora do prazo	5.844	459	-487	1.924	1.397
Com ajuste (3)	-77.232	-8.363	-34.301	-9.546	-19.833
Janeiro	-2.872	569	-2.585	-2.734	1.579
Fevereiro	-6.800	-725	-2.901	-1.884	-1.777
Março	-1.167	369	-2.136	-635	404
Abril	-893	834	-3.068	-1.411	59
Maio	-7.419	-874	-4.306	-380	-4.389
Junho	-9.124	-409	-4.081	-271	-4.242
Julho	-8.207	-157	-2.681	-2.544	-2.357
Agosto	-6.853	-648	-2.577	-1.199	-1.618
Setembro	-4.360	-621	-1.899	120	-884
Outubro	-10.409	-1.100	-2.671	-1.093	-2.922
Novembro	-6.004	-2.797	652	2.000	-549
Dezembro	-18.968	-3.263	-5.561	-1.439	-4.534
2016 (2)	-14.824	-561	-4.752	-8.444	-5.590
Declaração fora do prazo	1.013	60	585	-207	-792
Com ajuste (3)	-13.811	-501	-4.167	-8.651	-6.382
Janeiro	-1.187	69	-684	-1.067	331
Fevereiro	-5.812	-1.066	-615	-2.490	-2.884
Março	-4.803	-1.547	4	-3.085	-1.630
Abril	-3.022	1.983	-3.457	-1.802	-1.407

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até maio.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2016/2015

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2016			2015		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	300.412.299	426.388.201	726.800.500	118.670.405	124.639.154	243.309.559
Receitas correntes	243.971.383	223.825.298	467.796.681	91.580.664	115.074.212	206.654.876
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	82.052.686	80.430.071	162.482.757	30.134.303	42.683.953	72.818.256
Impostos	81.208.009	76.952.115	158.160.124	29.840.697	42.239.873	72.080.570
Taxas	845	2.927.043	2.927.888	294	444.080	444.374
Receita de contribuições	124.526.190	120.762.106	245.288.296	54.225.583	57.823.088	112.048.671
Contribuições sociais	122.068.172	117.213.431	239.281.603	53.532.760	57.044.970	110.577.730
Contribuições econômicas	2.458.018	3.548.675	6.006.693	693	778.119	778.812
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0	0	-	-	-
Receita patrimonial	20.579.957	10.093.915	30.673.872	2.744.185	6.742.538	9.486.723
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	266	271	537	68	132.856	132.924
Valores mobiliários	4.230.659	5.630.921	9.861.580	1.384.875	2.030.569	3.415.444
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	142	1.243.743	1.243.885	58	1.145.284	1.145.342
Exploração de recursos naturais	15.800.008	2.667.266	18.467.274	1.192.731	3.385.871	4.578.602
Exploração do patrimônio intangível	0	0	0	-	-	-
Cessão de direitos	127	272	399	40	46.933	46.973
Demais receitas patrimoniais	861	553	1.414	1	1.025	1.026
Receita agropecuária	3	4	7	2	2.119	2.121
Receita industrial	100	137	237	51	56.876	56.927
Receita de serviços	11.254.965	6.627.507	17.882.472	2.116.037	3.761.692	5.877.729
Serviços administrativos e comerciais gerais	722	642	1.364	-	-	-
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	706	346	1.051	-	-	-
Serviços e atividades referentes à saúde	243	258	501	-	-	-
Serviços e atividades financeiras	9.578.289	5.066.301	14.644.590	-	-	-
Outros serviços	7	6	13	-	-	-
Transferências correntes	294	49	342	165	40.231	40.396
Outras receitas correntes	3.444.303	4.140.948	7.585.251	2.730.729	3.223.221	5.953.950
Multas administrativas, contratuais e judiciais	710	776	1.486	2.125.688	1.695.010	3.820.698
Indenizações, restituições e ressarcimentos	974	1.370	2.344	348	562.739	563.087
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	88	143	231	-	-	-
Demais receitas correntes	1.238.147	1.069.702	2.307.849	-	-	-
Receitas correntes a classificar	893	1.581	2.474	-	-	-
Receitas de capital	56.440.916	202.562.903	259.003.819	0	9.564.942	9.564.942
Operações de crédito	20.771.999	24.192.665	44.964.664	19.190.859	-11.156	19.179.703
Operações de crédito internas	20.766.571	21.439.800	42.206.371	19.116.131	84.712	19.200.843
Operações de crédito externas	4	1.918.765	1.918.770	75	-95.868	-95.793
Alienação de bens	126	155	282	20	32.015	32.035
Alienação de bens móveis	118	335	453	2	22.549	22.551
Alienação de bens imóveis	8	20	29	18	9.465	9.483
Alienação de bens intangíveis	0	0	0	-	-	-

(Continua)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2016/2015

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2016			2015		
	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Amortizações de empréstimos	20.265.742	5.293.936	25.559.678	3.215.806	2.849.780	6.065.586
Transferências de capital	545	300	845	3	5.899	5.902
Outras receitas de capital	15.253.852	172.716.647	187.970.499	4.660.640	6.688.917	11.349.557
Integralização do capital social	0	0	0	-	-	-
Resultado do banco central	0	156.285.934	156.285.934	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	15.253.852	16.424.513	31.678.365	4.660.473	6.688.693	11.349.166
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0	-	-	-
Receitas de capital a classificar	0	0	0	-	-	-
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	307.099.271	434.247.990	741.347.261	121.625.471	130.523.948	252.149.419
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	104.119.877	117.325.600	221.445.477	59.342.817	101.361.030	160.703.847
Operações de crédito internas	104.119.877	113.742.207	217.862.084	-	-	-
Mobiliária	104.119.877	113.742.207	217.862.084	-	-	-
Operações de crédito externas	0	3.583.394	3.583.394	-	-	-
Mobiliária	0	3.583.394	3.583.394	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	411.219.150	551.573.590	962.792.740	180.968.288	231.884.978	412.853.266
Déficit (VII)	-	-	-	-	-	-
Total (VIII) = (V + VI + VII)	411.219.150	551.573.590	962.792.740	180.968.288	231.884.978	412.853.266

Receita realizada intraorçamentária	2016			2015		
	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receita (intraorçamentária) (II)	6.686.972	7.859.789	14.546.761	2.955.067	5.884.794	8.839.861
Receitas correntes	6.686.972	7.859.789	14.546.761	2.955.067	5.476.924	8.431.991
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	227	73	300	-19	-145	-164
Impostos	136	-70	66	-27	-151	-178
Taxas	91	142	233	8	5	13
Receita de contribuições	2.722.153	2.710.024	5.432.177	1.294.157	1.275.615	2.569.772
Contribuições sociais	2.722.152	2.709.998	5.432.150	1.294.155	1.275.617	2.569.772
Contribuições econômicas	1	26	27	2	-2	0
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0	0	-	-	-
Receita patrimonial	555	976	1.531	37	796	833
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	555	907	1.462	37	790	827
Valores mobiliários	0	69	69	0	0	0
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	0	0	0	6	6
Receita industrial	36	17	53	11	10.116	10.127
Receita de serviços	946	7	953	5	2.395	2.400
Serviços administrativos e comerciais gerais	9	4	13	-	-	-
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0	0	-	-	-
Serviços e atividades referentes à saúde	932	3	935	-	-	-
Serviços e atividades financeiras	0	0	0	-	-	-
Outros serviços	1	-1	0	-	-	-
Outras receitas correntes	3.921.061	5.109.236	9.030.297	1.645.255	4.188.148	5.833.403
Multas administrativas, contratuais e judiciais	-328	4	-324	325	503	828
Indenizações, restituições e ressarcimentos	504	5	509	280	64	344

(Conclusão)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2016/2015

(R\$ 1.000)

Receita realizada intraorçamentária	2016			2015		
	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Demais receitas correntes	3.920.885	5.103.850	9.024.735	30	30	60
Receitas de capital	0	0	0	0	407.871	407.871
Operações de crédito	0	0	0	0	407.871	407.871
Operações de crédito internas	0	0	0	0	407.871	407.871
Operações de crédito externas	0	0	0	-	-	-
Alienação de bens	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0	0	-	-	-
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0
Integralização do capital social	0	0	0	0	0	0
Resultado do banco central	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	-	-	-
Demais receitas de capital	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – anexo i (LRF, art. 52, Inciso i, alíneas “a” e “b” do inciso ii e §1º).

Tabela 22
Demonstrativo das despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2016/2015

Despesa executada	2016			2015		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentária) (IX)	282.270.594	275.998.076	558.268.670	112.434.732	166.184.160	278.618.892
Despesas correntes	274.502.847	205.739.984	480.242.831	110.106.657	101.269.965	211.376.622
Pessoal e encargos sociais	38.878.674	37.622.474	76.501.148	17.288.663	17.593.836	34.882.499
Juros e encargos da dívida	74.232.995	9.079.368	83.312.363	20.130.633	8.930.678	29.061.311
Outras despesas correntes	161.391.178	158.661.526	320.052.704	72.687.361	74.745.451	147.432.812
Transferência a estados, df e municípios	41.537.144	42.805.183	84.342.327	26.849.568	23.396.260	50.245.828
Benefícios previdenciários	75.297.239	76.897.487	152.194.726	32.670.329	33.144.533	65.814.862
Demais despesas correntes	44.556.793	38.958.856	83.515.649	13.167.463	18.204.658	31.372.121
Despesas de capital	7.767.747	70.258.092	78.025.839	2.328.074	64.914.195	67.242.269
Investimentos	110	790	900	102	431.901	432.003
Inversões financeiras	7.545.263	9.668.549	17.213.812	2.226.153	3.006.633	5.232.786
Amortização da dívida	112	59.699.818	59.699.931	30	61.475.661	61.475.691
Reserva de contingência	0	0	0	0	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (X)	7.095.324	9.324.201	16.419.525	3.587.322	6.134.455	9.721.777
Despesas correntes	7.095.287	8.337.237	15.432.524	3.177.322	5.722.609	8.899.931
Pessoal e encargos sociais	3.086.180	3.100.634	6.186.814	1.498.728	1.491.328	2.990.056
Juros e encargos da dívida	0	0	0			
Outras despesas correntes	4.009.107	5.236.604	9.245.711	1.678.594	4.231.281	5.909.875
Demais despesas correntes	1.965.420	5.236.604	7.202.024	1.678.594	4.231.281	5.909.875
Despesas de capital	37	1.019	1.056	410.000	411.846	821.846
Investimentos	16	27	43	102	3.976	4.078
Inversões financeiras	21	992	1.013	410.000	407.871	817.871
Amortização da dívida	0	0	0	0	0	0
Subtotal das despesas (XI) = (IX+ X)	289.365.917	285.322.277	574.688.194	116.022.053	172.318.614	288.340.667
Amortização da dívida - refinanciamento (XII)	172.934.293	134.548.256	307.482.549	2.319.023	61.897.526	64.216.549
Amortização da dívida interna	169.688.522	133.695.881	303.384.403	694	61.766.465	61.767.159
Dívida mobiliária	169.688.522	133.695.881	303.384.403	612	61.686.127	61.686.739
Outras dívidas	0	0	0	82	80.338	80.420
Amortização da dívida externa	3.245.068	188	3.245.256	1.624.574	131.061	1.755.635
Dívida mobiliária	3.075.006	783	3.075.789	1.617.747	120.930	1.738.677
Outras dívidas	42	69	112	6.827	10.131	16.958
Subtotal com refinanciamento (XIII) = (XI+XII)	463.246.571	419.870.534	883.117.105	118.341.076	234.216.141	352.557.217
Superávit (XIV)	0	0	0	-	-	0
Total (XV) = (XIV + XIII)	463.246.571	419.870.534	883.117.105	118.341.076	234.216.141	352.557.217

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 23
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2016/2015

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2016			2015		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.862.928.729	6.008.684.731	11.871.613.460	5.600.600.997	5.866.090.306	11.466.691.303
Receitas correntes	5.780.407.422	5.706.397.946	11.486.805.368	5.517.860.745	5.646.654.651	11.164.515.396
Receita tributária	3.168.354.671	3.350.248.053	6.518.602.724	2.892.835.561	3.220.075.781	6.112.911.343
Impostos	3.012.146.069	3.177.019.820	6.189.165.889	2.825.276.815	3.008.243.132	5.833.519.947
Taxas	156.208.602	173.228.233	329.436.835	67.558.746	211.832.649	279.391.396
Contribuição de melhoria	-	0	0	326.227.039	-	326.227.039
Receita de contribuições	408.466.615	420.629.251	829.095.866	326.227.039	368.862.056	695.089.095
Contribuições sociais	408.466.615	420.629.251	829.095.866	-	368.862.056	368.862.056
Contribuição de intervenção no domínio econômico	-	0	0	-	-	0
Receita patrimonial	117.465.348	167.061.818	284.527.166	100.218.702	168.908.140	269.126.842
Receitas imobiliárias	3.284.461	5.936.982	9.221.443	2.973.417	6.645.909	9.619.325
Receitas de valores mobiliários	107.143.116	148.547.200	255.690.316	89.050.884	164.284.820	253.335.704
Receitas de concessões e permissões	995.159	1.322.648	2.317.807	205.150	2.411.745	2.616.895
Compensações financeiras	-	0	0	-	-	0
Receita de cessão de direitos	6.042.613	11.254.988	17.297.601	7.989.252	-1.554.945	6.434.307
Outras receitas patrimoniais	-	0	0	-	-2.879.389	-2.879.389
Receita agropecuária	86.150	67.737	153.887	63.866	70.240	134.107
Receita da produção vegetal	2.640	1.540	4.180	-	-	0
Receita da produção animal e derivados	82.911	63.523	146.434	63.866	69.368	133.234
Outras receitas agropecuárias	599	2.674	3.273	-	872	872
Receita industrial	-	0	0	-	-	0
Receita da indústria extrativa mineral	-	0	0	-	-	0
Receita da indústria de transformação	-	0	0	-	-	0
Receita da indústria de construção	-	0	0	-	-	0
Outras receitas industriais	-	0	0	-	-	0
Receita de serviços	12.793.410	22.685.657	35.479.067	13.855.091	25.055.517	38.910.608
Transferências correntes	1.991.690.642	1.637.382.291	3.629.072.933	2.111.456.686	1.775.241.447	3.886.698.132
Transferências intergovernamentais	1.974.145.190	1.594.156.965	3.568.302.155	2.101.067.731	1.762.430.561	3.863.498.292
Transferências de instituições privadas	-	1.126.500	0	8.578	-	8.578
Transferências do exterior	-	0	0	-	-	0
Transferências de pessoas	-	0	0	-	-	0
Transferências de convênios	17.545.452	42.098.826	59.644.278	10.380.377	12.810.885	23.191.263
Transferências para o combate à fome	-	0	0	-	-	0
Outras receitas correntes	81.550.585	108.323.140	189.873.726	73.203.800	88.441.469	161.645.269
Multas e juros de mora	31.058.763	41.384.434	72.443.197	30.890.716	29.315.403	60.206.119
Indenizações e restituições	41.044.286	46.955.519	87.999.805	34.991.449	43.012.230	78.003.679
Receita da dívida ativa	5.123.952	5.820.332	10.944.284	5.262.109	5.025.456	10.287.564
Receita decor.de aportes periód.p/ amortização de déf. atuarial do r	-	0	0	-	-	0
Receitas diversas	4.323.585	14.162.855	18.486.440	2.059.526	11.088.381	13.147.906
Conta retificadora da receita orçamentária	-	-	0	-	-	0
Receitas de capital	82.521.307	302.286.785	384.808.092	82.740.251	219.435.656	302.175.907
Operações de crédito	3.765.961	171.604.346	175.370.306	11.976.922	109.888.917	121.865.839
Operações de crédito internas	28.051	156.421.332	156.449.382	10.428.270	109.888.917	120.317.187
Operações de crédito externas	3.737.910	15.183.014	18.920.924	1.548.652	-	1.548.652
Alienação de bens	112.586	444.915	557.501	2.309.748	5.071.546	7.381.294
Alienação de bens móveis	-	11.590	11.590	-	56.545	56.545
Alienação de bens imóveis	112.586	433.325	545.911	2.309.748	5.015.001	7.324.749
Amortização de empréstimos	12.590.736	28.397.101	40.987.837	-	42.759.439	42.759.439
Amortização de empréstimos	12.590.736	28.397.101	40.987.837	-	42.759.439	42.759.439
Transferências de capital	66.052.024	101.840.424	167.892.448	68.453.581	61.715.753	130.169.334
Transferências intergovernamentais	-	4.646.570	4.646.570	-	-	0
Transferências de instituições privadas	-	0	0	-	-	0

(Conclusão)

Tabela 23

Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2016/2015

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2016			2015		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Transferências do exterior	-	0	0	-	-	0
Transferências de pessoas	-	0	0	-	-	0
Transferências de outras instituições públicas	-	0	0	-	-	0
Transferências de convênios	66.052.024	97.193.854	163.245.878	68.453.581	61.715.753	130.169.334
Transferências para o combate à fome	-	0	0	-	-	-
Outras receitas de capital	-	0	0	-	-	-
Integralização do capital social	-	0	0	-	-	-
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	0	0	-	-	-
Receitas de capital diversas	-	0	0	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	416.532.466	848.197.979	1.264.730.445	383.333.159	381.717.899	765.051.058
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	6.279.461.195	6.856.882.710	13.136.343.905	5.983.934.156	6.247.808.205	12.231.742.361
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	6.279.461.195,14	6.856.882.710	13.136.343.905	5.983.934.156	6.247.808.205	12.231.742.361
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.279.461.195,14	6.856.882.710	13.136.343.905	5.983.934.156	6.247.808.205	12.231.742.361

Receita intraorçamentária	2016			2015		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	416.532.466,39	848.197.979	1.264.730.445	383.333.159	381.717.899	765.051.058
Receita de contribuições	412.413.950,07	438.913.544	851.327.494	376.714.473	376.541.400	753.255.873
Contribuições sociais	412.413.950,07	438.913.544	851.327.494	376.714.473	376.541.400	753.255.873
Receita de serviços	4.118.516,32	7.737.954	11.856.470	6.618.686	5.176.499	11.795.185
Outras receitas correntes	-	401.546.481	401.546.481	-	-	-
Total	416.532.466,39	848.197.979	1.264.730.445	383.333.159	381.717.899	765.051.058

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (IRF art. 52, Inciso i, alínea "a" do inciso ii e §1º).

Tabela 24
Balanco orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2016/2015

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2016			2015		
	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	4.792.676.304	6.511.222.054	11.303.898.358	3.686.711.692	6.155.594.879	9.842.306.571
Despesas correntes	4.541.083.499	5.739.157.660	10.280.241.159	3.494.619.873	5.475.370.608	8.969.990.481
Pessoal e encargos sociais	2.658.773.550	3.227.990.510	5.886.764.060	1.976.250.367	2.994.111.321	4.970.361.689
Juros e encargos da dívida	75.263.368	93.657.026	168.920.394	47.563.221	117.233.868	164.797.089
Outras despesas correntes	1.807.046.581	2.417.510.124	4.224.556.705	1.470.806.284	2.364.025.419	3.834.831.704
Transferências a municípios	879.499.324	837.941.520	1.717.440.845	830.050.477	828.702.726	1.658.753.203
Demais despesas correntes	927.547.257	1.579.568.604	2.507.115.861	640.755.808	1.535.322.693	2.176.078.501
Despesas de capital	251.592.804	772.064.394	1.023.657.198	192.091.819	680.224.271	872.316.089
Investimentos	65.534.041	590.605.885	656.139.926	74.746.834	436.824.890	511.571.724
Inversões financeiras	21.145.276	42.045.509	63.190.784	7.885.692	81.991.417	89.877.109
Amortização da dívida	164.913.488	139.413.001	304.326.489	109.459.293	161.407.963	270.867.256
Reserva de contingência	-	0	0	-	-	0
Reserva do RPPS	-	-	0	-	-	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	328.593.563	874.514.504	1.203.108.067	195.998.722	421.068.799	617.067.521
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	5.121.269.867	7.385.736.558	12.507.006.425	3.882.710.414	6.576.663.678	10.459.374.092
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	0	0	-	-	0
Amortização da dívida interna	-	0	0	-	-	0
Dívida mobiliária	-	0	0	-	-	0
Outras dívidas	-	0	0	-	-	0
Amortização da dívida externa	-	0	0	-	-	0
Dívida mobiliária	-	0	0	-	-	0
Outras dívidas	-	0	0	-	-	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	5.121.269.867	7.385.736.558	12.507.006.425	3.882.710.414	6.576.663.678	10.459.374.092
Superávit (VI)	-	-	0	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	5.121.269.867	7.385.736.558	12.507.006.425	3.882.710.414	6.576.663.678	10.459.374.092

Despesa intraorçamentária	2016			2015		
	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	328.593.563	874.514.504	1.203.108.067	195.998.722	421.068.799	617.067.521
Pessoal e encargos sociais	275.129.993	408.480.260	683.610.253	179.347.669	351.703.439	531.051.108
Outras despesas correntes	53.463.570	466.034.245	519.497.814	16.651.053	69.365.361	86.016.413
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	328.593.563,19	874.514.504	874.514.504	195.998.722	421.068.799	617.067.521

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 25
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2015-abr. 2016

(R\$ 1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Janeiro	1.583.511.763	1.724.578.252	150.462.916	114.011.796	1.733.974.679	1.838.590.047
Fevereiro	1.454.444.368	1.497.040.438	161.936.239	163.947.107	1.616.380.607	1.660.987.545
Março	1.360.457.185	1.440.538.386	392.603.113	406.424.725	1.753.060.297	1.846.963.111
Abril	1.656.563.208	1.545.992.966	267.767.705	242.093.497	1.924.330.912	1.788.086.463
Maio	1.421.610.534		267.257.890		1.688.868.424	
Junho	1.431.792.705		266.964.687		1.698.757.392	
Julho	1.455.357.934		536.098.010		1.991.455.944	
Agosto	1.479.578.363		651.757.885		2.131.336.248	
Setembro	1.484.318.807		528.826.632		2.013.145.439	
Outubro	1.615.833.564		286.464.723		1.902.298.287	
Novembro	1.574.891.635		298.842.479		1.873.734.114	
Dezembro	1.797.454.778		306.255.269		2.103.710.048	
Total	18.315.814.843	6.208.150.042	4.115.237.546	926.477.124	22.431.052.389	7.134.627.167

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.
Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 26
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-abr. 2016/2015

Unidade da federação	2016				Acumulado jan.-abr.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	
Norte	2.085.572(n)	1.936.013	1.905.809(n)	1.882.891	3.818.904
Acre	0	0	0	0	0
Amazonas	589.794	563.750	562.335(n)	596.240	1.749.784
Pará	903.659	831.678	813.179	777.271	3.325.787
Rondônia	278.402	265.901	231.763	248.599	1.024.665
Amapá	69.155	45.318	54.206	62.196	230.875
Roraima	58.184 (n)	53.760	54.907	0	108.667
Tocantins	186.379	175.607	189.420	198.584	749.990
Nordeste	5.111.415	4.362.259	4.141.674	4.738.211	18.353.559
Maranhão	539.015	458.880	430.172	470.860	1.898.927
Piauí	311.903	284.945	262.682	272.891	1.132.421
Ceará	0	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	420.309	0	74.446	409.299	904.054
Paraíba	423.011	395.467	351.966	395.893	1.566.337
Pernambuco	1.134.041	1.034.893	1.008.678	1.082.529	4.260.141
Alagoas	294.781	338.387	269.495	286.503	1.189.166
Sergipe	243.132	241.451	237.017	251.253	972.853
Bahia	1.745.224	1.608.236	1.507.216	1.568.984	6.429.660
Sudeste	14.660.632	14.036.703	14.593.452	14.242.256	57.533.043
Minas Gerais	3.400.936	3.164.360	3.277.201	3.437.304	13.279.801
Espírito Santo	810.694	779.508	718.880	719.498	3.028.580
Rio de Janeiro	0	0	0	0	0
São Paulo	10.449.002	10.092.835	10.597.370	10.085.454	41.224.661
Sul	6.442.169	5.890.772	6.097.551(n)	6.219.498	18.552.439
Paraná	2.296.142	2.032.905	2.286.147(n)	2.170.598	6.499.645
Santa Catarina	1.671.632	1.368.187	1.368.856	1.413.640	5.822.315
Rio Grande do Sul	2.474.394	2.489.680	2.442.548	2.635.260	10.041.882
Centro-Oeste	2.680.777	2.350.033	2.383.574	2.641.734	10.056.118
Mato Grosso	765.045	710.859	792.523	831.003	3.099.430
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0
Goiás	1.271.846	1.041.087	1.109.966	1.182.974	4.605.873
Distrito Federal	643.887	598.087	481.084	627.757	2.350.815
Brasil	30.980.564 (n)	28.575.780	29.122.060(n)	29.724.590	58.300.370

(Conclusão)

Tabela 26

Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-abr. 2016/2015

Unidade da federação	2015											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Norte	2.178.375	1.985.271	1.911.079⁽ⁱ⁾	2.046.169⁽ⁱ⁾	2.110.696	2.037.173	2.017.797	2.089.394⁽ⁱ⁾	2.112.409	2.113.162	86.651.217	2.123.002
Acre	88.635	83.833	91.002	70.960	68.546	69.206	74.906	80.825	80.062	74.973	97.591	98.639
Amazonas	619.732	633.218	619.063 ⁽ⁱ⁾	629.904 ⁽ⁱ⁾	701.723	590.199	612.326	614.116 ⁽ⁱ⁾	630.775	663.324	60.313.259	567.575
Pará	870.290	758.663	727.292	780.526	779.623	805.396	773.943	822.721	842.908	824.455	866.193	888.013
Rondônia	281.690	241.379	213.367	275.428	275.931	281.258	276.530	267.876	259.557	252.792	25.069.368	272.617
Amapá	81.722	67.986	64.668	63.116	58.889	59.255	59.750	62.349	71.699	64.530	68.536	63.215
Roraima	57.249	49.353	49.829	56.558	53.354	56.119	50.604	52.309	53.302	54.728	59.150	56.049
Tocantins	179.057	150.838	145.858	169.677	172.629	175.739	169.739	189.199	174.107	178.370	177.120	176.893
Nordeste	5.740.008⁽ⁱ⁾	5.262.624⁽ⁱ⁾	4.946.771⁽ⁱ⁾	5.564.162	5.120.229	5.335.472⁽ⁱ⁾	5.271.683	5.406.869	5.457.400	5.653.577⁽ⁱ⁾	5.602.670	5.974.307⁽ⁱ⁾
Maranhão	394.197	418.874	381.999	385.289	387.236	442.114	390.345	439.220	449.473	468.905	448.485	414.817
Piauí	293.266	274.280	224.088	262.695	239.885	292.520	267.298	261.720	313.080	270.743 ⁽ⁱ⁾	261.647	261.603 ⁽ⁱ⁾
Ceará	843.832	763.582	752.657	811.920	767.845	807.175	813.072	845.356	853.833	876.031	856.848	866.963
Rio Grande do Norte	415.222	371.584	367.826	379.461	355.475	367.024	377.810	372.347	369.703	363.308	393.004	393.691
Paraíba	436.477	367.506	345.780	385.136	384.408	368.959 ⁽ⁱ⁾	372.812	359.070	362.583	388.020	385.673	383.866
Pernambuco	1.198.389	1.071.965	974.392	1.101.118	994.736	1.054.763	1.040.292	1.062.913	1.079.627	1.066.850	1.080.086	1.115.097 ⁽ⁱ⁾
Alagoas	293.307	280.768 ⁽ⁱ⁾	231.880 ⁽ⁱ⁾	253.347	274.569	250.351	230.633	237.403	236.593	273.086	275.618	283.046
Sergipe	257.787 ⁽ⁱ⁾	239.754 ⁽ⁱ⁾	216.528 ⁽ⁱ⁾	242.506	233.707	241.080	234.184	259.236	227.367	246.033	247.423	272.055
Bahia	1.607.531	1.474.311	1.451.621	1.742.690	1.482.369	1.511.486	1.545.236	1.569.604	1.565.141	1.700.601	1.655.888	1.983.169
Sudeste	17.183.618	16.393.588	16.125.333	17.290.176	16.375.773	17.155.398	17.544.228	16.565.801	17.836.728	17.740.957	17.374.624	18.858.215
Minas Gerais	3.223.717	2.968.410	2.912.383	3.175.767	3.046.970	3.124.987	3.127.672	3.183.676	3.215.730	3.253.704	3.407.215	3.306.513
Espírito Santo	771.855	760.248	677.656	781.857	741.769	756.870	806.417	793.442	1.103.380	754.785	766.511	758.676
Rio de Janeiro	2.970.030	2.525.843	2.434.570	2.739.439	2.626.490	2.741.916	3.099.825	2.499.998	2.810.217	2.967.021	2.713.430	2.905.215
São Paulo	10.218.016	10.139.087	10.100.724	10.593.112	9.960.544	10.531.626	10.510.313	10.088.686	10.707.401	10.765.447	10.487.469	11.887.811
Sul	5.977.293⁽ⁱ⁾	5.051.357	5.270.441⁽ⁱ⁾	5.761.502	5.651.617	5.478.193	5.422.156	5.466.782	6.094.543	5.865.199	6.106.005	5.993.695
Paraná	2.150.055	1.650.280	1.896.168	2.019.252	2.097.232	1.998.988	2.065.633	2.035.514	2.282.517	2.184.185	2.308.688	2.253.420
Santa Catarina	1.463.996 ⁽ⁱ⁾	1.312.392	1.302.888 ⁽ⁱ⁾	1.401.647	1.336.444	1.285.854	1.232.213	1.301.344	1.287.449	1.388.092	1.405.641	1.353.090
Rio Grande do Sul	2.363.242	2.088.685	2.071.385	2.340.603	2.217.941	2.193.441	2.124.310	2.129.923	2.524.577	2.292.923	2.391.677	2.387.185
Centro-Oeste	2.986.899	2.862.852	2.772.029	3.126.371⁽ⁱ⁾	2.990.687	3.061.808	3.107.644	2.446.897	2.486.539	2.566.768	2.715.889	2.864.905
Mato Grosso	650.875	641.872	679.196	781.654	695.282	711.673	746.893	715.390	742.097	768.437	770.674	1.173.961
Mato Grosso do Sul	636.922	571.478	597.889	655.282	628.487	626.542	650.945	0	0	0	0	0
Goiás	1.099.961	1.097.295	1.016.463	1.126.542 ⁽ⁱ⁾	1.116.540	1.106.606	1.174.511	1.155.940	1.168.736	1.213.316	1.322.197	1.147.111
Distrito Federal	599.141	562.207	478.481	562.894	550.378	616.988	535.294	575.567	575.706	585.015	623.019	543.833
Brasil	34.066.194⁽ⁱ⁾	31.555.692⁽ⁱ⁾	31.025.652⁽ⁱ⁾	33.788.380⁽ⁱ⁾	32.249.002	33.068.045⁽ⁱ⁾	33.363.506	31.975.744⁽ⁱ⁾	33.987.619	33.939.663⁽ⁱ⁾	118.450.406	35.814.123⁽ⁱ⁾
												483.284.026⁽ⁱ⁾

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotape-ICMS.

Elaboração: SEI/Corref.

Última Atualização em dezembro.

(i) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 27
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2016/2015

Receita realizada	2016			2015		
	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	1.096.298.284	806.406.221,45	1.902.704.505	1.071.798.028	819.289.073	1.891.087.101
Receitas correntes	1.068.873.374	791.823.591	1.860.696.965	1.071.522.682	817.292.995	1.888.815.677
Receita tributária	432.418.882	334.808.610	767.227.492	465.193.831	334.377.601	799.571.432
Impostos	382.642.106	275.186.550	657.828.657	399.621.827	281.664.744	681.286.570
Taxas	49.776.775	59.622.060	109.398.835	65.572.004	52.712.857	118.284.861
Receita de contribuições	38.428.760	41.394.374	79.823.134	67.263.934	37.509.816	104.773.750
Contribuições sociais	22.715.843	22.813.343	45.529.186	55.681.104	21.331.693	77.012.797
Contribuição de iluminação pública	15.712.918	18.581.031	34.293.948	11.582.829	-	11.582.829
Receita patrimonial	30.737.460	36.416.525	67.153.985	22.694.753	36.204.132	58.898.886
Receitas imobiliárias	109.916	1.318.328	1.428.245	631.228	767.692	1.398.920
Receitas de valores mobiliários	23.387.434	31.279.963	54.667.398	17.426.337	26.340.257	43.766.594
Receitas de concessões e permissões	7.240.109	3.818.234	11.058.343	4.637.188	9.096.184	13.733.371
Outras receitas patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Receita industrial	-	-	-	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	4.709.707	1.376.832	6.086.538	8.361.044	-	8.361.044
Transferências correntes	427.283.634	343.607.919	770.891.553	475.656.720	372.090.009	847.746.730
Transferências intergovernamentais	427.281.809	343.515.547	770.797.357	465.664.723	372.090.009	837.754.732
Transferências de instituições privadas	200	11.095	11.295	8.361.044	-	8.361.044
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	500	2.681	3.181	-	-	-
Transferências de convênios	1.125	78.595	79.720	1.630.953	-	1.630.953
Outras receitas correntes	135.294.931	34.219.332	169.514.264	32.352.399	37.111.437	69.463.836
Multas e juros de mora	14.198.003	17.312.872	31.510.875	7.150.525	17.389.731	24.540.256
Indenizações e restituições	27.193.978	-4.876.843	22.317.135	584.418	1.186.039	1.770.456
Receita da dívida ativa	14.096.928	15.340.328	29.437.257	22.601.106	13.805.238	36.406.344
Receitas correntes diversas	79.806.022	6.442.975	86.248.998	2.016.351	4.730.428	6.746.779
Receitas de capital	27.424.910	14.582.630	42.007.540	275.346	1.996.078	2.271.424
Operações de crédito	4.650.705	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	4.650.705	-	-	-	-	-
Alienação de bens	13.537.541	379.294	13.916.835	275.346	1.996.078	2.271.424
Alienação de bens móveis	-	-	-	-	1.676.729	1.676.729
Alienação de bens imóveis	13.537.541	379.294	13.916.835	275.346	319.349	594.695
Transferências de capital	9.236.664	9.089.045	18.325.709	-	-	-
Transferências intergovernamentais	1.300.000	1.064.000	2.364.000	-	-	-
Transferências de convênios	7.936.664	8.025.045	15.961.709	-	-	-
Outras receitas de capital	-	5.114.290	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	-	5.114.290	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	44.727.498	35.010.738	79.738.236	38.021.239	37.256.258	75.277.497
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	1.141.025.782	841.416.959	1.982.442.741	1.109.819.267	856.545.331	1.966.364.598
Operações de crédito/ refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	1.141.025.782	841.416.959	1.982.442.741	1.109.819.267	856.545.331	1.966.364.598
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V+ VI)	1.141.025.782	841.416.960	1.982.442.742	1.109.819.267	856.545.331	1.966.364.598
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-
Superávit financeiro	-	-	-	-	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-	-	-

Receita intraorçamentária	2016			2015		
	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	44.727.498,32	35.010.738,05	79.738.236	38.021.239	37.256.258	75.277.497
Receita de contribuições	44.727.498,32	35.010.738,05	79.738.236	38.021.239	37.256.258	75.277.497
Contribuições sociais	44.727.498,32	35.010.738,05	79.738.236	38.021.239	37.256.258	75.277.497
Receita de serviços	-	-	-	-	-	-
Total	44.727.498	35.010.738,05	79.738.236	38.021.239	37.256.258	75.277.497

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 28
Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-abr. 2016/2015

Despesa executada	2016			2015		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	627.911.402	822.283.416	1.450.194.818	570.086.695	831.615.766	1.401.702.461
Despesas correntes	605.989.334	762.346.657	1.368.335.990	567.731.927	794.148.769	1.361.880.696
Pessoal e encargos sociais	357.145.988	371.605.555	728.751.542	341.892.290	405.373.464	747.265.753
Juros e encargos da dívida	704.875	6.774.253	7.479.128	11.018.207	11.971.228	22.989.435
Outras despesas correntes	248.138.471	383.966.849	632.105.320	214.821.430	376.804.078	591.625.508
Despesas de capital	21.922.069	59.936.759	81.858.828	2.354.768	37.466.997	39.821.766
Investimentos	13.950.055	40.766.541	54.716.596	2.354.768	20.083.949	22.438.717
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida	7.972.014	19.170.218	27.142.232	-	17.383.049	17.383.049
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	41.513.026	47.857.828	89.370.854	26.135.610	47.369.978	73.505.588
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	669.424.428	870.141.244	1.539.565.672	596.222.305	878.985.744	1.475.208.049
Superávit(iv)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	669.424.428	870.141.244	1.539.565.672	596.222.305	878.985.744	1.475.208.049

Despesa intraorçamentária	2016			2015		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	41.513.026	47.857.828	89.370.854	26.135.610	47.369.978	73.505.588
Pessoal e encargos sociais	41.513.026	47.634.655	89.147.681	26.135.610	47.367.318	73.502.928
Outras despesas correntes	-	223.173	223.173	-	2.660	2.660
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	41.513.025	47.857.828	89.370.853	26.135.610	47.369.978	73.505.588

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da **Conjuntura & Planejamento** podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



ISSN 1413-1536

